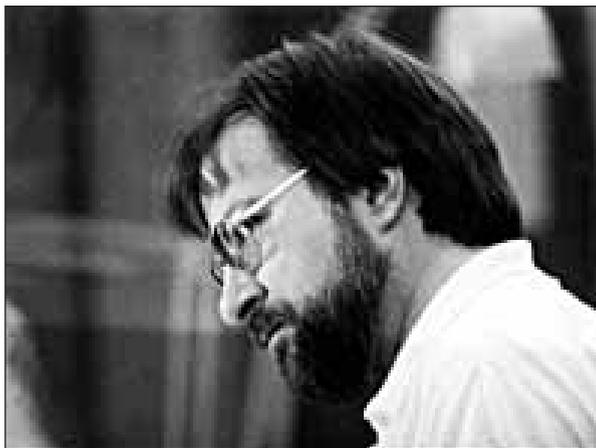


Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Director: A. M. Pires Cabral
Periodicidade: bi-anual
Distribuição gratuita

Tellus
68

TELLUS – Revista de cultura trasmontana e duriense

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real
NIPC: 506359670

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 68

Vila Real, 21 de Junho de 2018

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginação e impressão: Divinalpages, Unipessoal
Lda. - Vila Real

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

A. M. Pires Cabral, Ângelo Sequeira, António
Adérito Alves Conde, Isabel Alves, Jorge Lage,
Sebastião Bravo

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
68

*Poemas durienses, poesia-libelo*¹

A. M. Pires Cabral

Em 1963 frequentava eu em Coimbra o 3.º ano da Faculdade de Letras — curso escolhido um tanto contra vontade dos meu Pais, que preferiam ver-me um dia a defender causas à barra dos tribunais do que (isto na visão deles) a dar aulas um pouco ao deus-dará, com a casa às costas como o caracol, hoje aqui, amanhã além, sem garantias de espécie alguma quanto a emprego, estabilidade, reforma, etc. Mas a minha teimosia venceu a sensatez deles e consegui levar a minha por diante. Não podia trair a minha atracção pela literatura. E, ao mesmo tempo que frequentava as aulas de Filologia Germânica, ia lançando no papel os primeiros arremedos de poesia, alguns deles, poucos, publicados na imprensa académica coimbrã.

Então, um belo dia, aconteceu-me parar defronte de uma livraria da Baixa e pousarem-me os olhos num livrinho de capa amarela, ilustrada com duas figuras humanas, de rostos talhados em dureza, que se adivinhava serem gente do povo. O título: *Poemas durienses*. Durienses? Mas isto é lá para os meus lados, pensei... Procuo o nome do autor e leio: António Cabral. Que coincidência! António Cabral era também eu nessa altura: assim me chamavam os colegas e amigos.

Veio-me logo à ideia uma maroteira bem ao gosto estudantil: convencer os amigos (aqueles que conheciam a minha balda poética, que não eram todos) de que era eu o autor daquele livro. Dois ou três deles acreditaram e por um momento olharam-me com surpresa e admiração: nesses tempos, ter um livro

1 Este texto segue de muito perto outro que li em Alijó, em 1 de Fevereiro de 2018, na sessão de apresentação da 2.ª edição dos *Poemas durienses*, que teve lugar na Biblioteca Municipal. Não uso o acordo ortográfico.

publicado dava imenso prestígio nas hostes académicas. (Hoje, pelo contrário, é pão nosso da cada dia...) Até que, incapaz de aguentar a brincadeira por mais tempo, decidi pôr tudo em pratos limpos: o livro não era de minha autoria, mas sim de um outro António Cabral que eu não conhecia, mas que, a julgar pelo título do livro, devia estar fortemente ligado ao Douro. Como de facto.

Claro que para montar esta patranha tive de comprar o livro, que ainda conservo como um dos meus preferidos, a que volto regularmente e sempre com prazer renovado. Escusado será dizer que, para o comprar, tive de renunciar a um prego no prato com ovo a cavalo, no velho *Snack-Bar Texas*. Mas não me arrependi. Porque, folheando-o, fui descobrindo, com espanto, que afinal havia um Douro que não tinha muito a ver com o Douro estereotipado que eu conhecia dos folhetos turísticos.

O ano de 1963 foi um ano *vintage* (passe o anglicismo, que não é de todo descabido, uma vez que estamos a falar no Douro dos vinhos...) para as letras trasmontanas. Ocorreram três estreias auspiciosas e duas confirmações. Vejamos.

As estreias.

Em Março, saiu na colecção Livros de Bolso, da Arcádia, *Planalto em chamas*, primeiro romance de Bento da Cruz (1925-2015), barroirão que viria a ser um dos mais fecundos e aplaudidos escritores trasmontanos.

Outro barroirão de Vila da Ponte, José Dias Baptista (1941), que mais tarde se havia de afirmar também como historiador das terras de Montalegre, publicou sob o pseudónimo de Miguel Montes o livro de poesia intitulado *Terra Fria*. O livro saiu na Colecção Setentrião, de que falaremos adiante.

Nuno Nozelos (1931-2017), natural de Fradizela, Mirandela, saiu a público com o seu livro inicial, uma colectânea de poemas justamente intitulada *Iniciação*, que seria o primeiro de uma notável série de livros nas modalidades de poesia e conto.

E também as confirmações.

José de Aguiar (1913-1981), nascido em Vila Nova de Foz Coa e radicado em Vila Real, advogado *doublé* de escritor, apresentou o seu terceiro livro, *Uma varanda sobre o rio*, colecção de contos regionais durienses de notável maturidade. Também este livro saiu sob os auspícios da Colecção Setentrião.

Por fim — *last but not least* — em Maio desse ano de 1963, saiu dos prelos da Minerva Transmontana, de Vila Real, o livro que nos ocupa: *Poemas durienses*, de António Cabral (1931-1941). Era já o quinto livro de poesia do autor. Mas trazia, sem dúvida, algo de novo.

Quem era António Cabral?

Nascido na povoação de Castedo, concelho de Alijó, era já, aos 32 anos de idade, uma figura incontornável da vida cultural vila-realense. Concluído em 1954 o curso de Teologia no Seminário de Santa Clara, em Vila Real, tinha-se estabelecido definitivamente nesta cidade, onde mantinha uma actividade torrencial e diversificada: o sacerdócio, funções docentes no dito seminário e em aulas particulares, gerência da tipografia ligada à diocese. Nos tempos sobranes, aprofundava a sua já vasta cultura com leituras cada vez mais exigentes — e escrevia. Escrevia o quê? Poemas, por enquanto. Porque o romance, o conto, o teatro, o ensaio e a crónica só viriam mais tarde, compondo uma obra que impressiona tanto pela quantidade como pela qualidade.

Pelos princípios dos anos 60, António Cabral tinha tudo para exercer sobre a juventude académica vila-realense um notável poder de atracção. Publicara já quatro livros de poesia, desde os ingénuos *Sonhos do meu anjo*, de 1951, aos mais amadurecidos *O mar e as águias*, *Falo-vos da montanha* e *A flor e as palavras*, nos quais aliás afloram já alguns dos temas que desenvolverá em plenitude nos *Poemas durienses*. Tinha uma cultura livre dos tiques da erudição, que partilhava com gosto e generosidade e ampliava diariamente com novas leituras. Era afável, extrovertido, dava-se bem com os jovens, com quem facilmente estabelecia pontes. Por fim, criara uma certa aura de padre esquerdistista que, se levava algumas pessoas mais tradicionalistas a olhá-lo de soslaio, era um autêntico íman para a mocidade sedenta de mudança.

Detendo todos estes predicados, António Cabral afirmou-se como mentor e dinamizador de um entusiástico grupo de estudantes do Liceu, que se reuniam com ele à mesa do café para conversar sobre coisas de cultura e materializar um projecto chamado Setentrião, projecto esse que sacudiu o panorama cultural da cidadezinha de província que era então Vila Real e a transformou num exemplo para as cidades da sua igualha — exemplo esse que o clima oficial de animosidade, que se vivia no Portugal de então, contra as coisas da cultura vanguardista não deixou multiplicar.

Mas em Vila Real a sementeira de António Cabral não se revelou sáfara: dos jovens que o rodeavam e questionavam, alguns vieram a tornar-se figuras destacadas da intelectualidade portuguesa — Eurico de Figueiredo, os irmãos António e Nuno Barreto, Eduardo Guerra Carneiro, Vasconcelos Viana... O movimento Setentrião, por sua vez, frutificou em diversas manifestações de âmbito cultural, das quais é justo destacar a revista justamente chamada *Setentrião*, de que saíram três números, e, não menos importante, a colecção Setentrião, que abriu justamente com os *Poemas durienses*.

Esta colecção destinava-se a publicar obras de escritores trasmontanos e alto-durienses e na verdade chegou a publicar oito livros: *Poemas durienses*,

1963, de António Cabral, com linóleos de Nuno Barreto; *Negro sobre Negro*, 1963, poesia, de Granjo de Matos, com nota introdutória de António Cabral; *Uma varanda sobre o Rio*, 1963, contos, de José de Aguiar; *Terra Fria*, 1963, poesia, de Miguel Montes, pseudónimo de José Dias Baptista, com nota introdutória de António Cabral; *Neve*, 1965, teatro, de Carlos Alberto, com nota introdutória de António Cabral; *Algas e deuses*, 1965, poesia, de José Magem, pseudónimo de Joaquim Barros Ferreira; *Poemas do silêncio e da distância*, 1966, poesia, de Telmo da Fonseca; e *Antologia da Poesia Contemporânea de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 1968, organizada por Carlos Loures, com ilustrações de João Dixo, Nuno Barreto e Nadir Afonso. Vê-se, pela projecção de tantos dos nomes envolvidos, que havia uma séria preocupação de cultura.

Conforme se lê na badana da primeira edição dos *Poemas durienses*, a Colecção Setentrião tinha por objectivo «agrupar numa força única todas as obras literárias que forem publicadas em Trás-os-Montes e Alto Douro, interessando-se especialmente por aquelas que se distinguirem pelo seu realismo humano». Repare-se: realismo humano. Duas palavras que, ao mesmo tempo que abonam a generosidade do movimento, não deixam dúvidas sobre quem as terá escrito: António Cabral, a figura central do movimento, para quem as palavras ‘realismo’ e ‘humano’ eram conceitos que muito acarinhava.

‘Realismo’, para ele, equivalia à preferência por uma literatura comprometida com a realidade social. Lembremos que pelos anos 60 estava ainda pujante, se bem que ameaçada por novas estéticas, a escola neo-realista, de intenções sociais bem vincadas — a denúncia da exploração do homem pelo homem, da miséria, das desigualdades gritantes, e concomitantemente a proclamação da urgência da transformação da sociedade.

Por outro lado, o adjectivo ‘humano’, na visão de António Cabral, remetia directamente para o povo injustiçado do seu Douro natal. É esse povo que, no momento de optar, o poeta elege como seu irmão. Ele conhecia-o como as suas próprias mãos. Na sua aldeia, António Cabral via-o passar-lhe à porta, a caminho das vinhas, de enxada ao ombro, vergado ao peso da miséria, do infortúnio e dos sonhos que nunca se realizarão. Sonhos irrealizados e miséria que perpassam nos *Poemas durienses* com uma insistência de *Leitmotiv*.

António Cabral de algum modo funde os dois conceitos na ideia de neo-regionalismo, que era, nas suas palavras, «um movimento artístico que tem de impor-se no nosso país» e que constituía um desenvolvimento do neo-realismo baseado na ruralidade, já que, ainda nas suas palavras, o neo-realismo tende a ver «as estruturas humano-telúricas do nosso meio rural [...] a uma luz cidadina.»

Funde-os igualmente em muitos momentos da sua poesia. Nomeadamente

no poema significativamente intitulado “Homo, mensura” (redução de *Homo omnium rerum mensura est*, ou seja, “O homem é a medida de todas as coisas”, máxima de Protágoras e do catecismo neo-realista), dos *Poemas durienses*:

Eu não irei convosco, puros habitantes do sonho.
O meu lugar é aqui, entre os homens:
falo a sua linguagem, sinto as suas dores
e tenho a consciência bem agarrada
à carne e ao espírito — os dois poços
em que nasce, desagua e se debate
a impetuosa água do meu pensamento.

Que me importam inimagináveis galáxias
e os poemas feitos apenas de palavras?
Reflectam-se as galáxias em nosso espírito
e sejam carne da nossa carne.
Encham-se os poemas do sangue
que nos turva, perturba e inunda as veias.
A única poesia em que acredito é a do homem.

António Cabral tinha debaixo de fogo, não parece haver dúvidas, a poesia presenciada, que, sendo marcadamente individualista, se lhe afigurava socialmente inócua.

Não foi evidentemente António Cabral o primeiro escritor a tratar literariamente os dramas laborais do Douro. Já tinham então sido publicadas coisas bem densas e dolorosas a esse respeito. Exemplos? Alguns contos de *Sangue plebeu*, de Pina de Moraes, ou o romance *Escravidão*, de Mário Bernardes Pereira — dois vigorosos escritores que não merecem o esquecimento em que se encontram. Alves Redol tinha encerrado em 1953 o seu Ciclo do *Port Wine* (trilogia *Horizonte cerrado*, *Os homens e as sombras* e *Vindima de sangue*). Domingos Monteiro e Guedes de Amorim afloravam nos seus contos e romances a dureza da realidade duriense. O próprio Miguel Torga tinha publicado em 1945 o romance *Vindima*, onde encontra eco o confronto de classes numa quinta do Douro. Mas, como vemos, o assunto era por assim dizer feudo da narrativa. A poesia, essa porfiava em conservar ainda as suas distâncias aristocráticas em relação ao calvário do trabalhador do Douro. Frequentava mais os solares do que os cardenhos, e quando acaso visitava estes era para enaltecer as virtudes da pobreza. Preferia extasiar-se ante a geométrica beleza dos socalcos, os humores do rio ainda não

domado pelas barragens ou as excelências gustativas e olfativas do vinho fino.

Foi então que surgiram os *Poemas durienses*, a abrir caminhos novos à poesia do Douro. Já não é uma poesia amável e reverente, gozosa, mas sim uma poesia-libelo, ora orgulhosamente rebelde, ora simplesmente magoada, que renega a visão turística do Douro. O poema “O Pinhão” ilustra bem esta mudança de ponto de vista:

Lá em baixo, na curva do rio,
vazadouro e fornalha, está o Pinhão.

Belo!, belo! – dirá o turista.
E o burocrata: progressivo.

Mas o Pinhão não é nada disso,
é mais do que isso, não é nada

do que mostram os documentários de cinema
ou qualquer “Life” comercial.

Pinhão!, capital do suor, os teus caminhos
são pedaços de sangue coagulado.

Também uma certa visão mitológica é rejeitada nos *Poemas durienses*. Onde outros preferiam ver nas vinhas («são a própria alma desta gente», diz António Cabral no poema-manifesto “Aqui, Douro”) o dedo de Baco, António Cabral prefere ver a mão e o braço do homem:

Nem Baco, nem meio Baco!
Aqui é o homem,
desde as mãos ossudas e calosas,
desde o suor
ao sonho que transpõe as nebulosas.

[...]

Nem Baco nem meio Baco!
Aqui é o homem
que nada há que não suporte
mas suporta e persiste.

Aqui é o homem até à morte.

E, num registo diferente, quem não recorda aquele sardónico remate da descrição da quinta do senhor Smith:

[...] Hoje o senhor Smith é o dono da grande quinta:
Setenta pipas de vinho de primeira,
além dum extenso olival, dois pomares,
um palacete, a habitação dos caseiros, os caseiros,
trabalhadores eventuais e outras árvores de fruto.

É claro que nem tudo é contestação e raiva nos *Poemas durienses*. Um poeta também precisa de extravasar outros sentimentos. Há no livro momentos de ternura, apaziguamento, nostalgia da infância, evocação de familiares, de pessoas, costumes, tradições e lugares, recriação de xácaras, um ou outro assomo de humor (como no poema “Canção do lavrador desconhecido”, onde se lê, entre outras, esta quadra corrosiva: «Se herdasse a Quinta dos Frades, / se a lua me pertencesse, / se não houvesse ladrões, / se a minha avó não morresse...») e até pequenas irreverências teológicas (como no poema “Não é fácil, Senhor, a vida que nos deste”, em que interpela Deus desta forma: «[...] como se nos criasses apenas / para te servirmos de passatempo.») O livro não é de modo nenhum monocórdico; é antes um mosaico de vivências, emoções, sentimentos, confidências.

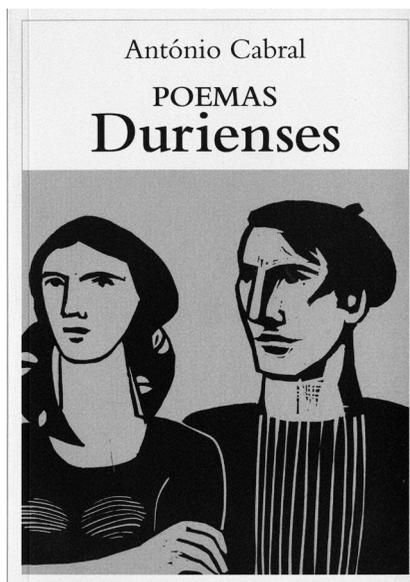
Mas, mais ou menos pronunciado, o tónus geral do livro é mesmo a inconformidade. Há nos *Poemas durienses* qualquer coisa de inesperada e inquietantemente novo e contestatário. Pode afirmar-se que António Cabral, ao dar às ‘árvores de fruto’ — leia-se: os trabalhadores rurais — a dignidade de matéria poética, operou uma revolução no modo de cantar o Douro que autoriza a considerar os *Poemas durienses* de algum modo pioneiros. Como escrevi no prefácio à segunda edição do livro: «Não é este pioneirismo o único mérito do livro, naturalmente. Mas gosto de pensar nos *Poemas durienses* sobretudo como um livro-programa, um implacável roteiro do calvário duriense. Por vezes, faz-nos saborear um cálice de porto velho — mas não nos oculta o que está *antes* do vinho. Outras vezes, abrasa-nos com as baforadas da fornalha do Douro estival. Outras vezes ainda, faz ressoar dentro de nós as pragas dos cavadores. E tudo isso nos dá uma visão poética do Douro nova e surpreendente. E tudo isso nos edifica.»

Impunha-se pois a reedição dos *Poemas durienses*, que se encontravam esgotados e eram debalde procurados em alfarrabistas há muito tempo. É um

livro que ainda nos faz falta, porque, não obstante certa suavização operada na ordem social do Douro, ainda não se atingiu uma situação de inteira justiça e por isso as suas denúncias não perderam de todo actualidade.

São de felicitar por isso os que tornaram possível a reedição: a Dr.^a Alzira Cabral e os seus esforços para preservar a memória do Poeta; a Editora Opera Omnia, na pessoa do seu director executivo, José Manuel Costa, que concretizou o projecto; as herdeiras de Nuno Barreto, que autorizaram a reprodução dos belos linóleos da primeira edição, sem os quais a segunda sairia empobrecida; e as entidades, públicas e privadas, que apoiaram a edição, nomeadamente a Livraria Traga-Mundos, de Vila Real, e a Câmara Municipal de Alijó.

Termino, declarando que, evidentemente, não tive a pretensão de vir ensinar a Alijó, neste dia 1 de Fevereiro de 2018, quem foi António Cabral. Melhor do que eu, sabe Alijó quem foi esse que se conta entre os seus mais ilustres cidadãos. Mas confesso que me deu muito gosto recordar, nestes breves minutos, um homem que ainda nos faz falta. Um homem de quem sou pessoalmente devedor, por me ter dado a conhecer um Douro novo, e de que todos somos igualmente devedores, pelo muito que amou e exaltou esta sua e nossa terra e a generosa e injustiçada gente que a construiu.



Glossário ameno trasmontano (de humor e amor à caça)

Ângelo Sequeira

À COA.

Era o brado de aviso, alarme ou pedido de socorro na evidência física do lobo ou de vestígios confirmados da sua passagem recente no local ou redondezas. Nada do *Boca! Pega! Cerca! Aí vai lobo!* do comprometido e, na situação, ainda mais aterrorizado Padre Justino, de Padornelos, quem conta é o *torturado* de Seide, naquela nevada noite de Novembro em que fuzilou o lobo esfomeada e manhosamente interposto, a meio da serra, entre ele e a já por ele prendada, além doutras atenções, com um anel de corais na romaria de S. Bartolomeu, a impoluta Felícia... Também escreveu o Mestre de Soutosa¹ que os modos eram outros: (...) *Os lobos eram sobejos nas terrinhas altas da Beira. A cada momento retumbavam pela noite velha, do fundo dos currais, o estampatório dos bacamartes e os gritos destemperados de à coa (...) e (...) repercutem pelas quebradas, aviventados pela vermelhidão do poente, os ecos aflitivos das vozes com que os pastores os afugentam dos rebanhos: à coa!... à coa!...²* Já para não falar, segundo o mesmo, no Gil Sapateiro que meteu o Zé, o seu rapaz de nove anos, *numa das tabladas do penedo, como último recurso para reaver o furão que apanhara um láparo no fundo duma lorga, lhe bebera o sangue e agora passeava de cá para lá – bêbado*

1 RIBEIRO, Aquilino. *Aldeia. Terra, gente e bichos*. Livraria Bertrand. Lisboa. 4ª edição. Págs. 3 e 17.

2 RIBEIRO, Aquilino. *O Homem da Nave. Serranos, caçadores e fauna vária*. Livraria Bertrand. Lisboa. 1968. Pág. 34-35.

de todo, entendia o Gil. O furão acabara por aparecer, mas o rapaz, não. Não cabia no buraco de saída, por onde entrara. *Bem – disse ele – eu vou ao povo chamar (...) Se vierem os lobos, que aqui é sitio deles, berra-lhes à coa... Pois então, ... à coa! Berra alto, senão comem-te (...) Olha que eles podem vir por detrás (...) Se sentires que te tocam na bunda, são eles (...) Ouves, berra bem alto... à coa!... à coa!, claro está, agora digo eu, que só quero, com o autor, levar-vos até ao fim do acontecido. Assim, fingiu que foi ao povo... Foi-se ao corgo, cortou um amieiro novo (...) volveu à negregada furna (...) soltou um urro a imitar os lobos quando arruaçam e picou o rapaz no traseiro. Ora, o rapaz enfiou pelo buraco fora, melhor que uma agulha de retrós pelo buraco de uma agulha albardeira...* Eu não vi, que eu não estava lá, mas iria jurar que, visto nesses apuros, o rapaz não teve tempo nem de se lembrar de berrar ...à coa!...à coa! Mas safou-se!...

Assim como também não vi, que eu, felizmente, do mesmo modo não estava lá, ao Frei Joaquim das Sete Dores, então de riba da azémola e ao Malhadinhas, montado em machinho andeiro, na negrura da serra e no espalhafato da neve a bailar como uma bêbada, o susto dos respectivos burros e deles dois, isto é, dos quatro, ao ouvirem um lobo no cimo dum oiteirinho começar a uivar, passando logo a seguir a fazê-lo repetidamente *um uivo que nem uma sovela a furar*, até se deter calada a *serenata (...)* no cabeça distante uma centena de passos *(...) mudo e quedo como um penedo (...)* à *espera dos colegas*. Que logo depois apareceram, de facto, mais quatro, a segui-los, mansarrões, pela ilharga, quase a lamber-lhes o estribo. Revela o narrador, já nessa altura se lhe afigurar tolherem-se não sei porque resto de cobardia de lhes saltarem... Já há muito lhes tinham bradado “à coa!...à coa!” repetidamente e com toda a alma quer pela boca de Frei Joaquim, *com a ronca habituada aos latins*, quer pela do Malhadinhas, *com toda a força dos seus pulmões que investiam com uma botelha de meia canada e lhe arrancavam as tripas dum sorvo*. Mas, nada feito! *A nevada continuava a subir (...)* já as bestas enterravam as pernas até a joga e não se via palmo. Enfim, só se safaram por um verdadeiro milagre. O António reparara por mais de uma vez que *as bestas emperravam, mormente o jumentinho, que, sobre andar mal pensado e estafado de jornadas, trazia além dos alforges, cheios com o peditório, o pote de enxúndias do fradalhão*, ao mesmo tempo que se interrogava do que seria aquilo que, também já por várias vezes ouvira tilintar dentro dos ditos alforges. Só nessa altura, intempestivamente, dada a urgência da situação, confrontado com a repetição da pergunta (sempre negara a posse de qualquer arma de defesa...), se saiu o abade a titubear que era um turíbulo!... Agora, de novo, a voz do narrador: *O frade passou-me o turíbulo para as mãos, atravessei a faca nos dentes, e aí me pus a tocar ferrinhos, a bimbalar, a fazer uma matinada que nem cambalheiras arrastadas por um cavalo! E, querem Vossorias saber, os lobos meteram o rabo*

entre as pernas e desarvoraram. Certo, assim Deus me salve! Ouvimo-los ainda uivar para a cernelha do morro, mas não lhes tornámos a pôr a vista em cima, nem as bestas deram sinal de que nos fossem a acompanhar. O frade erguia graças a Deus e berrava: – Milagre!...Milagre!...³

Bom. Vamos ficar por aqui uma vez que já estarão mais ou menos esclarecidos quanto ao significado do grito de pedido de ajuda, aviso ou alarme quando se nos depara o “cheiro” a lobo!... À coa!... À coa!... Aliás assim teria que ser, uma vez que pela boca de Frei Joaquim das Sete Dores e da do Malhadinhas de Barrelas, o Mestre de Soutosa com toda a razão e direito, já estará a bradar contra mim o “à coa!...à coa!...” e a atobinar-me as orelhas com o bimbalar do turíbulo obrigando-me a meter o rabinho entre as pernas!... Que, como dizem que fazia o cronista Rui de Pina, mais do que a enfeitar-me com a obra alheia, a do Mestre, sou outro lobo a assassinar-lha, a desgarrá-la e a destroçá-la!... E a devorar-lha!... Isso mesmo!... Que lhas devoro!... Bom... que nisto alguma razão terá pois, tanto quanto posso, não deixo escapar uma!...

Por tudo isto, *mea culpa!*

À PATA.

Referência com relativo alvoroço à deslocação em terra, a pés, de algumas espécies que, mais frequentemente, são surpreendidas a voar. Ninguém em boa consciência vai anunciar, na ânsia de causar qualquer tipo de estranheza, que viu um coelho ou uma lebre a fugir à pata. Que não têm asas, não têm outro meio de locomoção... Mas com outras espécies é diferente. Têm asas e patas de que se servem indiferente e frutuosamente, mas preferem, sempre que possível, deslocar-se... à pata! Nomeadamente a perdiz. A narceja, a codorniz, a galinhola e outras também assim são, que só dão mais uso às asas nas suas deslocações migratórias. Mas a perdiz, sedentária, só voa se a isso for obrigada, as mais das vezes pelo pastor e seu rebanho, pelo caçador, ou por qualquer outro predador. Rata-se, se pode, da perseguição do Nemrod de ocasião e do focinho do seu cão ou, quando já ferida de asa, procura a efémera salvação, de pescoço esticado e olho vivo, ao alto, esperançada na sombra das urgueiras, na escuridão do mato espesso, ou no emaranhado agreste dos silvados. À pata.

Quando voltei a entrar na sala de jantar, com todos ainda lá reunidos, à mesa, no fim do almoço, na Quinta do Alto, provavelmente afogueado, entusiasmado,

3 RIBEIRO, Aquilino. *O Malhadinhas. Mina de Diamantes*. Obra conjunta. Obras Completas de A.R. Livraria Bertrand. 356 págs. 1958. Págs. 139-141.

relatei “Ali adiante, depois dos cortiços das abelhas, na vinha, antes da curva da cerejeira, vi uma codorniz. Uma codorniz!... Uma codorniz, à pata.” Eu não teria ainda dez anos e hoje não sei bem o que é que realmente vi naquele dia a esgueirar-se por entre as cepas já podadas, na terra cascalhuda. Hoje, o que sei é o que vi na cara da Tia Júlia, olhando de soslaio para os irmãos, dos quais, um era o meu Pai. Um sorriso de bonomia e carinho e depois, a fazer-se de incrédula, mas surpreendida pela oportunidade da expressão. A perguntar: – À pata?...

ENCASTELAR.

Uma perdiz que encastela é o acorde supremo na música interior que o caçador de salto pode escutar.

(Sérgio Paulo Silva, “Cartuchos Mal Calibrados”)

Se na nossa Casa da Fraga, em Medrões, onde nasci eu e mais seis irmãos, a tropelia era só quase grave, a minha Mãe abria a porta do fundo das escadas que iam dar ao andar de cima onde ficava o escritório do meu Pai e lançava o seu pedido de socorro: “– António!... Chama para aí o Gito (era eu!) que só está aqui a fazer asneiras!” O meu Pai, quando era assim, colaborava sempre e eu lá ia ter com ele para ser obrigado a sentar-me, por castigo, na cadeira que estava em frente da máquina de escrever e muita sorte tinha se não apanhasse, logo à chegada, um mosquete. Bom, mas há bens que vêm por mal: deve ter sido a aproveitar a ociosidade destas punições diante da velha *Remington* que eu iniciiei e fui criando aquele à-vontade no bater do teclado *AZERT*, que tão útil me seria mais tarde... Que oportunidades destas, para treinar, tive muitas!... Até demais...

Mas se a falta era menos grave o castigo também era mais leve e regra geral a minha Mãe, sempre contemporizadora, aproveitava a pena a aplicar para me obrigar a ajudá-la em qualquer tarefa que nesse momento tivesse entre mãos. Naquele dia, lembro-me muito bem, era nos preparativos para a confecção dum qualquer doce. “– Anda cá!... Pegas neste garfo...” (as batedeiras eléctricas, nesse tempo, a existirem, seriam muito escassas), “e vais batendo, assim, sempre, sempre, até isto crescer e ficar agarrado ao fundo da terrina.” Isto é, com o tal garfo eu teria que bater as claras de ovo até ficarem em castelo. Até encastelarem.

Vem isto a propósito, embora à primeira vista não pareça, da primeira perdiz que eu matei. Quando de *Flobert* de 9 mm de um só cano, dissimulado e furtivo, subia o pinhal do Lello por entre giestas, tojos e medronheiros, lampejou-me a ziguezaguear à minha frente, num espaço de vegetação mais rasteira, uma

sombra que cheguei a pensar tratar-se do escapulir sorrateiro de algum laparoto descuidado que eu houvesse alvoroçado. Numa nesga de monte limpo quatro ou cinco passos mais adiante é que vi que era uma perdiz. Redobrei de cuidados até à orla do pinhal e uma vez aí, ainda encoberto pela rama dum medronheiro, parei para observar. Depois de alguns minutos de rigorosa imobilidade acabei por a descobrir a cerca de quinze metros, muito sossegadamente pousada numas pedras amontoadas no meio da vinha já podada. Esticou o pescoço levantando a cabeça, curiosa e já inquieta, ao estalido do armar do cão, comigo já de arma à cara e pontaria quase feita. Não lhe dei tempo para mais. Ao disparo meteu-se num alvoroçado romper de voo rumo ao céu, num estrepitoso e desordenado bater de asas. Para meu desespero foi subindo, subindo, subindo quase a prumo até desaparecer da minha vista, lá nos altos, entretanto encoberta pela alta copa dos pinheiros.

Nesses meus doze ou treze anos por onde, então, rondaria a minha idade, eu já devia por variadas vezes ter ouvido falar neste fenómeno aos meus familiares e seus amigos, quase todos eles membros efectivos e deveras participantes, quando não até sócios honorários, da conceituada confraria de Santo Huberto. Ter-me-á passado despercebido, desconfio eu, graças à turbulência dos meus verdes anos associada à precipitada e irreverente voracidade com que, já nessa altura, procurava apreender e digerir os seus conhecimentos cinegéticos.

De facto, já, entre outros, o poeta do “Reino Maravilhoso” romanceara em meados da década de quarenta do século passado que... *Uma perdiz levantara voo no planalto, abriu-se inteira à pontaria, recebera no peito o relâmpago do tiro, e continuara como uma seta. De repente, lá longe, num último arranco, erguera-se a pino, de bico ao céu, e subira, subira, até se lhe acabar o alento. Só então caíra maciça e perpendicular sobre o abismo. O caçador seguira hipnotizado aquela agonia heróica e digna...*⁴. Também ele, como eu.

Aliás já alguém (outro *Alguém*) na nossa literatura, Virgílio Ferreira, em *Mudança* escrevera ou estaria para escrever o mesmo: *...repararam depois que uma perdiz se destacava do bando. Em círculos largos, começava a subir, trepando as nuvens. Já quase se perdia de vista, naquele sonho de uma morte alta. De cara no ar, mudos, todos fitavam aquele ponto negro no céu. De repente, porém, o ponto negro parou, começou a crescer, era já um rolo de penas, caía fulminante em vertical...*

E quase logo a seguir, outro, o poeta presencista de Aldeia de Cima, de Armamar, versejara o mesmo e quase pelas mesmas palavras, sobre a sorte dumas perdizes surpreendidas por um disparo certo... *mesmo ao dobrar a ponta*

4 TORGA, Miguel. *Vindima*. Coimbra. 4.^a edição revista. 1971. Pág. 79.

*do cabeça:...Seriam talvez dez; ficaram duas:/ Uma, ferida de asa, logo abocada pelo cão; E a outra, de castelo,/ Desceu a encosta num voar sem rumo.../ Alta, como o balão que se ergue aprumo;/ Subiu, subiu!... E caiu/ Morta a rolar no chão/ Como um novelo!*⁵. Mas, lá está, lamentavelmente, nessa altura, eu ainda não os tinha lido!... Só muito mais tarde se fez luz no meu espírito e à medida que se me foram abrindo os olhos é que fui adquirindo algum daquele saber de experiência feito.

Ao meu Irmão, Capitão e emérito caçador de perdizes (e não só!...), no fim dum dia de estafa, com o correão já repleto delas, saltou-lhe mais uma a boa distância, uma daquelas que são mesmo para matar, à qual, após rigorosa e ponderada pontaria, desfechou os dois tiros da caçadeira sem que nela notasse o mínimo estremecimento. A perdiz, sempre de asa aberta, desceu a encosta, atravessou o vale da linha de água, subiu parte da encosta em frente e em determinada altura, sem que ele dela tirasse os olhos, começou com um frenético bater de asas e em círculos concêntricos cada vez mais apertados, foi subindo, subindo bico ao céu até suspender o voo e a prumo se despenhar no terreno. Cansado e carregado de caça, com o dia a chegar ao fim, por demais cioso das suas conquistas cinegéticas, punha-se-lhe, acutilante, um dilema: apelando às suas agora já reduzidas forças descia a íngreme, pedregosa e suja encosta, atravessava o riacho e tornava a subir, agora na encosta em frente, de progressão igualmente difícil, para apanhar a sua perdiz, ou resignadamente voltava costas e a abandonava morta, no meio do mato, para gáudio da bicharada? Largos minutos hesitante, nem queria acreditar quando vislumbrou, se bem que ainda longe do local da *pancada*, um vulto que lhe pareceu também um caçador, a caminhar naquela direcção. Conseguiu que ele o ouvisse e percebesse e assim o foi guiando para o local à custa de grandes berros, exuberantes gestos e rigorosas e insistentes indicações quanto a pontos de referência eventualmente úteis naquela circunstância. O vulto foi ouvindo e andando até que finalmente, dobrando-se, apanhou do chão a perdiz que de braço erguido exibiu à distância. Contava o meu irmão e eu que o conheci muito bem acredito piamente, que nesse momento, ao ver a perdiz, a sua perdiz, nas mãos daquele estranho, ele sentiu um baque no coração, um terror indiscutível, quase a sensação de morte iminente. Podem acreditar!... Mas o pior veio a seguir, continuava ele a contar, congestionado e sempre com as mãos a tremer. O vulto (ele chamava-lhe outras coisas), que tão bem o ouvira para chegar à sua perdiz, logo que se apanhou com ela nas mãos nunca mais ouviu nada! Ou se ouviu, fez de conta que não ouviu! Às perguntas de ‘quem é?’... ‘para onde vai?’... ‘onde mora?’... nunca mais respondeu nada e sem mais qualquer aceno ou cumprimento

5 JOSÉ, Fausto. *É El-Rey Que Vai à Caça*. Imprensa Portuguesa. 1951. Pág. 47.

desapareceu no alto do monte. Dizia o meu irmão, continuando a apelidá-lo de nomes muito mais que vernáculos, que, coitadinho, deve ter ficado, com as penas “da minha perdizinha”, insistia ele, logo completamente surdo e mudo. E ainda ajuntava que foi pena não ter ficado mas era, paralítico!... Não fazia as coisas por menos!

Doutra vez, numa cena semelhante, já que começou do mesmo modo que esta, eu tive mais sorte porque, felizmente, o seu desfecho foi completamente oposto. Perdiz bem saltada, bem apontada, bem atirada, travessia do profundo vale como se nada fosse com ela e depois, já na outra encosta, castelo e queda a prumo quase nas barbas do Acácio da Rapada com quem vínhamos formando ala. O desfecho foi diferente porque essa, *ao contrário da do Sr. Capitão, foi-me, logo à frente, devolvida e atada por mim ao meu cinto onde, ao lado das outras, passou a mostrar-se até ao fim da caçada.*

Mas outras achas foram sendo atiradas à fogueira. E não só nacionais. Já a *Enciclopédia Universal de la Caza* que veio a lume em Barcelona, dirigida por Jorge de Pallejá especialmente colaborado por José Gibert, na página 8 do tomo II, fala nisto. Apareceu em 1969, eu só a adquiri em 1979 e só agora a fui consultar sobre este assunto que tenho entre mãos para vosso castigo, como a minha Mãe tinha, para mim, as claras dos ovos. Com o lamiré dado por outro ilustre caçador e escritor (veremos a seguir quem ele é...), eu fui, então e aqui, investigar em *hacer la torre*. E lá está! *Dicese de las aves y mayormente de las perdices, cuando al recibir un impacto se elevan rectamente, casi verticalmente, hasta una altura, a veces considerable, desplomandose seguidamente ya muertas*”. E mais ainda, propõe-se acabar com a discussão quanto à localização do impacto/ferimento na ave atingida que pode justificar, da parte dela, este bizarro comportamento. Senão vejamos o que diz em continuação. *Quando esto sucede es que el ave recibió un perdigón que le atravesó la cabeza, por los costados, destruyendo los canales semicirculares de los oídos, en los cuales residen los órganos del equilibrio. E lpájaro, al ser herido tiene pues desconcertado el vuelo, y por ello se dirige hacia arriba hasta que le escapa la vida, sendo entonces cuando, al cesar el movimiento alar, cae pesadamente desplomada dando el pelotazo. También las palomas hacen la torre pero ascendiendo en espiral. Se ha venido creyendo que cuando un ave hace la torre es que fue impactada en el corazón, y que la sensación de asfixia que experimenta a causa de la herida, la hace remontarse en busca del aire que le falta. Ello no es cierto, pues cuando un volátil recibe plomo en el corazón, da un salto en el aire echando la cabeza hacia la espalda, cayendo inmediatamente, fulminado.*⁶

6 PALLEJÁ, Jorge y José Gibert. *Enciclopedia Universal de la Caza*. Editorial Hispano Europea,

Daqui já deduzimos que isto não acontece só com as perdizes, podendo também acontecer com os pombos... Eu penso, e depois de tanta leitura até já me posso dar ao luxo, modéstia à parte, de pensar no assunto e de poder ter também a minha opinião, que isto poderá igualmente acontecer com outras aves. E se melhor o pensei, para meu grande regozijo, assim o vi escrito e até muito recentemente. *Lorsque la Belle [a galinhola] a surgi, nous avons tiré tous deux, quasiment ensemble et l'oiseau s'est aussitôt mis à monter en battant désespérément des ailles manifestement touché à la tête. Adrien allait la doubler, mais je l'en ai dissuadé. A l'issue de la chandelle, elle est tombée comme une pierre, morte. C'était son baroud d'honneur.*⁷ O autor destas linhas não dá uma denominação a este comportamento e outros entendidos seus compatriotas seguem-lhe as pisadas: *touché à la tête, l'oiseau (pas nécessairement la bécasse), monte en chandelle vers le ciel jusqu'à ce que ses forces lui manquent pour retomber sur terre. En France nous ne donnons pas de nom particulier a ce phénomène...*⁸ Se os portugueses lhe chamam *encastelar* e os espanhóis *hacer la torre*, falam os franceses em *monter en chandelle...*, agora digo eu, em subir, como a chama duma vela de cera ou como um foguete, virados ao céu... Feitios!...

Sim, e agora é que é para finalizar, vem então o poema, é um verdadeiro poema se bem que em prosa, intitulado e em prole da *torre*, da autoria do tal que dizia que era um caçador que escrevia e não um escritor que caçava. Como se segue. *Hacia tiempo que no se me daba contemplar una torre así, tan espectacular y arrogante. El pájaro, emplomado por Adolfo en la pestaña, voló ladera abajo sin inmutarse, sin mover una pluma y al alcanzar la línea de siembras se repulló en vertical hacia el cielo (que buscan en las nubes estos pájaros heridos de muerte?) hasta convertirse en un punto insignificante en el infinito azul, quedar un momento en suspenso y desplomarse, al fin, como una piedra sobre las tierras aricadas. Quantos metros se remonto esta valiente patirroja? Cincuenta, setenta, cien? Testigo mil veces destas fintas, puedo asegurar que no recuerdo otra torre como esta, tan vistosa y contrastada; tan plástica. Una verdadera torre gótica!*⁹

Dirão alguns, agora, que o *encastelar* é de cartuchos mal calibrados. Mas não é... Cartuchos mal calibrados?... Nada disso!. Que foi então aí, em *Cartuchos mal calibrados* dum ilustre Amigo, confrade de Santo Huberto, que eu vi escrito

Barcelona, España, 1969. Tomo II, pág. 8.

7 SOUCHE, Gérard. *La Mordorée, Revue Officielle du Club National dès Bécassiers*, n.º 278, Avril 2016, pág. 57.

8 MEUNIER, Bruno. Prèsident du “Club National dès Bécassiers”.

9 DELIBES, Miguel. “La Torre”. In “Carne de Caza”, revista *Trofeo.Caza.Pesca.Naturaleza.*, n.º 245, ano XXI, Octubre 1990, pág. 10.

aquilo que eu também há muito sentia mas não sabia exprimir: *Uma perdiz que encastela é o acorde supremo na música interior que o caçador de salto pode escutar.*¹⁰

Em resumo: ao fim e ao cabo, eu, já nessa altura dos meus doze ou treze anos, me devia ter apercebido de que a minha perdiz encastelara e acabara por se despenhar por ali, a uma ou duas centenas de metros. Que o Toneco, passada quase uma semana, até me disse que tinha aparecido uma perdiz já meia podre na vinha do Zé da Auxília, naquele bocado de vinha que estava ainda por cavar, ali mesmo por cima do pinhal do Lello... Foi uma pena!... Eu teria feito um figurão e até acabaria por a ter comido depois da respectiva canja enfeitada com uma folhinha de hortelã-pimenta, acompanhada de um arroz branco solto e regada com molho de vilão. E até talvez me regalasse, no fim, com uma fatiazinha daquele delicioso bolo feito pelo carinho da minha Mãe com as claras da minha punição batidas em castelo... Enfim!...

Que eu, agora, finalmente, penitencio-me. Desculpem a chumbada e por favor... não encastelem!

10 SILVA, Sérgio Paulo. *Cartuchos mal calibrados*. Edição do Autor. Diana-Litográfica do Alentejo. VIU/2012. Pág. 13.

A Pneumónica ou gripe espanhola em Vila Real (1918-1919) – um olhar

António Adérito Alves Conde

“A nossa terra [Vila Real] é invadida por uma doença epidémica, registando-se já perto de 170 casos, muitos d’elles fataes.”

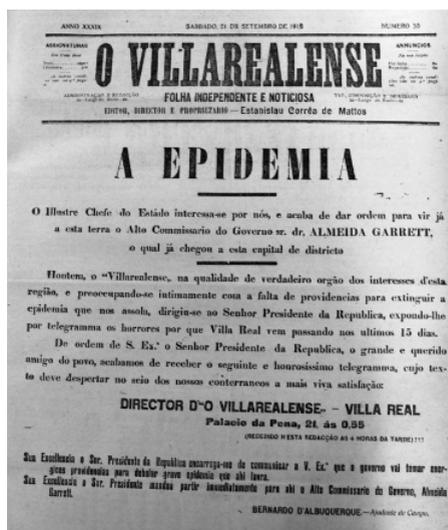
Jornal “O Vila-Realense”, Vila Real, 12 de Setembro de 1918, p. 2

“... foram recebidas informações de fóra denunciando a aparição sincrónica da epidemia no estrangeiro com esta feição pulmonar, classificada pela auctoridades militares sanitárias e civis de Inglaterra, da França, e da Italia como influenza pneumónica, conforme o diagnostico que avançaremos.”

Jornal “O Comércio do Porto”, Porto, de 15 de Setembro de 1918, p. 2

“Continua a grassar com intensidade em Hespanha a epidemia gripal, sendo os povos mais atacados os de Castellon, especialmente em Torreblanca; em Cartagena, onde n’um hospital militar há 300 enfermos, Valencia e Huesca.”

Jornal “A Capital”, Lisboa, 19 de Setembro de 1918



“A policia e a Santa Casa haviam enterrado até hontem, ás 5 horas da tarde, 1.087 corpos de victimas da gripe neste tres dias. Até á noite, a Funeraria tinha encomendados para hoje 242 enterros particulares. A Santa Casa e os Necroterios Publicos e da Policia removeram 212 corpos. Portanto, só hontem, a gripe victimou 454. O total de mortos nestes tres dias atinge, assim, a 1541.”

Jornal “O Correio da Manhã”, Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1918

Apresentação

As notícias atrás referidas, publicadas em Vila Real, Porto, Lisboa e Rio de Janeiro, respectivamente, correspondem aos primeiros relatos da imprensa, nos diversos locais, sobre a rápida difusão do fenómeno epidémico que, no Outono de 1918, se abatera sobre a Humanidade, dando-nos parte da geografia e da dimensão da tragédia, responsável pela morte de trinta milhões de seres humanos.

Com efeito quando se davam os primeiros passos para pôr fim a um conflito bélico sem precedentes, do qual resultou a perda de milhões de vidas, o Mundo estava de novo a braços com uma devastadora epidemia que, de forma avassaladora, varreu todos os continentes, e fez ainda mais vítimas mortais que a Grande Guerra em quatro anos.

Em Portugal, como adiante veremos, a pneumónica terá ceifado a vida de mais de 100 mil pessoas e, a nível europeu, o número de mortos é calculado em cerca de dois milhões de habitantes. Ricardo Jorge, então director-geral de Saúde, chamou-lhe o *“maior flagelo epidémico dos tempos modernos”*.

O presente trabalho visa reconstituir e problematizar, em relação ao concelho de Vila Real e sua região, a história da mais temível epidemia que assolou o País numa conjuntura já de si problemática, quer pela intervenção desastrosa na Grande Guerra, quer pelo contexto político-social conturbado em que se vivia.

Seguiremos de perto os relatos publicados pelo jornal “O Vila-Realense” que foi o verdadeiro arauto que deu a conhecer a dimensão da tragédia nas freguesias da então vila e nas freguesias rurais e, de sua iniciativa, enviou um telegrama ao Dr. Sidónio Pais pedindo a tomada de medidas que evitassem a mortandade que se avizinhava. Este acto valeu a deslocação do Presidente da República a Vila Real onde visitou os doentes e colocou em marcha os mecanismos para debelar os efeitos da epidemia. Tudo isto aconteceu face à inoperância das autoridades locais, designadamente a Comissão Administrativa da Câmara Municipal e o Governo Civil, cuja omissão era vivamente criticada nas páginas do jornal que chegou a defender a demissão dos titulares dos dois órgãos.

E assim face ao relativo silêncio da imprensa nacional e regional sobre a tragédia que assolava Vila Real e a sua região, “O Vila-Realense” assumiu-se como o porta-voz da causa da situação epidémica que grassava em Vila Real, ora apoiando as entidades que participavam no combate à doença, ora denunciando as difíceis condições sanitárias do concelho, ora dando notícias da evolução da doença.

Nessa medida o trabalho que aqui apresentamos é tributário do apreciável trabalho de reportagem deste honroso periódico de propriedade, direcção e edição de Estanislau Correia de Matos (1851-1932).

É de justiça destacar o valioso contributo da possibilidade de pesquisa *online* dos registos paroquiais de óbito das principais freguesias do concelho e distrito de Vila Real, pertencentes ao Arquivo Diocesano de Vila Real e disponibilizados pela “Family Search”, através do “Blogue Genealogia FB”. Esta oportunidade (para já só disponível para o distrito de Vila Real, que sabemos), foi crucial para a consulta de todos os registos de óbitos (do decénio 1913-1922), referentes à maior parte das freguesias do concelho, já que a consulta no registo civil seria um trabalho praticamente impossível.

Sem esses dois valiosos contributos o conhecimento da história da pneumónica em Vila Real ficaria certamente mais minguido.

1. A epidemia que assolou o País

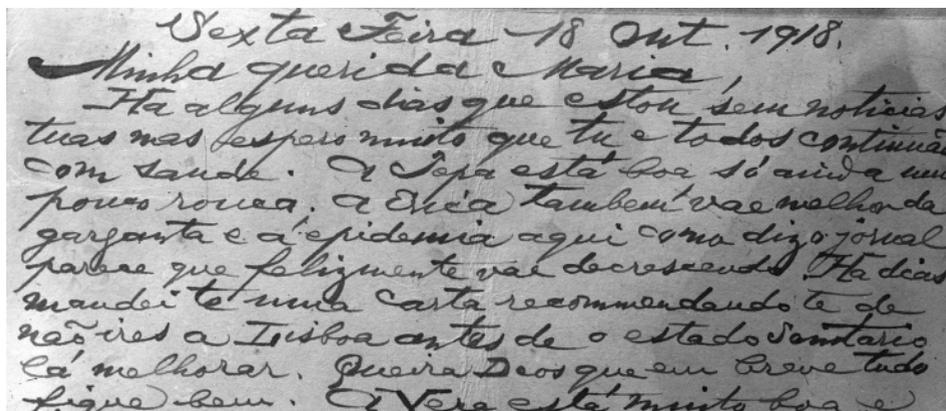
1.1. Origem e progressão da gripe

A epidemia chegou em Maio, de Espanha, trazido o contágio pelos trabalhadores agrícolas alentejanos que laboravam em Espanha. Também a deslocação de pessoas pelo caminho-de-ferro entre Lisboa e Madrid ajudou à sua propagação. Era uma gripe simples, sem complicações pulmonares, a qual foi confundido com a chamada “febre dos três dias”.

Depois de um primeiro surto em Junho e Julho, o súbito desaparecimento da doença e o seu carácter benigno, fez esquecer os seus efeitos perversos, apesar dos alertas de alguns médicos, designadamente de Ricardo Jorge, que soube identificar o período premonitório da doença e que, em finais de Setembro, avisava da perigosidade desta segunda vaga da pneumónica, que trazia consigo complicações secundárias, como pleurisia, sinusites, otites, etc.

Em Agosto a pneumónica voltou a atacar, desta vez em Vila Nova de Gaia, causando o pânico. A partir daí a doença progrediu rapidamente nos primeiros dias do mês de Setembro, sobretudo levada pelos soldados que, de forma pouco

previdente, foram licenciados e mandados regressar aos seus lugares de origem. Entretanto a mobilidade própria duma época de colheitas e de feiras e romarias criou condições favoráveis à rápida propagação da doença.



Sexta Feira 18 Out. 1918.
Minha querida Maria,
Há alguns dias que estou sem notícias tuas mas espero muito que tu e todos continuas com saúde. A Tropa está boa só ainda me pouca rouca. A Dica também vai melhor da garganta e a epidemia aqui como digo jornal parece que felizmente vai decrescendo. Há dias mandei-te uma carta recomendo-te de não ires a Trisboa antes de o estado sanitário lá melhorar. Queira Deus que em breve tudo fique bem. A Vera está muito boa e

Imagem 1 – Carta de família com referência à epidemia
(Fonte: Gisa Porto)

Refira-se que o País vivia numa conjuntura sanitária marcada por epidemias tais como a malária, a febre tifoide, o tifo exantemático, a varíola, o carbúnculo, a difteria, etc., que eram recorrentes. As razões desta situação devem encontrar-se na falta de infra-estruturas básicas a nível de distribuição de água e esgotos, nas deficientes condições de habitabilidade e na insalubridade urbana.

A sociedade vivia nos limites da sobrevivência, condições que foram agravadas com a guerra, a falta dos produtos básicos, o racionamento e a falta de serviços e cuidados de saúde.

Desta forma a epidemia, na sua segunda vaga, pronunciou-se nos arredores do Porto, principalmente em Gaia, onde em breve declinou. A partir daí irradiou rapidamente para o Marco de Canaveses, Amarante, Riba Tua, Alijó, Vila Real e Bragança. Em todo o lado marcou o seu carácter maligno, espalhando o pânico e provocando a morte em famílias inteiras, em poucos dias. O grupo de risco, ao contrário das epidemias anteriores, era o dos adultos, com idades entre os 20 e 40 anos, embora indirectamente potenciasse a morte em outros escalões etários, no grupo dos mais fragilizados que não estavam imunes.

Atacou igualmente na margem esquerda do rio Douro, em Cinfães e Resende e daí prosseguiu nos distritos raianos, da Guarda a Castelo Branco e Portalegre, mostrando o seu furor mortífero. Por esta altura, em meados de Setembro, o litoral, o Centro e o Sul ainda estavam indemnes. No início de Outubro a

epidemia assolou o Algarve onde viria a fazer muitas vítimas mortais. Dentro em pouco espalhou-se por todo o País, e, pela sua imprevisibilidade, as medidas tomadas não conseguiram sustentar a sua propagação.

No entanto as próprias autoridades sanitárias parecem ter desvalorizado os efeitos da gripe pois já em plena crise, em finais de Setembro, nas notas divulgadas à imprensa, diziam tratar-se de um acidente epidémico conhecido e transitório, cujos efeitos seriam atenuados com o cumprimento dos cuidados médicos e higiénicos com as populações atacadas. Provavelmente há uma vontade manifesta de evitar o pânico.

1.2. As primeiras medidas para debelar a epidemia

Entre as primeiras medidas tomadas destacam-se a obrigação de declaração da doença às autoridades de saúde, o controle das migrações, a improvisação de hospitais, a criação de áreas médico-farmacêuticas nos concelhos afectados e a mobilização de médicos, contemplando os que estavam ao serviço do Corpo Expedicionário Português, os reformados e os finalistas dos cursos de medicina.

As farmácias foram abastecidas com sais de quinino, sais amoniacais, cafeína, óleo canforado, mostarda e linhaça, usados na preservação da doença.

Entretanto, através da imprensa eram veiculadas as instruções do Dr. Ricardo Jorge, com conselhos às populações sobre as medidas profilácticas e os cuidados a ter.

Após a notícia das primeiras vítimas mortais foram tomadas medidas para evitar o contágio e foram encerradas as escolas, foram proibidas as feiras, romarias e peregrinações; no entanto essas medidas não foram alargadas ao encerramento dos teatros, cinemas, cafés, igrejas, transportes colectivos, etc., onde também havia aglomerações de pessoas. Chegou a ser aventada a hipótese de serem feitas grandes desinfecções com creolina e queima de barricas de alcatrão (processo muito usada no estrangeiro), mas tal foi considerado um desperdício.

Foram nomeados comissários do Governo com a missão de coordenar, nas suas zonas, a luta contra a gripe. Procedeu-se também à criação de uma Comissão Central dos Socorros às Vítimas da Epidemia, para conhecer as dimensões da tragédia; contudo, a Comissão só foi organizada no início de Novembro, quando a pior fase da epidemia já tinha passado.

Digna de registo é a acção do Presidente da República, Sidónio Pais, que, de comboio ou de carro, viajava pelo País distribuindo subsídios ou alimentos e visitando os doentes. José Manuel Sobral (SOBRAL: 2009:88-89) fala-nos de um

presidente que construía a sua “imagem providencial” e de um regime cujo bloco social e ideológico vivia em torno da sua personalidade. Por outro lado refere que estas viagens tanto podem ser lidas como sinal de protagonismo do presidente, como das carências da organização formal da assistência à epidemia.

O panorama na capital do País, no apogeu da pneumónica, era assustador. As carroças circulavam na vida pública, com cadáveres cobertos por uma simples serapilheira e, nos cemitérios, a falta de espaço levou à abertura de valas comuns. Quanto aos vivos os cuidados nem sempre eram os melhores já que os doentes, tirados à pressa das camas, eram transportados nas noites frias de Outubro e Novembro, em camiões sem cobertura, permanecendo muito tempo nos carros, até entrar nos hospitais.

1.3. O quadro legislativo de combate à epidemia e à fome

Perante um quadro político-social difícil e uma conjuntura internacional de guerra, o regime sidonista, que caminhava a passos largos para o seu estertor, deparava-se com greves e protestos de um povo que conhecia a fome, a doença e a morte. A falta de cereais, de leite, de açúcar, de petróleo, de sabão, facilitava o açambarcamento e a alta de preços e dava lugar a adulterações de géneros alimentícios. Até a falta de trocos ameaçava paralisar as transacções; daí que as câmaras e as Misericórdias emitiam cédulas para fazer de moeda.

Em pleno apogeu da crise da pneumónica houve uma tentativa de insurreição, para derrubar o regime, tendo sido suspensas as garantias constitucionais pelo Decreto n.º 4.891, de 12 de Outubro de 1918.

Em relação à epidemia, através do Decreto 4.872, de 7 de Outubro de 1918, foi criado o lugar de Comissário do Governo conferindo-lhes os “*precisos poderes para combater a epidemia reinante*” e foi aberto um crédito de 100.000\$, destinado a despesas com a epidemia (Decreto n.º 4.858-A, de 2 de Outubro de 1918).

Outra das medidas foi a abertura de um crédito extraordinário no valor de 10.000\$ para aquisição de medicamentos, roupas e material diverso para tratamento no Hospital da Marinha de doentes epidémicos (Decreto n.º 4.924, de 23 de Outubro de 1918).

Quando se criou o caos perante o número avultado de mortos e o processo burocrático com vista ao sepultamento era lento, e após reclamação do respectivo Comissário Geral do Governo, pela Portaria n.º 1.566, de 25 de Outubro de 1918, foi alargado o horário de serviço das repartições e postos de registo civil.

1.4. O declínio da pneumónica, o regresso de outras epidemias e a desilusão nas autoridades republicanas.

O rasto de morte provocado pela epidemia foi em breve “abafado”, pela interposição de notícias do final da guerra e da desmobilização dos soldados, pelas greves e pela periclitante situação política, nomeadamente a revolta de Outubro e o atentado contra o Presidente Sidónio Pais e, em Janeiro seguinte, com a proclamação, por Paiva Couceiro, da designada “Monarquia do Norte”, em 19 de Janeiro, no Porto, na pessoa do rei D. Manuel II – a popularmente chamada “Traulitada”. Tudo se passou num ambiente de profunda crise económica, social e política.

A pneumónica conheceu uma terceira vaga da epidemia, em Abril e Maio de 1919, embora sem o carácter mortífero da vaga outonal. Nesse interim o País foi varrido por uma investida do tifo exantemático, varíola e outras doenças infecciosas. É curioso notar que no ano da epidemia de gripe aumentou a mortalidade não só do tifo, varíola, tosse convulsa e outras doenças epidémicas, como a do paludismo e das enterites, em crianças com menos de 2 anos.

Luís Trindade refere que uma parte dos dirigentes republicanos estão ligados à medicina e que o regime trouxe consigo expectativas de bem-estar, assistência e protecção aos cidadãos. Contudo a realidade do que se passa em 1918 é a prova de que *“parecia cada vez maior a distância entre o Portugal plenamente republicano prometido em 5 de Outubro de 1910 e essa realidade que parecia não conseguir ultrapassar os velhos níveis de pobreza e arcaísmo, agravados agora com uma crise e um conflito mundial de dimensões, essas, sim genuinamente ‘modernas’”* (TRINDADE:2004:227). Daí que a doença era ainda encarada como uma fatalidade sem remédio e, ainda assim, a fê, era para muitos (sobretudo os mais pobres) a forma de sentir um mínimo de assistência.

2. A demografia portuguesa e os efeitos nefastos da gripe e das epidemias

Teresa Rodrigues (RODRIGUES:1995:63), ao abordar a questão da evolução da população portuguesa nos últimos dois séculos, aponta um crescimento da população na ordem dos 72%, entre 1801 e 1900, data em que o País tinha cinco milhões e meio de habitantes. Este crescimento, embora modesto comparado com os outros estados europeus, deve-se, sobretudo, às altas taxas de natalidade e “à redução da mortalidade, a qual permite compensar o aumento do fluxo migratório característico da Centúria” (RODRIGUES, 1995:58).

Distrito	Anos					Diferença entre 1920 e 1911*	% da diferença
	1900	1911	1920	1930	2011		
Aveiro	305 574	340 180	346 938	391 875	714 351	6 758	1,99
Beja	164 754	194 727	202 914	242 687	152 706	8 187	4,20
Braga	358 183	383 131	378 145	414 101	848 444	-4 986	-1,30
Bragança	184 662	192 881	170 188	186 984	136 459	-22 693	-11,77
Cast.º Branco	217 179	243 585	241 574	262 285	195 949	-2 011	-0,83
Coimbra	339 264	368 106	360 361	377 289	429 714	-7 745	-2,10
Évora	128 842	150 020	155 918	179 036	167 434	5 898	3,93
Faro	257 378	276 074	270 592	295 660	450 484	-5 482	-1,99
Guarda	264 531	274 372	259 386	259 501	160 931	-14 986	-5,46
Leiria	242 471	270 273	283 428	309 575	470 765	13 155	4,87
Lisboa	565 560	681 521	743 496	903 460	2 244 984	61 975	9,09
Lisboa (cidade)	351 210	431 738	484 664	591 939	--	52 926	12,26
Portalegre	126 326	143 821	150 962	165 101	118 952	7 141	4,97
Porto	598 574	680 665	706 629	805 595	2 027 191	25 964	3,81
Porto (cidade)	165 729	191 890	202 310	229 794	--	10 420	5,43
Santarém	283 312	321 683	335 415	378 268	454 456	13 732	4,27
Setúbal	133 863	166 263	186 340	232 720	849 842	20 077	12,08
Viana do Castelo	218 525	231 668	230 122	232 827	244 947	-1 546	-0,67
Vila Real	240 515	245 699	234 940	256 961	207 184	-10 759	-4,38
Viseu	410 231	422 181	410 884	441 579	378 166	-11 297	-2,68
Angra do Heroísmo	72 951	69 704	67 116	71 166	--	-2 588	-3,71
Horta	55 194	50 087	46 225	49 383	--	-3 862	-7,71
Ponta Delgada	128 890	123 211	118 202	134 916	--	-5 009	-4,07
Funchal	150 343	170 091	180 360	212 458	--	10 269	6,04
Total nacional	5 964 061	6 623 571	6 767 109	7 625 160	10 252 959	143 538	2,17

Fonte: Censo da População de 1960

*Nesta coluna estão destacados, a negrito, os distritos que perderam população, sendo eles: Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

Este ritmo de crescimento manter-se-á até 1911; contudo na década seguinte assistiu-se a uma inversão da tendência demográfica tal como se pode constatar pela análise da tabela 1. Tal facto deve-se ao aumento dos fluxos de emigração nos primeiros anos da década, a uma pequena quebra dos índices de natalidade e à descida generalizada do nível médio de vida da população, motivada por maus anos agrícolas e pelo conflito bélico que provocou o racionamento dos bens alimentares e a escassez de produtos básicos.

Adiante daremos conta dos efeitos desse racionamento na região de Vila Real e das deficientes condições sanitárias em que vivia a maioria da população, como consequência do atraso geral do País.

A conjugação destes factores gerais adversos terá contribuído para o alastramento dos efeitos da gripe pneumónica, responsável pela enorme mortandade que provocou a inversão da tendência decrescente dos níveis de mortalidade que o País tinha conhecido nas décadas anteriores. Teresa Rodrigues considera a gripe pneumónica o “último episódio de crise de mortalidade típica de sociedade do Antigo Regime demográfico”. (RODRIGUES:2008:465).

O Relatório sobre o Censo da População de Portugal de 1920, procurando

explicar as razões do abrandamento do crescimento populacional, regista em 6 032 991 o número de habitantes, em 1920, o qual é superior em 72 935 habitantes em relação ao Recenseamento de 1911. Este ligeiro aumento ficava aquém da população esperada, apontando o relatório como causas principais, a emigração, a epidemia da gripe pneumónica em 1918 e a guerra, quer pelas baixas sofridas, quer pela ausência do País “*por um período relativamente grande dalgumas dezenas de milhares de homens na idade viril*” (Relatório...:1920: VII-VIII)

Nessa perspectiva, e considerando a evolução dos anos de 1915 e 1916, conclui que no triénio de 1917 a 1920 houve um número anormal de óbitos, no valor de 183 013 e uma baixa no número de nascimentos calculado em 33 283, o que dá um défice de 216 296 habitantes.

Anos	% Mortalidade	% Natalidade	% Nupcialidade
1915	19,92	31,87	6,24
1916	20,82	31,11	5,90
1917	21,54	30,46	5,47
1918	40,18	28,79	4,97
1919	24,20	26,40	7,68
1920	22,54	32,12	8,66

Fonte: Recenseamento da população de 1920 (página VIII)

Também Sacuntala de Miranda refere a extrema virulência das epidemias que assolaram o País, designadamente a pneumónica “*que, de Agosto de 1918 a Junho de 1919, desceu do Porto ao Algarve e se espalhou por todo o País, chegando a contaminar, embora com menor virulência, a Madeira e os Açores*” (MIRANDA:1991:20). Aquele autor assinala também “*uma epidemia de variola, responsável por 4 338 mortes, e uma epidemia de tifo, que se manifestou no Porto e alcançou rapidamente todo o Norte do País, causando 1 725 mortes em 1917-18*”.

Quanto ao novo ciclo demográfico que se iniciou depois destas epidemias, Miranda insere-o na teoria da geração inflacionada, de Eversley, “*segundo a qual os sobreviventes das catástrofes, seleccionados pela sua maior resistência e beneficiando da vantagem de poder distribuir os escassos recursos disponíveis por uma população mais reduzida, são os iniciadores de um novo ciclo de expansão demográfica, que irá durar até ao momento em que a pressão da escassez de recursos lhe vier pôr travão*” (MIRANDA: 1991:20).

3. A pneumónica em Vila Real e na sua região

A pneumónica chegou cedo a Vila Real, nesse final de Verão de 1918. A 12 de Setembro já se tinha instalado na então vila, havendo notícia de 170 casos, alguns deles fatais. No início dessa semana, a 8 de Setembro, tinha decorrido a grande feira e festa de Nossa Senhora da Almodena, à altura uma das grandes feiras de gado da região, realizada no preciso dia em que nos meios rurais acabam as merendas, a sesta e muitas partilhas de água de rega.

Más notícias chegaram do velho quartel instalado no Convento de S. Francisco. Segundo notícia do jornal “O Vila-Realense”: “*Tendo como foco esse miserável pardieiro que é o quartel velho de Infantaria 13, espalhou-se no centro e extremos da vila uma doença de carácter epidémico, que dizem ser importada de Amarante e do Marco de Canaveses e que, pela sua sintomatologia, dá como diagnóstico a gripe bronco-pneumónica*”. (“O Vila-Realense”, 12.09.1918).

A primeira medida foi internar no Hospital da Misericórdia os soldados epidemiados e mandar para casa os recrutas desse ano que, aparentemente, estavam com saúde. Essa medida levou ao contágio dos familiares logo depois de chegados às suas terras. Muitos dos internados faleceram, entre eles os soldados José Alves (de Vila Marim) e José Moreira (de S. Pedro) e o alferes miliciano José Dias. Seguiram-se outros soldados de Amarante, Bragança, Favaio e Baião.

A partir do quartel a doença depressa alastrou à vila provocando vários epidemiados e alguns casos fatais, designadamente na cadeia civil, na Rua Camilo Castelo Branco, e nos bairros pobres do Pioledo, Vila Velha e Rua dos Ferreiros. Instalou-se o pânico em Vila Real, já que o Hospital não tinha onde “empilhar” os doentes. Daí que foram pedidos reforços à Cruz Vermelha do Porto, designadamente maqueiros e material adequado. O Governador Civil, o reguense Dr. Carlos Pimentel, recentemente empossado, convocou uma reunião de emergência, da Junta de Saúde, a fim de serem tomadas medidas urgentes.

Entretanto, na povoação de Abambres e em Fontes, havia já epidemiados a morrer. No domingo seguinte milhares de pessoas participaram numa procissão da imagem do Senhor do Calvário, pelas ruas da vila, pedindo o regresso da paz e protecção face à nova epidemia. Essas súplicas eram recorrentes em situações de crise, designadamente quando a seca era extrema e a chuva teimava em não aparecer.

Em algumas povoações o povo, pensando precaver-se, queimava nas ruas rama de pinheiro e folhas de rosmaninho, esteva e azevinho; porém esta pretensa purificação dos ares não era considerada muito eficaz pelos médicos.

A epidemia não parou de alastrar e, ao fim de duas semanas, havia já cerca de 2 000 epidemiados, sem sinais de tomada de providências por parte das

autoridades. A epidemia atacava um dos médicos locais, o Dr. Augusto Leite dos Santos, que não resistiu à doença, aos 33 anos de idade, vítima do cumprimento do seu dever profissional.

“O Vila-Realense”, na sua edição de 19 de Setembro, contestava as decisões da Junta de Saúde, afirmando que se limitara a mandar limpar os sifões e ordenara diversas varreduras, e lançando um apelo ao Governador Civil e ao Delegado de Saúde, para insistir junto do Governo para acudir à calamidade.

Foi lançada a denúncia contra a imundice patente nas ruas da vila e à presença de suínos na maior parte das casas, grandes indicadores da precariedade da higiene pública da vila.

O povo acudia às farmácias e começaram a rarear as substâncias usadas com os epidemiados. É referido que um pacote com 5 gramas de tília chegou ao escandaloso preço de 60 reis.

A morte atingiu figuras conhecidas: José Maria Ribeiro (empregado comercial e filho de industrial), o sargento Maurício, da Guarda Republicana, e D. Maria da Conceição Rodrigues, professora oficial de Vale de Nogueiras. Três militares e dez civis, gente do povo, são sepultados no cemitério municipal.

Na vila havia falta de trocos, o que ameaçava as transacções, e era posto à venda leite adulterado e demasiado caro o que obrigou à intervenção das autoridades na fixação de preço, a 100 reis por litro.

A 27 de Setembro “O Vila-Realense” dava notícia do teor do telegrama que, face à inércia das autoridades, a redacção desse jornal enviara, em 20 de Setembro, ao presidente da República: “Redacção d’O Vilarealense, de Villa Real, órgão interesses locais, implora imediato socorro, acerca epidemia, abandonada autoridades. Ontem doze casos fatais. Hoje, até esta hora, seis. Isto enquanto a esta terra. Povoações vizinhas – um pavor. Para esta horrorosa calamidade apenas temos quatro médicos! Misericórdia Senhor Presidente!”.

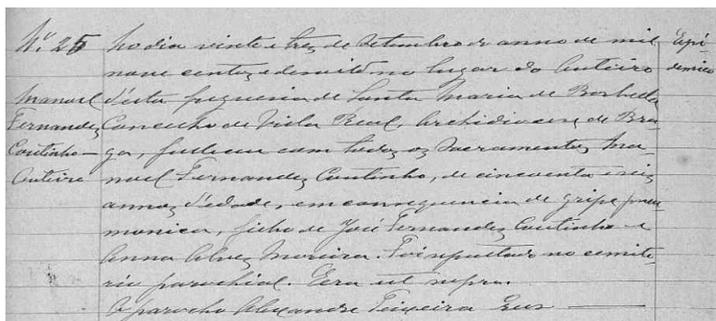


Imagem 2 – Registo de óbito de um epidémico de Borbela
(Fonte Arqº Dioc.º Vila Real)

Considerava a redacção do jornal que a vila estava abandonada pelas autoridades da terra e até pelos jornais de Lisboa e Porto que escasseavam nas notícias, “escondendo” esta triste realidade.

Entretanto o Dr. Sidónio Pais correspondeu ao pedido do jornal e anunciou a sua vinda a Vila Real, ao mesmo tempo que mandava para a vila o Dr. Almeida Garrett, médico portuense (com raízes em Vila Real, na Quinta do Prado) que havia sido designado para combater a epidemia de tifo exantemático no Porto. A presença deste comissário criou as maiores expectativas em Vila Real, ao tempo em que, ao fim de três semanas, se dava conta de 3 000 epidemiados.

“O Vila-Realense” lançou um suplemento, que foi distribuído na vila e imediações, onde dava conta das providências tomadas pelo Dr. Almeida Garrett para debelar a epidemia, designadamente a divisão do concelho em zonas para efeitos de assistência às vítimas, hospitalização do maior número de doentes pobres à custa do Estado, início de campanha de desinfecção dos domicílios auxiliada pelos bombeiros, entre outras.

3.1. O Presidente da República visita Vila Real

Face ao apelo do jornal “O Vila-Realense”, o presidente Sidónio Pais deslocou-se a Vila Real nos dias 24 e 25 de Setembro. Vindo de Lisboa, de comboio, na sua passagem por Vila Nova de Gaia recebeu o escultor Teixeira Lopes, com raízes em S. Mamede de Riba Tua, que pediu ao estadista as melhores providências para acudir às gentes de S. Mamede atacadas pela epidemia.

Chegado a Vila Real, de automóvel, ao final da tarde, deslocou-se de imediato ao Hospital da Misericórdia, acompanhado dos ministros da Instrução, Trabalho e Secretariado do Presidente e ajudantes de campo. Passada revista às diversas dependências do Hospital, onde louvou a ordem e asseio, visitou todos os doentes. Dirigiu-se depois ao Governo Civil onde, junto do Alto-Comissário do Governo, se informou da marcha da epidemia e deu ordens para que fossem tomadas medidas para a rápida extinção do flagelo. Depois da guarda de honra que lhe foi prestada por uma força do Regimento de Infantaria 13, com a sua banda de música, e de entusiásticos vivas do povo presente, partiu para as Pedras Salgadas, onde pernitoiu no Hotel Avelames.

No dia seguinte voltou o presidente a Vila Real e visitou os quartéis onde condenou as más condições higiénicas e confirmou a decisão de demolir o Quartel Velho. Deslocou-se depois ao Hotel Tocaio onde almoçou, com a sua comitiva, o Governador Civil, o Alto-Comissário Dr. Almeida Garrett e o secretário do Governo Civil, Dr. Coelho Mourão, de Abambres.

No final do almoço o filho do director de “O Vila-Realense” foi recebido pelo presidente que elogiou o gesto da redacção daquele jornal e pediu para anunciar que tinha dado ordens para mobilizar todos os médicos milicianos disponíveis para socorrer os epidemiados. Deu também conhecimento que tinha trazido consigo, de Lisboa, caixas de medicamentos, roupas, sacos de açúcar e arroz para serem distribuídos aos doentes pobres, bem assim referiu a inauguração, em Vila Real, da “Sopa 5 de Dezembro” destinada aos indigentes. O presidente deu também ordem para que fossem expedidos de Viana do Castelo seis vagões de centeio para ser vendido em Vila Real.

Posteriormente deslocou-se a Alijó, Pocinho, Vila Flor, Murça, Mirandela, Santa Marta de Penaguião e outras terras onde grassava a pneumónica.

3.2. A chegada de novos reforços e a tomada de novas medidas de combate à epidemia

Na mesma semana chegaram a Vila Real, médicos, enfermeiros e voluntárias da Cruz Vermelha de Viana do Castelo, para prestar serviços no Hospital, no socorro aos epidemiados.

Na edição de 27 de Setembro, “O Vila-Realense” publicou uma entrevista com o Alto-Comissário que, pelo seu máximo interesse, aqui transcrevemos em anexo.

Na edição seguinte aquele periódico condenava a apatia da Comissão Administrativa da Câmara Municipal acusando-a do estado de abandono a que estava votada a higiene pública e de não ter prestado qualquer apoio aos epidemiados. Ao mesmo tempo aproveitava para questionar a razão do não estabelecimento do celeiro municipal, para o qual já havia verba.

O Alto-Comissário anunciou a divisão sanitária do concelho de Vila Real, definindo nove zonas de assistência médica assim distribuídas:

1.ª zona – Freguesia de S. Pedro. Médico - Luís Lobato.

2.ª zona – Freguesias de S. Dinis, Parada de Cunhos (às 3.ªs, 5.ªs e sábados) - Dr. António Sampaio.

3.ª zona – Freguesias de Mouços (às 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs feiras); S. Tomé do Castelo e povoação de Justes (às 3.ªs, 5.ªs e sábados) - Dr. Armando Chaves.

4.ª zona – Freguesias de Aباças, Guiães, Nogueira e Andrães – Dr. João Gonçalves Pavão.

5.ª zona – Freguesias de Folhadela (às 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs); Vale da Ermida (às 3.ªs, 5.ªs e sábados) – Dr. José Augusto Fernandes.

6.^a zona – Freguesias de Mondrões, Vila Marim, e Lordelo (às 2.^{as}, 4.^{as} e 6.^{as}); Freguesias de Torgueda e Pena (às 3.^{as}, 5.^{as} e sábados) - Dr. António Feliciano.

7.^a zona – Freguesias de Arroios e Mateus (às 2.^{as}, 4.^{as} e 6.^{as}); Freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras (às 3.^{as}, 5.^{as} e sábados) - Dr. Madureira Guedes.

8.^a zona – Freguesias de Quintã, Vila Cova e Campeã – Dr. Alberto de Macedo.

9.^a zona – Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã (às 2.^{as}, 4.^{as} e 6.^{as}); Freguesia de Borbela (às 3.^{as}, 5.^{as} e sábados) – Dr. Silva Dias.

Aos domingos, os médicos que tinham serviço marcado em dias certos, tinham de acorrer aos locais onde a sua presença fosse mais urgente. As povoações que ficavam distantes das estradas deviam mandar animal para transporte do médico.

Os doentes ou pessoas de família tinham de pagar as visitas aos preços em uso na terra, não pagando o transporte quando o serviço fosse feito pelo médico da respectiva zona. Os doentes pobres tinham assistência médica e farmacêutica inteiramente gratuita.

Entretanto foi anunciado que, a partir do Porto, saíram vários camiões com medicamentos para os epidemiados, dos vários concelhos do distrito de Vila Real. Ao mesmo tempo foi comunicada, pelo Director-Geral de Saúde, a proibição das grandes feiras e romarias, dias depois de ter sido mandado adiar a abertura das aulas.

Foram também tomadas, pelo Alto-comissário, medidas de apoio aos doentes pobres, designadamente entrega de cobertores e a distribuição de açúcar e arroz, através da atribuição de 2 050 senhas de meio quilo de arroz e 1 650 de meio quilo de açúcar, sob prescrição dos médicos de serviço nas zonas referidas.

Na edição de 3 de Outubro é dada notícia que foram registados, no cemitério público da vila, 124 enterramentos. Também “O Comércio do Porto”, na edição de 8 de Outubro, alude ao facto salientando que “*Em tempos normais o número de óbitos, nas duas freguesias de Vila Real, regula por 24 mensais*”.

Entretanto foi organizada mais uma imponente procissão, com as imagens de S. Sebastião e Nossa Senhora da Conceição, em que se incorporaram as irmandades locais. O préstito, de súplica pelo fim da epidemia, foi acompanhado por milhares de pessoas, o que teoricamente podia provocar o contágio. Dias depois, tinha lugar, na povoação da Timpeira, uma festividade em honra de Nossa Senhora dos Remédios e do Mártir S. Sebastião, a qual serviu de súplica para o fim da epidemia e foi muito concorrida.

Na edição de 24 de Outubro dava-se conta da vitória eminente das forças aliadas o que trazia uma nova esperança para todo o mundo.

A nível concelhio é referido o facto de não existir petróleo para venda em

Vila Real e de as colheitas de milho e feijão serem fracas, tendo os caseiros dificuldades em pagar as suas rendas e garantir a sua subsistência.

Na capital, por ordem do governo, tinham sido queimadas barricas de alcatrão em diversos pontos.

De igual forma era publicada uma interessante entrevista com o Comissário da Cruz Vermelha, a qual se transcreve em anexo.

Paralelamente era feita pelo jornal uma acusação fundamentada ao Governador Civil, que responsabilizam por ter abandonado a população de Vila Real, num período em que a epidemia grassava com intensidade, sendo convidado a demitir-se do seu cargo. A nível municipal era dada a conhecer a nomeação, por parte do governador civil, de uma nova Comissão Administrativa municipal, presidida pelo coronel na reserva, Alfredo Ferreira de Sousa Alvim.

Com a entrada no mês de Novembro a epidemia declinou, embora, ao fim de pouco tempo, surgiu outra epidemia, desta vez de tifo exantemático. “O Vila-Realense” alertava, de novo, as autoridades de saúde, para a difícil conjuntura.

Contudo, a vida voltou à normalidade possível, em Vila Real. As escolas abriram, o Teatro Salão voltou a passar as suas “encantadoras fitas”, as feiras e as festas voltaram, para animar o povo.

4. Os efeitos da pneumónica e epidemias no distrito de Vila Real

Nos vários concelhos do distrito de Vila Real a epidemia alastrou tendo muitos dos epidemiados sucumbido. Tal facto trouxe uma redução da população na quase totalidade dos concelhos, como se comprova pela tabela anexa.

Concelho	Anos					Diferença entre 1911 e 1920	% da diferença
	1900	1911	1920	1930	... 2011		
Alijó	19 919	19 786	18 030	20 452	11 942	-1 756	-8,87
Boticas	10 982	10 937	10 338	11 154	5 750	-599	-5,48
Chaves	36 781	37 913	36 745	40 702	41 243	-1 168	-3,08
Mesão Frio	6 935	7 182	6 751	7 576	4 433	-431	-6,00
Mondim de Basto	7 641	7 923	7 892	8 398	7 493	-31	-0,39
Montalegre	20 731	22 066	20 065	21 158	10 537	-2 001	-9,07
Murça	6 857	7 405	7 114	7 886	5 952	-291	-3,93
Peso da Régua	18 401	18 869	19 661	20 612	17 131	792	4,20
Ribeira de Pena	9 606	10 261	10 019	10 806	6 544	-242	-2,36
Sabrosa	14 038	12 183	11 754	12 576	6 361	-429	-3,52
Santa Marta de Penaguião	11 422	11 270	10 594	12 532	7 356	-676	-6,00
Valpaços	25 179	25 297	23 912	26 050	16 882	-1 385	-5,47
Vila Pouca de Aguiar	16 047	17 496	17 113	18 108	13 187	-383	-2,19
Vila Real	35 976	37 111	34 952	37 951	51 850	-2 159	-5,82

Fonte: Recenseamento da população de 1960

Do jornal “O Comércio do Porto” respigámos duas notícias relativas ao estado da epidemia em Provesende e Murça, do seguinte teor:

“Provezende, 1 - Felizmente terminou a epidemia da gripe, que tantas victimas causou. O snr. Dr. Maximino, medico municipal, prestou relevantes serviços; e as snr.ªs. D. Conceição Pinheiro, D. Olympia Saavedra e o snr. José Pires Saavedra, suavizaram muitas lagrimas.” (06.11.1918)

“Murça, 6 – Continua fazendo muitas victimas a gripe pneumónica n’este concelho. Estão enfermos os facultativos municipaes snrs. drs. Figueiredo e Evangelista, fazendo o serviço clínico os snrs. drs. Pimenta de Castro e Armando Fontinha, que não têm um momento de descanso. Os padres, no concelho, tambem estão quasi todos doentes, havendo grande dificuldade na aplicação dos sacramentos. É um horror.” (07.11.1918).

4.1. Os efeitos da pneumónica e das epidemias na população do concelho de Vila Real

Na tabela anexa damos conta das variações da população, no concelho de Vila Real, de 1900 a 1930.

Tabela 4 - Concelho de Vila Real – População residente nos Recenseamentos de 1900 a 1930						
Freguesia	Anos				Diferença entre 1911 e 1920	% da diferença
	1900	1911	1920	1930		
Abaças (S. Pedro)	1662	1671	1504	1628	-167	-9,99
Adoufe (Santa Maria)	1630	1602	1464	1673	-138	-8,61
Andraes (S. Tiago)	1783	1598	1587	1694	-11	-0,69
Arroios (S. João)	591	783	654	720	-129	-16,48
Borbela (Santa Maria)	1458	1593	1534	1738	-59	-3,70
Campeã (Santo André)	1959	1921	1910	2012	-11	-0,57
Constantim (Santa Maria da Feira)	608	594	625	668	31	5,22
Ermida (Santa Comba)	500	509	623	700	114	22,40
Folhadela (Santiago)	1588	1778	1765	2092	-13	-0,73
Guiães (Santa Maria)	741	838	793	918	-45	-5,37
Lamares (S. João Baptista)	1154	1199	1018	1280	-181	-15,10
Lamas de Olo (S. Tiago)	270	291	268	296	-23	-7,90
Lordelo (Santa Maria Madalena)	844	962	848	844	-114	-11,85
Mateus	1126	1148	1173	1356	25	2,18
Mondrões (S. Tiago)	1086	1202	1088	1148	-114	-9,48
Mouços (Salvador)	2307	2350	2391	2496	41	1,74
Nogueira (S. Pedro)	761	811	736	814	-75	-9,25
Parada de Cunhos (S. Cristóvão)	1064	1059	939	1059	-120	-11,33
Pena (S. Miguel)	810	797	754	832	-43	-5,40
Quintã (S. Bartolomeu)	152	160	157	146	-3	-1,88
S. Dinis (S. Dinis)	2039	2005	2033	2142	28	1,40
S. Pedro (S. Pedro)	4622	4783	4199	4470	-584	-12,21
S. Tomé do Castelo (S. Tomé)	1574	1670	1564	1578	-106	-6,35
Torgueda (Salvador)	1667	1692	1493	1558	-199	-11,76
Vale de Nogueiras (S. Pedro)	1174	1198	1120	1282	-78	-6,51
Vila Cova (Santa Marinha)	389	373	367	420	-6	-1,61
Vila Marim (Santa Marinha)	1463	1534	1428	1466	-106	-6,91
Vilarinho da Samardã	954	990	917	916	-73	-7,37
Total do concelho	35976	37111	34952	37946	-2159	-5,82

Fonte: INE-Recenseamento 1960 com população desde 1864 a 1960 – 2ª parte

4.1.1. Mortos pela pneumónica no concelho de Vila Real: estudos de caso

Com base na consulta dos registos paroquiais de óbito, do Arquivo Diocesano de Vila Real e através da elaboração de registo individual de cada falecido, conseguimos reconstituir a situação de cada uma das freguesias que foi possível investigar. Os elementos estatísticos estão na tabela, n.º 5, que segue.

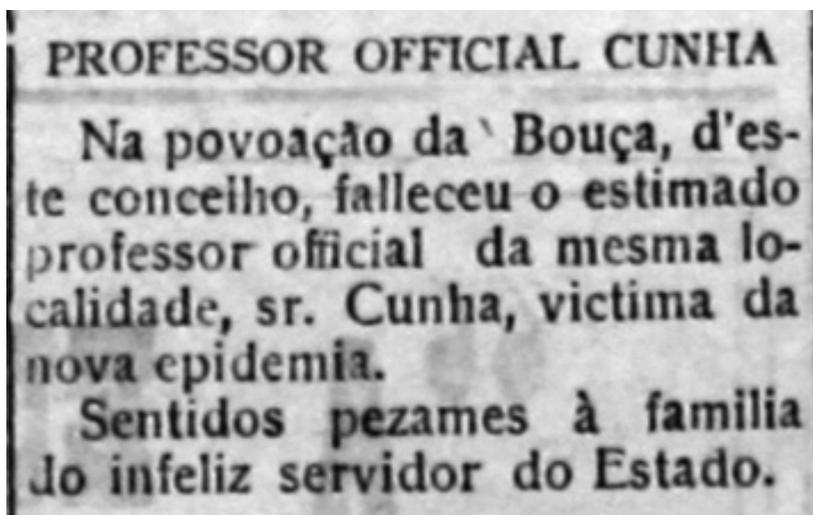


Imagem 3 – Notícia da morte de professor em Mouços
(Fonte: O Vila-Realense de 01.12.1918)

Tabela 5 - Mortos da pneumónica no concelho de Vila Real																				
Freguesia	Anos																			
	1913		1914		1915		1916		1917		1918		1919		1920		1921		1922	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Adoufe	29	13	34	12	43	7	31	11	47	24	54	27	25	6	26	8	36	20	30	13
Andrães	34	19	51	19	34	16	29	16	41	20	109	83	38	16	31	14	32	13	16	9
Arroios	7	0	28	9	11	4	9	3	12	5	20	15	29	6	20	8	16	1	--	--
Borbela	21	3	30	13	35	12	30	7	24	6	55	39	20	9	36	12	12	3	24	12
Campeã	45	11	35	13	--	--	--	--	35	9	132	94	40	16	54	19	32	14	35	10
Constantim	4	--	25	9	9	3	17	6	12	4	41	32	--	--	--	--	--	--	--	--
Ermida	--	--	--	--	--	--	13	9	13	3	21	15	21	8	18	7	10	3	11	4
Folhadela	41	14	46	18	40	13	49	20	29	12	103	75	66	27	39	14	30	11	29	11
Guiães	16	5	11	4	10	3	10	6	18	4	33	27	30	5	29	12	--	--	--	--
Lamares	--	--	--	--	28	13	22	6	34	19	75	41	48	11	19	9	27	6	15	4
Lordelo	33	11	14	7	28	11	13	5	31	14	51	43	31	9	50	13	17	6	--	--
Mondrões	--	--	--	--	--	--	22	6	35	16	72	45	40	20	36	14	25	6	16	9
Nogueira	21	3	26	9	15	5	22	14	24	7	42	23	30	10	25	12	20	4	11	3
Quintã	--	--	--	--	--	--	4	--	2	--	4	--	5	--	6	--	5	--	3	--
São Dinis	28	11	42	20	42	13	35	16	46	21	85	49	42	17	65	19	--	--	--	--
Pena	11	3	33	20	20	11	14	6	22	11	44	26	16	2	19	3	8	2	12	6
S. Tomé do Castelo	26	7	41	5	34	12	43	21	28	14	67	51	43	17	40	12	39	14	21	5
Vilarinho da Samardã	22	7	13	6	34	14	23	7	19	7	52	39	17	8	19	6	16	5	12	5
Total do concelho	338	107	429	164	383	137	386	159	472	196	1060	724	541	187	532	182	325	108	235	91

Fonte: Arquivo Diocesano de Vila Real - Registos paroquiais de óbito (1913-1922)

4.1.1.1. Situação nas freguesias estudadas

Nas freguesias estudadas, a situação é a que a seguir se descreve.

Adoufe

A freguesia, situada nas faldas da Serra do Alvão, no Vale do Cabril e no cerro que descai para o vale do Rio Corgo, somou no período de 10 anos (de 1913 a 1922) um total de 355 mortos, para uma média anual de 35,5 vítimas. Os anos de 1915, 1917, 1918 e 1921 estiveram acima da média, muito embora o ano de 1918 fosse o mais trágico, particularmente no período de 10 de Setembro a 31 de Dezembro, em que totalizou um total de 27 mortos.

Foi uma das freguesias assoladas pela epidemia que atingiu as povoações de Paredes (com 8 vítimas), Escariz (6), Gravelos (5), Coêdo (3), Couto (2), Vila Seca (2) e Assento da Igreja (1); foram poupados os lugares de Testeira, Rebordinho, Borbelinha, Minhava e Pipa. Os períodos críticos situam-se no arco temporal de 10 a 18 de Setembro, havendo depois uma leve melhoria, para voltar a atacar no período de 1 a 10 de Outubro e de 25 de Outubro a 5 de Novembro. Dum total de 27 mortos, no período mencionado, a maioria situou-se no mês de Outubro (17 vítimas mortais) atingindo designadamente a faixa de idades típica dos epidemiados (dos 20 aos 45 anos) com 11 casos mortais, a faixa das crianças (dos 0 aos 10 anos), com 11 casos e a faixa acima dos 45 anos, com 5 casos.

Andrães

Esta freguesia somou, no decénio mencionado um total de 424 óbitos, para uma média anual de 42,4 vítimas. Dignos de registo foram os anos de 1914 (com 51 vítimas), 1917 (41 vítimas) e 1918 em que chegou aos 109 casos mortais, sendo 83 deles no período considerado correspondente ao último terço do ano, com 83 óbitos. No período de 12 de Setembro a 23 de Outubro não houve dia em que não houvessem vítimas mortais, totalizando 63 mortos. Depois de um ligeiro interregno seguiu-se outro período crítico, de 30 de Outubro a 15 de Novembro, com 13 óbitos.

Foi das freguesias mais atingidas pela epidemia assolando com mais acuidade as povoações de Mosteirô (com 24 casos mortais), Fonteita (19 casos), Jorjais (11 casos), S. Cipriano (9 casos), Póvoa (7 casos), Andrães (5 casos),

Magalhã (4 casos), Amiais, Moinhos de Fonteita, com 1 caso cada. Os lugares de Vessadios e São Cibrão não conheceram vítimas talvez pelo facto de ter sido atingidos em epidemias anteriores tendo ficado imunizados.

A grande razia deu-se nas povoações de Mosteirô e Fonteita onde, a julgar pelo número de mortos, nenhuma casa deve ter escapado à doença. A faixa de idades mais atingida foi a das crianças (dos 0 aos 10 anos), com 40 casos mortais, a que se seguiu a faixa típica da epidemia (dos 20 aos 45 anos), com 16 casos, a faixa dos mais idosos (maiores de 45 anos), com 21 casos e a dos adolescentes (dos 10 aos 20), com 6 vítimas.

Arroios

Esta freguesia teve, no período de 1912 a 1921 um total de 168 óbitos, a que corresponde uma média anual de 16,8 vítimas. Acima desta média situam-se os anos de 1914 (com 28 casos), 1918 (20 casos), 1919 (com 29 casos) e 1920 (com 20 casos). No ano da gripe (1918) o número de mortos no último terço do ano foi o mais elevado, com 15 casos.

O ano de 1919 revelou-se o mais mortífero, particularmente nos primeiros meses do ano, muito provavelmente devido a doentes com pneumónica que não resistiram e a vítimas de outras epidemias, designadamente varíola e tifo exantemático. O período mais violento da epidemia ocorreu de 13 de Setembro a 8 de Outubro, tendo atingido com mais acuidade os lugares dos Torneiros (com 7 vítimas), Arroios (com 4 mortos), Três Lagares (com 2 casos), Vilalva (1 caso) e Couto (1 caso). A faixa de idades mais atingida foi a típica da epidemia (dos 20 aos 45 anos), com 7 casos, seguida dos mais idosos (maiores de 45 anos), com 5 casos, crianças (2 casos) e adolescentes (1 caso).

Borbela

Esta freguesia situada nas faldas da Serra do Alvão, Vale do Cabril e cerro que descai para o Rio Corgo, teve um total de 287 óbitos no decénio que decorre de 1913 a 1922, com uma média de 28,7 casos mortais. Acima desta média estiveram os anos de 1914 e 1916 (com 30 casos), 1915 (com 35 casos), 1918 (com 55 casos) e 1920 (com 36 casos). No período crítico que corresponde ao último terço do ano de 1918 houve 39 casos fatais o que mostra que esta foi uma das freguesias mais assoladas.

É a única freguesia onde o padre anotou ao lado do óbito os termos

epidémico, gripe ou griposo. O período crítico da epidemia situou-se entre 11 de Setembro e 14 de Outubro, havendo 31 casos mortais, sendo raros os dias em que não houvesse óbitos. Houve várias casas onde, em curto espaço de tempo, a gripe atingiu várias pessoas de diferentes gerações, o que aconteceu no Prado e na Relva.

Os lugares mais atingidos foram Borbela (com 9 casos), Prado (com 5 casos), Ferreiros, S. Mamede, Relva e Outeiro (com 4 casos), Vila Nova (com 2 casos) e Flores, Borralha, Cravelas, Roçadas, Ribeiro e Quinta dos Cantos (com 1 caso). Foi poupado o lugar da Timpeira que não teve vítimas mortais.

A faixa etária mais atingida foi a típica da epidemia (dos 20 aos 45 anos), com 16 casos, seguida das crianças (dos 0 aos 10 anos), com 12 casos, os mais idosos (maiores de 45 anos), com 9 casos e os adolescentes (10 aos 20 anos), com 2 casos. Digno de registo é um caso residual de morte por tifo exantemático que matou um indigente do lugar de Borbela, em plena rua, em Vila Real, a 26 de Novembro.

Campeã

Situada nas faldas da Serras do Marão e do Alvão e no vale do Rio Sordo, esta freguesia teve nos períodos de 1913 a 1914 e de 1917 a 1922 (8 anos), um total de 408 óbitos, o que dá uma média anual de 51 casos. Os anos mais críticos foram o de 1918 (com 132 casos) e o de 1920, com 54 casos. No ano da gripe o total de mortos no último terço do ano (de 10 de Setembro a 31 de Dezembro) foi de 94 casos. Os períodos mais críticos ocorreram de 11 de Setembro a 14 de Outubro, em que houve 85 mortos, a uma média de quase 3 casos por dia.

Os lugares mais atingidos foram Aveção do Cabo (com 8 casos), Viariz da Santa, Pepe e Vila Nova (com 6 casos), Aveçãozinho (5 casos), Cotorinho (4 casos), Vendas, Parada e Aveção do Meio (3 casos); Pereiro, Montes, Pousada e Estalagem Nova (com 2 casos), Chão Grande, Pereira e Seixo (com 1 caso).

A faixa etária mais atingida foi a típica da epidemia (dos 20 aos 45 anos), com 35 casos, seguida das crianças (dos 0 aos 10 anos), com 32 casos, dos idosos (acima dos 45 anos), com 19 casos e dos adolescentes, com 8 casos. Houve alguns casos de vítimas mortais dentro da mesma família e do falecimento da professora oficial, natural da Vila, que faleceu nas Vendas, aos 28 anos.

Constantim

Esta freguesia no período de 1913 a 1918 (6 anos) conheceu um total de 108 óbitos o que dá uma média anual de 18 casos. Acima desta média estão os anos de 1914 (com 25 casos) e o de 1918, com 41 casos; no período crítico da epidemia faleceram 32 pessoas nesta freguesia.

O período mais crítico ocorreu de 20 de Setembro a 21 de Outubro, com 24 casos fatais que atingiram várias pessoas da mesma família e foi mais mortífero no sexo feminino (19 casos) que no masculino (11 casos).

A nível de faixas etárias a mais atingida foi a das crianças (dos 0 aos 10 anos), com 12 casos, seguida da faixa típica da epidemia (com 9 casos) e dos adolescentes (dos 10 aos 20) com 8 casos, e dos idosos (maiores de 45 anos), com 3 casos fatais.

Santa Comba da Ermida

Situada na parte Sul do concelho, já na parte pertencente à Região Demarcada do Douro, esta freguesia, servida pelo caminho-de-ferro, teve um total de 107 óbitos no período de 1915 a 1922 (8 anos), numa média anual de 13,3 casos. Acima desta média estão os anos de 1918 e 1919 (com 21 casos) e 1920, com 18 casos. No ano da epidemia, no período mais crítico do último terço do ano faleceram 15 pessoas.

A gripe chegou mais tarde à Ermida sendo o período crítico de 7 a 29 de Outubro, com 8 casos fatais, tendo alguns deles atingido pessoas da mesma família. Os lugares mais atingidos foram a Povoação (com 5 casos), Carvalho (com 3 casos), Ermida, Carrazedo e Penela (com 2 casos) e Parapomba, com 1 caso.

A nível de faixas etárias a mais atingida foi a das crianças (dos 0 aos 10 anos), com 8 casos, seguida dos adultos e dos idosos (com 3 casos) e dos adolescentes, com 1 caso.

Folhadela

Esta freguesia, limítrofe da Vila e que incluía o lugar da estação de caminho-de-ferro, teve, no decénio que decorre de 1913 a 1922, um total de 474 mortos, o que equivale a uma média anual de 47,4 casos fatais. Fora desta média estão os anos de 1916 (com 49 casos), 1918 (com 103 casos) e 1919 (com 66 casos).

Foi uma das freguesias mais assoladas pela gripe, a qual, no período mais agudo, referente ao último terço do ano de 1918, teve um saldo de 75 mortos.

A epidemia entrou em Folhadela a 12 de Setembro e até 29 de Outubro ceifou 66 vidas, sendo os lugares mais atingidos Sabroso (com 33 casos), Vila Nova (com 17 casos), Folhadela (com 11 casos), Bustelo (com 4 casos), Portela e Paúlos (com 3 casos), Tourinhas (com 2 casos) e Penelas e Calhamão (com 1 caso).

A faixa etária mais atingida foi a das crianças (0 aos 10 anos), com 30 casos, seguida pelos adultos (com 24 casos), dos idosos (com 13 casos) e dos adolescentes (com 8 casos).

Guiães

Esta freguesia situada a Sul do Concelho, em plena Região Demarcada do Douro, teve, no decénio de 1911 a 1920, um total de 187 óbitos, o que dá uma média de 18,7 casos fatais. Os anos mais críticos foram os de 1918 (com 33 casos), 1919 (com 30 casos) e 1920 (com 29 casos). No ano da gripe, no período crítico correspondente ao último terço do ano, o total de mortos foi de 27 casos. Os períodos mais mortíferos da gripe decorreram de 24 de Setembro a 5 de Outubro (com 15 casos fatais) e de 11 a 24 de Outubro (com 9 casos).

As vítimas eram na sua maior parte do sexo feminino (17 casos), havendo 10 casos do sexo masculino. A nível de idades a mais atingida foi a das crianças (12 casos), seguida dos adultos (com 6 casos), dos adolescentes (com 5 casos) e dos idosos (com 4 casos).

Lamares

Esta freguesia localizada na parte Nascente do concelho, a que pertenciam lugares que depois formaram a freguesia de Justes (nos anos cinquenta), teve no período de 8 anos que vai de 1915 a 1922 um total de 268 óbitos o que equivale a uma média anual de 33, 5 casos fatais. Os anos mais críticos foram os de 1917 (com 34 casos), 1918 (com 75 casos) e 1919 (com 48 casos). No período mais crítico da epidemia (de 10 de Setembro a 31 de Dezembro) o total de mortos foi de 41 casos, sendo 25 do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

O período mais mortífero da epidemia ocorreu de 20 de Setembro a 1 de Novembro, com 37 casos. A povoação mais atingida foi a de Gache (com 19 casos), seguida de Lamares (com 13 casos) e Justes (com 9 casos). A nível da faixa de idades faleceram 12 pessoas na faixa típica da epidemia (dos 20 aos

45 anos), seguida da das crianças (12 casos), dos idosos (com 9 casos) e dos adolescentes (com 7 casos). Comparativamente com a população esta foi uma das freguesias mais atingidas pela gripe que fez uma verdadeira razia na povoação de Gache.

Lordelo

Esta freguesia situada nas faldas e sopé da Serra do Alvão e no vale do Rio Cabril teve no decénio que vai de 1912 a 1921 um total de 292 mortos, o que equivale a uma média anual de 29,2 mortos. Os anos mais críticos foram o de 1913 (com 33 casos), 1917 (com 31 casos), 1918 (com 51 casos), 1919 (com 31 casos) e 1920 (com 50 casos). No ano da epidemia, no período crítico (de 10 de Setembro a 31 de Dezembro) houve 43 casos mortais.

O período mais mortífero ocorreu de 20 de Setembro a 10 de Outubro em que houve 29 casos fatais. As faixas etárias mais atingidas foram a dos adultos (com 17 casos), seguida pela das crianças (com 16 casos) e pela dos mais idosos (com 10 casos). Os lugares mais atingidos foram o de Lordelo (com 33 casos) seguido de Cales (com 4 casos), Campo (3 casos) e os de Ponte da Petisqueira, Lagaceiros e Telhado (com 1 caso cada). Registe-se o facto de um dos mortos ser um soldado do Regimento de Vila Real, o que pode ser um indício da propagação da doença na freguesia.

Finda a descrição podemos, resumidamente, apresentar a situação das freguesias e dos lugares onde houve mais vítimas da epidemia, a saber:

Freguesias mais atingidas: Campeã (94 mortos); Andrães (83); Folhadela (75); S. Tomé do Castelo (51); S. Dinis (49); Mondrões (45); Lordelo (43); Lames (41); Borbela (39); Vilarinho da Samardã (39); Constantim (32); Guiães (27); Adoufe (27); Pena (26); Nogueira (23); Ermida (15); Arroios (15).

Povoações atingidas com mais de 5 mortos: Lordelo (33 mortos); Constantim (32); Sabroso (32); Mosteirô (24); Sirarelhos (19); Fonteita (19); Benagouro (19); Gache (19); Bisalhães (17); Vila Nova - Folhadela (16); Samardã (14); Lames (13); Vila Meã (13); Aveção do Cabo (12); Águas Santas (12); Mondrões (12); Jorjais - Andrães (11); Nogueira (11); Folhadela (10); Borbela (9); Pêpe (9); Cotorinho (9); Justes (9); Aveçãozinho (8); Vila Nova - Campeã (8); Sapiões (8); Paredes - Adoufe (8); Vendas - Campeã (7); Viariz da Santa (7); Chão Grande (7); Fortunho (7) Leirós (7); Torneiros (7); S. Cipriano (7); Póvoa (7); Parada - Campeã (6); Vilarinho (6); Escariz (6); Prado - Borbela (5); Andrães (5), Gravelos (5); Linhares (5), Povoação (5).

4.1.1.2. As freguesias não investigadas

Em relação às freguesias das quais não existem registos disponíveis no Arquivo Diocesano apresentamos uma breve estatística da população e das suas variações, com base nos Recenseamentos da População de 1900 a 1930.

Freguesias	Anos				Diferença entre 1920 e 1911	% da diferença
	1900	1911	1920	1930		
Abaças	1 662	1 671	1 504	1 628	-167	-9,99
Lamas de Olo	270	291	268	296	-23	-7,90
Mateus	1 126	1 148	1 173	1 356	25	2,18
Mouçós	2 307	2 350	2 391	2 496	41	1,74
Parada de Cunhos	1 064	1 059	939	1 059	-120	-11,33
São Pedro	4 622	4 783	4 199	4 470	-584	-12,21
Torgueda	1 667	1 692	1 493	1 558	-199	-11,76
Vale de Nogueiras	1 174	1 198	1 120	1 282	-78	-6,51
Vila Cova	389	373	367	420	-6	-1,61
Vila Marim	1 463	1 534	1 428	1 466	-106	-6,91
Total	15 744	16 099	14 882	16 031	-1 217	-7,56

Fonte: Recenseamento da população de 1960

4.2. As freguesias limítrofes do concelho de Vila Real

Relativamente às freguesias que fazem fronteira com freguesias do concelho de Vila Real procedemos à elaboração das alterações demográficas nos anos de 1900 a 1930, com bases nos Censos da População.

Freguesia	Anos				Diferença entre 1920 e 1911	% da diferença	Concelho
	1900	1911	1920	1930			
Aboadela	786	1764	1 220	1 278	-544	-30,84	Amarante
Ansiães	831	837	774	836	-63	-7,53	Amarante
Bilhó	871	960	998	1 080	38	3,96	Mondim
Campanhó	408	654	683	708	29	4,43	Mondim
Ermelo	1 080	1 156	1 201	1 220	45	3,89	Mondim
Galafura	732	549	617	686	68	12,39	Régua
Poiaras	2 468	2 533	2 358	2 780	-175	-6,91	Régua
Vilarinho de Freires	925	1 046	943	1 002	-103	-9,85	Régua
Alvadia	357	420	507	460	87	20,71	Ribeira de Pena
Limões	736	768	735	628	-33	-4,30	Ribeira de Pena
Gouvinhas	644	676	629	710	-47	-6,95	Ribeira de Pena
Parada do Pinhão	599	703	585	666	-118	-16,79	Sabrosa
Paradela de Guiães	467	463	419	406	-44	-9,50	Sabrosa
S. Lourenço de Riba Pinhão	935	952	1 101	808	149	15,65	Sabrosa
S. Martinho de Anta	1 714	1 341	1 257	1 396	-84	-6,26	Sabrosa
Torre do Pinhão	769	797	768	810	-29	-3,64	Sabrosa
Alvações do Corgo	553	637	647	764	10	1,57	Santa Marta de Penaguião
Cumieira	1 401	1 435	1400	1500	-35	-2,44	Santa Marta de Penaguião
Fornelos	512	442	462	620	20	4,52	Santa Marta de Penaguião
Louredo	817	697	628	750	-69	-9,90	Santa Marta de Penaguião
Sever	1 372	1 227	1 216	1 408	-11	-0,90	Santa Marta de Penaguião
Têdões	2 059	2 489	2 818	2700	329	13,22	Vila Pouca de Aguiar

Fonte: Recenseamento de 1960

5. A pneumónica na obra de Miguel Torga

“E em Vilalva, depois da caminhada de expiação que o abade ordenara a ver se conjurava o mal, começou também a razia: ou porque se juntou gente de toda a parte e pegaram a peste uns aos outros, ou porque a noite estava fria e ia tudo descalço e desagasalhado pela serra acima, ou porque o destino assim o quis, o certo é que no dia seguinte a povoação ardia em febre.” (TORGA:2008:105)

José Manuel Sobral, num dos mais importantes estudos sobre a pneumónica, faz uma importante referência de que *“Uma das descrições mais importantes da pneumónica encontra-se no conto “Renovo”, inserto nos Novos Contos da Montanha (1944), do médico e escritor Miguel Torga”* (SOBRAL:2009:23).

Miguel Torga nasceu, bem perto de nós, em S. Martinho de Anta, no ano de 1907. Tinha 11 anos quando se deu a epidemia pelo que conheceu bem a situação que se viveu na freguesia onde, entre 12 de Setembro e 1 de Dezembro, faleceram 77 pessoas, num total de 106 do ano de 1918. A média de mortos nos anos anteriores foi de 28 (em 1913); 40 (em 1914); 24 (em 1915); 33 (em 1916) e 28 (em 1917).

O autor conta a história de Felisberta, do lugar de Vilalva, uma aldeia assolada pela pneumónica, com muitos casos fatais. Ela tinha perdido o marido, três filhas e dois netos. Restava-lhe um único filho, de nome Pedro, que lutava para se livrar do mal. Na aldeia o ambiente era de desânimo. Depois de duas caminhadas de expiação e acto de desagravo, feitas ao Mártir S. Sebastião, a maior parte da população foi acometida pela epidemia. Só então se lembraram do médico que já nada podia fazer. Já não havia lugar para enterrar os mortos e foi preciso usar a vinha do passal, benzida à pressa. A fim de poupar os agonizantes o padre proibiu o toque de finados.

A EPIDEMIA

**Cura em 5 minutos, sem dar remédio
a tomar.**

**RUA MARQUEZ S. VICENTE 91,
Gavea.**

ANTONIO LOPES GIL

**Consultas: aos ricos — 20\$000
aos pobres — 1\$000.**

**Cura sem a presença das pessoas;
sômente com o nome, tanto faz as
pessoas longe como perto. Curo sô-
mente com o don de Deus, em toda
parte do mundo nos mesmos minu-
tos.**

**Consultas das 6 da manhã às 7
da noite.**

**Pelo don que Deus me deu, tanto
curo uma só pessoa em 5 minutos,
como curo 100, como cinquenta mil
nos mesmos minutos; só basta o no-
me da pessoa de baptismo.**

**Pelo don que Deus me deu affian-
ço com toda a certeza.**

**Os que se tratarem comigo nesta
mesma semana, a morte para elles ha
de parar.**

**Altissimo Deus tem de nós compai-
xão.**

(C 14875)

Imagem 4 – Uma promessa de cura para a epidemia
(Fonte: jornal “Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 08.11.1918).

O cenário desta obra ficcional deve ter sido a história bem real do que se passou em muitas aldeias próximas. A história de Vilalva, de “O Renovo”, cujo título evoca o nascimento de uma criança e o toque de baptizados que devolveu a esperança à aldeia, podia muito bem aplicar-se a Fonteita, Sabroso, Lordelo, Sirarelhos, Gache, Constantim, Benagouro, Samardã e tantas outras da orla vila-realense, onde a Parca bateu à porta.

Considerações finais:

Apresentamos, desta forma, o contributo possível para um melhor conhecimento da gripe pneumónica na região de Vila Real, no ano em que se comemora o Centenário deste flagelo que grassou na área do nosso concelho, embora, de longe, não tenha sido uma peculiaridade da nossa terra, antes uma calamidade à escala global.

Em Portugal várias pessoas “ilustres”, como o pintor Amadeu Sousa Cardoso, o actor e encenador Álvaro Cabral, os pianistas Pedro Blanco e Lima Fragoso, vários médicos (no seu posto de trabalho), os “pastorinhos” de Fátima, foram vítimas da pneumónica.

Em Vila Real, figuras conhecidas foram vítimas pela epidemia, como já foi referido. Mas, há sobretudo, uma massa anónima de patricios nossos (alguns, porventura, nossos familiares, ou vizinhos dos nossos “egrégios avós”) que foram acometidos pela doença e dizimados por ela.

Daí que não é estranhar o estado de pânico colectivo que se gerou, o recurso às preces e à aglomeração de pessoas que se queria precisamente evitar. Isto num período em que se recordavam os mortos da Grande Guerra e se viviam momentos de crise política, como foi a morte de Sidónio Pais ou a “Traulitada”, que fez vítimas em Vila Real, ou de crise social, como a fome, a miséria, as greves e o desemprego.

Na nossa memória estão presentes as alusões ouvidas à gripe espanhola, ou à “maldita”, ou “mal ruim” (escusando-se propositadamente a referência ao nome), feitas por parte de pessoas mais velhas, que por ela passaram e a ela escaparam. As mesmas que, na reza diária do terço, em família, ou em actos públicos, na igreja, invocavam a protecção do Mártir S. Sebastião, “*para que nos livre da fome, da peste e da guerra*”. Isto, porque, dos poderes públicos, pouco se podia esperar.

Na frieza dos números aqui fica o retrato duma epidemia que nos “tocou” por perto, cuja história a memória colectiva tem ignorado ou esquecido, como se o vírus da dita se tivesse transformado no vírus do tabu, ou do preconceito.

Todavia, como a epidemia deixou marcas da/na “pegada social”, dos que a viveram, ou por ela se finaram, ao investigador cabe apresentar os factos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Diocesano de Vila Real – consultado em:

- <https://genealogiafb.blogspot.pt/2014/11/livros-paroquiais-do-arquivo-diocesano.html#VilaReal>

Fontes estatísticas

- Censo da População de Portugal (5.º Recenseamento Geral da População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.
- Censo da População de Portugal – Dezembro de 1920 – 6.º Recenseamento Geral da População, Vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.
- X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, Tomo I, Volume I, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1964.

Fontes hemerográficas

- A Capital, Lisboa, Setembro de 1918 a Fevereiro de 1919.
- O Comércio do Porto, Porto, Setembro de 1918 a Fevereiro de 1919
- O Vila-Realense, Vila Real, Setembro de 1918 a Fevereiro de 1919.

Bibliografia

- **AIRES**, Joaquim Ribeiro (2010) – A Epidemia de 1918, in A República no Distrito de Vila Real (1873-1933), Vila Real, Maronesa, pp. 274-278.
- **CORREIA**, Fernando da (1938) – Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo), Lisboa, Ministério do Interior – Direcção-Geral da Saúde Pública.
- **ESTEVES**, Alexandra (2014) – O impacto da pneumónica em alguns concelhos do Alto Minho, Cultura, Espaço e Memória, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 5 (2014), p. 165-181.
- **GIRÃO**, Paulo (2003) – A pneumónica no Algarve, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- **JORGE**, Ricardo (1918) – Tifo exantemático ou Tabardilho, Lisboa, Imprensa Nacional.
- **JORGE**, Ricardo (1918^a) – A Influenza: Nova Incursão Peninsular. Relatório Apresentado ao Conselho Superior de Higiene na Sessão de 18 de Junho de 1918 Lisboa, Imprensa Nacional.
- **JORGE**, Ricardo (1919) – La Grippe. Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés, dans sa session de Mars 1919, Lisboa, Imprensa Nacional.
- **MAIA**, Celestino da Costa (1920) – Estudo Clínico da Gripe Epidémica. Dissertação inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, Porto, Faculdade de Medicina do Porto.

- **MIRANDA**, Sacuntala (1991) – A Base demográfica, in Nova História de Portugal - Portugal da Monarquia para a República, dir. Oliveira Marques, Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, p.13-36.
- **NEVES**, Elísio Amaral (2016) – Cruz Vermelha, história da sua instalação em Vila Real - Centenário da Delegação de Vila Real. 1916-2016., Vila Real, Delegação de Vila Real da Cruz Vermelha Portuguesa.
- **RODRIGUES**, Teresa (1995) – A População portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional, in Revista População e Sociedade, nº 1/1995, Porto, CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família, pp. 57-72.
- **RODRIGUES**, Teresa Ferreira (coord.) (2008) – História da População Portuguesa, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento.
- **SOBRAL**, José Manuel, [et al.] (org.) (2009) – A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica de 1918–1919, Lisboa, ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- **TORGA**, Miguel (2008) – Renovo, in Novos Contos da Montanha, Alfragide, Leya, p. 103-109.
- **TRINDADE**, Luís (2004) – A Pneumónica em Portugal, in Factos Desconhecidos da História de Portugal, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, pp. 226-233.

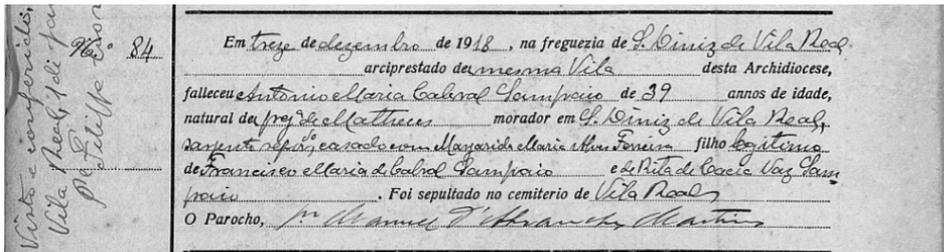


Imagem 5 – Registo de óbito de vítima da pneumónica
(Fonte: Arq.º Diocesano de Vila Real)

ANEXOS*

ANEXO 1

(Fonte: “O Vila-Realense”, de 27.09.1918)

“A Epidemia

“O Vila-Realense entrevista o ilustre Comissário do Governo dr. Almeida Garrett acerca da epidemia que devasta a nossa terra.

Na intenção de fornecermos ao público as mais completas e minuciosas informações acerca da epidemia que há perto de um mês nos atormenta, indicando ao mesmo tempo os meios de defesa e medidas especiais a adoptar, etc, procurámos ontem, o sr. Dr. Almeida Garrett, Alto-Comissário do Governo e considerado homem de ciência, a quem solicitámos a honra duma entrevista.

Extensão e gravidade da epidemia

Sua Ex.^a, logo que lhe anunciámos o fim da nossa visita, recebeu-nos pronta e amavelmente, começando, desde logo, por nos dizer:

- O que se está passando em Vila Real e outros concelhos de Trás-os-Montes não é uma desgraça que tenha caído exclusivamente sobre estas terras. Chegam notícias da disseminação do mal a quase todo o país; as epidemias de gripe alastram facilmente, estendem-se com rapidez. Lavram em Espanha, em certas regiões da França e até na Argélia. Se o mal de que Vila Real sofre, é, na verdade, muito grande. Pelo que tenho visto não assumiu o carácter de gravidade que facilmente poderia ter tido; basta dizer que na Suíça, país onde a higiene é muito cuidada e existe uma larga assistência, a influenza tem causado grande mortandade, com muito maior frequência de formas pneumónicas.

- *Mas então teremos ainda por muito tempo estabelecido em Vila Real e aldeias o alarme que se nota?*

- Não há motivo para terror; o que é preciso é que os doentes se tratem convenientemente. Não me admira que muitos casos, por essas aldeias fora, tenham sido fatais: porque pude já constatar que a gente dos campos tem preconceitos que são muito prejudiciais quando se trata de infecções como esta.

Tratamento da doença

- *E quais devem ser, na opinião de V.^a Ex.^a, as medidas preventivas e o tratamento da terrível doença?*

- N’ O Vila-Realense encontrei uns conselhos redigidos por um clínico, que outros eu não poderia dar. São eles os seguintes: logo que o indivíduo sente os primeiros rebates da doença (arrepios, dores, quebreira), deve meter-se na cama e purgar-se; se aparecerem tosse e pontadas, aplicar sinapismos no peito; se com isto o doente não se sentir melhor, mandar chamar o médico.

Há, porém, no público preconceitos que é necessário desfazer. Um é a alimentação

dos doentes, que deve limitar-se a leite e caldos, sem receio de enfraquecimento; tenho reparado em que a gente das aldeias dá muitas vezes de comer aos enfermos, o que os pode prejudicar muito. Depois usam muito a aguardente e o vinho fino, o que é contraproducente; as bebidas alcoólicas só estão indicadas em casos excepcionais que só o médico pode indicar. Ainda têm o mau costume de não dar de beber aos doentes com febre; umas pequenas quantidades de chás diversos, quando muito. Ainda ontem fui encontrar um doente febril, que há 3 dias não tinha ingerido ao todo mais do que um litro e meio de substâncias líquidas, e é o contrário que é preciso fazer.

Esses doentes precisam de beber bastante, mesmo água, desde que esta não esteja muito fria.

Assistência clínica

- *Não parece a V.^a Ex.^a, que a divisão, em zonas, dos serviços médicos abrange áreas demasiado extensas e que se impõe a necessidade de virem imediatamente mais clínicos e pessoal de assistência?*

- O serviço clínico, para garantir a assistências médica aos pobres, fica dividido em zonas. Como noticiou O Vila-Realense, marcaram-se primeiro seis zonas, o que dava, realmente, para cada médico uma área excessivamente grande; era o que se podia fazer com os recursos locais, enquanto não chegavam médicos do Porto. Não calcula a dificuldade que há em conseguir médicos; a mobilização levou a maior parte dos novos, daqueles que podem ser deslocados das suas residências para acorrer a casos tais. Imediatamente solicitei ao Ministério da Guerra a chamada ao serviço de todos os médicos milicianos disponíveis no Porto, para ficarem às ordens das autoridades sanitárias, a fim de seguirem tanto para aqui, como para os outros concelhos onde a epidemia lavra, alguns dos quais estão com bem maior falta de médicos do que este, carecendo também de medicamentos que requisitei. Acabo de receber notícia de que, devido ao interesse do sr. Presidente da República, as minhas solicitações vão ser atendidas. Talvez já amanhã à tarde tenhamos os médicos precisos para estabelecer razoavelmente a assistência. Em Vila Real estabelecer-se-ão nove ou dez zonas de assistência médico-farmacêutica.

- *E qual é o papel que, em especial, compete a cada médico, nesta difícil conjuntura? Quem paga a assistência e os medicamentos aos pobres?*

- Cada médico, dentro da sua zona, procurará dispor o serviço de modo a economizar o tempo, por forma a socorrer o maior número de doentes. Estes socorros, assim como os medicamentos, são gratuitos para os pobres; para os que têm meios, a visita médica do clínico da zona será remunerada com 1 escudo. O fornecimento dos medicamentos aos pobres, é feito, quer pelo próprio médico, quer por meio de receitas impressas que as farmácias aviarão, e cujo custo fica a cargo do Estado. Com este sistema, não continuarão sem assistência clínica aqueles que por essas aldeias fora não têm recursos para pagar as despesas duma visita em que o médico perde muitas horas e gasta em transportes quantias avultadas.

- *A mobilização dos transportes, consoante lembrou O Vila-Realense, sempre é levada a cabo?*

- Não tenho dúvida, todos os transportes da vila ficam para serviço médico, e só quando este os não necessitar, é que os particulares podem utilizá-los. Com a assistência assim

organizada, e espalhando-se os cuidados que as famílias devem ter com os doentes, desprezando os preconceitos em que lhe falei, por certa a mortalidade será muito reduzida; as pessoas ilustradas de cada povoação, podem prestar nessa parte educativa do povo, um excelente auxílio.

Como evitar que a epidemia alastre mais.

- Pode V. Ex.^a dizer-nos se a epidemia ainda alastrará mais e quais as medidas de combate a opor-lhe?

- É difícil que a epidemia possa alastrar mais, porque disseminada já ela está. A medida geral preventiva a adoptar, se ela fosse possível, era o internamento hospitalar de todos os doentes. Não é possível, evidentemente. Em todo o caso deve ser internado o maior número de doentes. O sr. Provedor da Misericórdia prontificou-se a abrir largamente as portas do hospital, subsidiando o Estado essa despesa extraordinária. De resto o internamento hospitalar não é só útil como medida preventiva, evitando o contágio, mas também para os doentes, que no hospital têm todos os cuidados de assistência, em casa dificilmente realizáveis. A Cruz Vermelha encarregou-se do transporte dos doentes em boas condições.

- Estão estabelecidas algumas medidas de higiene geral?

- Como medida de higiene geral, estão já a efectuar-se desinfecções das casas e bairros sujos. Os bombeiros encarregaram-se de organizar brigadas de desinfectores, que percorrem as casas pouco asseadas e as limpam. O nosso povo tem da higiene uma noção muito rudimentar, se é que tem alguma; é preciso ensinar-lha pelo melhor processo – o exemplo.

Tudo isto contribuirá para melhorar o estado sanitário. As autoridades não têm descurado o assunto, e todos têm prestado, nestas tristes circunstâncias, a sua dedicada colaboração. Despedimo-nos em seguida do Alto-Comissário do Governo, que nos aperta amavelmente a mão, depois de havermos agradecido penhoradamente a Sua Ex.^a a gentil fineza de nos atender em todos os detalhes da interessante entrevista que aí fica.”

ANEXO 2

(Fonte: “O Vila-Realense”, de 10 de Outubro de 1918)

“Saúde Pública. A marcha da gripe pneumónica

O Vila-Realense no intuito de proporcionar aos seus leitores alguns esclarecimentos que reputa preciosos, acerca da epidemia reinante, entrevista o avaliado clínico e nosso conterrâneo sr. Dr. Henrique Ferreira Botelho.

Sendo para nós extremamente agradável ministrar ao público o maior número possível de escolhidas informações sobre a marcha da epidemia que nos aflige, além de outros curiosos pormenores que com ela mais ou menos se prendem, procurámos ante-ontem o sr. Dr. Henrique Ferreira Botelho, incontestavelmente uma das sumidades médico-cirúrgicas desta vila, a fim de lhe solicitarmos uma entrevista, no que fomos pronta e gentilmente atendidos.

O novo e já notável clínico, que é uma bela inteligência, repetidas vezes manifestada em difíceis e arriscados trabalhos da sua especialidade, recebe-nos com todos os requintes de cortesia no seu amplo e confortável consultório sito no Largo 1º de Maio, dispensando-nos penhorantes atenções, escutando-nos com o maior interesse e, positivamente, debaixo do domínio duma paciência evangélica.

Sua Ex.^a, depois duns instantes de apreciável conversa, durante a qual põe amavelmente à nossa disposição uma caixa de magníficos charutos, de que, por *découragement* e martirizante cerimónia nos servimos de um, apenas, inquire do fim da nossa visita, oferecendo-nos ao mesmo tempo um cálice de finíssimo Porto velho.

Sem mais preâmbulos, e manifestando desejos de querer ouvir o nosso entrevistado acerca da epidemia, o sr. Dr. Henrique Botelho profere uma vasta e eloquente exposição sobre generalidades e origem do flagelo, sentindo nós que a falta de espaço com que lutamos não permita divulgá-la.

Início da epidemia em Vila Real

- *Diga-nos, doutor, a epidemia entre nós foi realmente importada ou gerou-se espontaneamente em focos adequados?*

- Muito antes de grassar em Vila Real, já noutras terras do país se haviam constatado casos de gripe epidémica, como no Marco, Amarante, Bragança, etc. E as terras do Sul já tinham sido invadidas 3 ou 4 meses antes.

Também verifiquei a existência de alguns focos locais; e entre estes posso citar-lhes um na Rua Camilo Castelo Branco outro na Rua de S. Dinis e um terceiro na cadeia civil, além de outros no Pioledo e Rua dos Ferreiros, onde notei complicações pneumónicas, de que resultaram casos fatais.

- *Ter-se-ia podido evitar o aparecimento desta doença?*

Não há possibilidade de se evitar a invasão duma doença destas, visto que não se conhece profilaxia que se lhe possa opor, pois a infecção se dá de homem para homem e com razões fundamentadas no ar atmosférico.

O alastramento do flagelo – Primeiras vítimas.

- *Tem algum fundamento a opinião de que, se os recrutas do 13 não fossem licenciados, a bronco-pneumonia não invadiria as aldeias?*

- Esses recrutas foram licenciados num sábado, pertencendo muitos deles a povoações invadidas pela epidemia, como Baião, Mesão Frio, etc.; os primeiros casos que se manifestaram, foram em recrutas naturais dessas localidades.

O licenciamento *sine die* dos recrutas não infectados, obedeceu a uma ordem do Quartel-General, o que, de resto, foi medida geral em todo o país, como é de uso em outras nações.

- *Em que consistiram as medidas de combate e preventivas, no Quartel, logo após os primeiros insultos de febre pneumónica?*

- Depois de declarada a epidemia no Quartel, prontamente diagnosticada e tomadas as medidas de ataque a essa infecção, foram todos os indivíduos internados no hospital e convenientemente isolados.

Escusado será dizer que todos esses recrutas foram examinados cuidadosamente pelo médico em serviço na unidade, que era eu, não me responsabilizando nessa altura pelo

estado sanitário futuro das referidas praças, pois que podiam muito bem ter a doença no seu período de incubação.

De resto, apesar de por aí se aventar a hipótese dos recrutas terem ido infestar as suas aldeias com a terrível doença – essa opinião, um tanto ou quanto zarolha, obedeceu, certamente, ao propósito de certas e malévolas criaturas pretenderem beliscar a minha dignidade profissional, o que nem me magoa nem me ofende, - felizmente não me consta oficialmente que os recrutas tenham sido os portadores da epidemia, porquanto já a encontraram nas suas terras com mais ou menos intensidade.

Melhoramentos locais que se impõem – louváveis iniciativas – um parecer digno de todo o elogio.

- *Quais as condições higiénicas do Quartel onde se manifestaram os primeiros casos? Adoptaram-se quaisquer providências no sentido do seu beneficiamento?*

- As condições higiénicas do Quartel Velho são de tal ordem, que eu, o médico de serviço, consultado oficialmente, em tempos, sobre a forma do seu beneficiamento, propus a sua destruição completa e rasa; como há dias informou o seu jornal, muito me apraz comunicar, mais uma vez, aos seus leitores que Sua Ex.^a o Senhor Presidente da República, concordando plenamente como o meu parecer, deu ordens terminantes para a destruição do referido Quartel. E a propósito, ingrato me seria que n' O Vila-Realense não ficasse registado um outro melhoramento importantíssimo para a nossa terra, que é a compra dum prédio e respectiva adaptação para Hospital Militar, medida esta da iniciativa do ilustre Chefe do Estado Maior desta Divisão sr. Cruz e Sousa e plenamente aprovado pelo sr. Dr. Sidónio Pais, que na ocasião em que foi apresentada esta proposta sobraçava a pasta da Guerra.

Confrontos

- *A percentagem relativa dos casos mortíferos, na família militar, foi muito elevada ou é maior a civil?*

- É muito maior a civil; e se se fizer o confronto dos casos fatais na família militar desta unidade com a de outros regimentos, tais como a de outros regimentos, tais como os de Bragança, Lamego, Amarante, Penamacor, etc. creio poder afirmar-lhe não terem resultado inúteis os meus esforços no tratamento dos militares inficionados.

Organização dos serviços de saúde no concelho de Vila Real. Condenável incúria por parte das Câmaras

- *A presente organização dos serviços de saúde no concelho e as medidas profiláticas adoptadas não têm deficiências?*

- Realmente há deficiências na organização desses serviços, apesar da alta competência do meu distintíssimo colega sr. Dr. Almeida Garrett, Comissário do Governo, que tem posto continuamente à prova os seus talentos e inexcedível actividade.

São elas principalmente devidas à dificuldade de transportes e às péssimas condições de higiene em que se vive, pois como V. muito bem sabe, as nossas Câmaras preocupadas sempre com questões de alto interesse público, têm descurado por completo a resolução do problema das águas e esgotos, certamente por os julgarem de somenos importância.

Tudo isto para honra e glória das vereações municipais como eu tem sido brindada a nossa cada vez mais linda e aformoseada Vila Real.

Hospital da Misericórdia – Socorros permanentes aos epidemiados, sem que para isso seja necessária a intervenção dos politiquieiros

- E com respeito à assistência médica no Hospital da Misericórdia? Continua a receber muitos doentes? Há ali também, lacunas sensíveis?

No Hospital os serviços estão montados por forma a socorrer permanentemente cerca de 150 doentes. Têm sido assistidos, medicamente, de dia e de noite. Nada lhe há faltado, tendo estado as portas franqueadas para todos os epidemiados que precisam de hospitalização, sem necessitarem do concurso dos politiquieiros para a sua admissão, o que era de uso e costume desde longa data.

Apesar das minhas instâncias perante as direcções daquela Casa, para aquisição duma estufa de desinfecção, deficiência esta imperdoável num hospital, até hoje têm sido inutilizados os meus melhores esforços.

Consola-me, no entanto, fazer saber ao público, por intermédio de O Vila-Realense, que Sua Ex.^a o Senhor Presidente da República, aquando da sua visita aos epidemiados, prometeu o subsídio suficiente para a compra dos indispensáveis aparelhos de desinfecção.

Fase actual da epidemia

- Como classifica, neste momento, o estado da epidemia: agudo, estável ou de declínio?

- Na minha opinião o flagelo está no seu auge em todo o concelho, pois todas as povoações têm sido assoladas no seu mais alto grau pela gripe epidémica.”

ANEXO 3

(Fonte: “O Vila-Realense”, de 18 de Outubro de 1918)

“SAÚDE PÚBLICA - A MARCHA DA GRIPE PNEUMÓNICA

Continuação da entrevista que acerca da epidemia reinante teve O Vila-Realense, na semana passada com o distinto facultativo local sr. Dr. Henrique Ferreira Botelho.

Não podendo, por motivos de força maior, concluir no último número deste jornal a entrevista que, acerca da epidemia no concelho de Vila Real tivemos com o sr. Dr. Henrique Ferreira Botelho, só ontem nos foi permitido abordar de novo Sua Ex.^a, que, embora muito à pressa, nos pôde atender, fornecendo-nos mais os seguintes preciosos esclarecimentos, destinados certamente a interessar deveras os nossos estimadíssimos leitores.

Não podia ser mais pronto, o distinto médico entrevistado, logo a esta nossa primeira interrogação:

- Além do bacilo de Pfeifer, é de opinião que outros lhe andem associados, agravando o estado dos doentes e concorrendo para elevar o número de casos fatais?

- O diplococcus de Pfeifer foi considerado durante muito tempo como único agente patogénico da gripe; por estudos ulteriores, chegou-se à conclusão de que o diplococcus

descrito pelo sábio Pfeifer se encontrava nos exames bacteriológicos de outras doenças, tais como a tuberculose, etc., razão esta porque hoje não é considerado como causador exclusivo desta doença, e, conseqüentemente, para nosso mal, não há ainda hoje uma vacina ou soro específicos para o tratamento da gripe epidémica que tantas vítimas tem causado.

Nesta doença infecciosa, como em todas outras de igual natureza, associam-se-lhe, em regra, outros micróbios, tais como o *streptococcus*, o *stafilococcus*, etc., que vêm agravar sempre o estado patológico do doente.

A tuberculose, sífilis e alcoolismo, sendo doenças endémicas no nosso meio, em alto grau, fácil é compreender a razão do elevado número de casos fatais que durante esta epidemia se tem registado.

Os boatos de novas doenças infecciosas

- *Algumas pessoas têm propalado e alarmado, talvez sem conhecimento próprio dos sintomas prodrômicos característicos da doença, que a cólera e a peste pneumónica vão tomando, encobertamente, carácter epidémico entre nós. Que há a este respeito?*

- Nos muitos casos de gripe epidémica e que já vão além de mil, quer na minha clínica hospitalar, quer particular, e por informação que tenho dos meus distintos colegas, que denodadamente e com muita dedicação têm trabalhado no ataque ao flagelo que ora nos oprime a todos, devo afirmar-lhe que nenhum caso de cólera ou peste pneumónica se tem registado até hoje. Há, sim, casos de disenteria coli-bacilar, doença esta frequente e constatada em todos os tempos nesta região, no fim do estio.

Confusas suposições

- *Por um jornal qualquer soube que em muitas partes se supõe que a chamada ESPANHOLA impede, como que imunizando, o assalto da gripe pneumónica. Tem razão de ser esta suposição?*

- Essa suposição, no meu modo de ver, obedece simplesmente à ignorância completa da doença de que se trata, pois que a bronco-pneumonia ou gripe pneumónica, como muitos colegas erradamente designam, não é mais do que uma complicação da mesma doença. A gripe ou *influenza*, quando não dá complicações, é sempre de natureza benigna, terminando pela cura, em regra, no espaço de 5 dias. Em minha opinião há essa forma geral que eu denomino de franca, e há outras modalidades desse mesmo estado mórbido que se manifestam por um ataque directo ao aparelho bronco-pulmonar (forma bronco-pulmonar), ao aparelho digestivo (forma abdominal) e ao encéfalo (forma cerebral). Devo dizer-lhe que esta forma, que é, geralmente, fulminante, é de todas elas a pior.

A queima de pinheiro, esteva, rosmaninho, etc. nas ruas e domicílios

- *Em muitas povoações procede-se, como preservativo, à queima, nas ruas, de folhas de rosmaninho, de pinheiro, esteva, azevinho e outras espécies aromáticas e desinfectantes; esta medida influi, provocando obstaculização ao mal?*

- Não acredito que essas medidas profiláticas, tão apregoadas pelos correspondentes dos nossos jornais, tenham qualquer influência benéfica contra a epidemia que nos assola, pois é certo, como muito bem sabe, que em todas as aldeias do nossos concelho é de uso

queimar nas suas lareiras ramas de pinheiro e das espécies que cita e, contudo, a epidemia não as tem poupado.

Duração e fase actual do flagelo

. O flagelo atormentará este concelho durante muito tempo ainda?

- É meu parecer e com muito prazer lho comunico, que a epidemia, que ainda na semana passada, como lhe afirmei, estava no seu auge, tem tendência a declinar consideravelmente. Sobre a sua duração, há factores importantíssimos que devem concorrer para o seu extermínio, tais como a assídua assistência médica, o tempo seco e quente e os cuidados dos doentes. E devo acrescentar que o maior número de casos fatais é, sem dúvida, devido, em grande parte, aos descuidos dos pacientes, eu não seguem à risca os bons conselhos dos clínicos.

E primando a todas estas razões, está a solução do problema das subsistências que a nossa Câmara – se é que existe – tem lançado ao mais completo e criminoso abandono, não obstante ter as autorizações devidas para a instalação do celeiro municipal.

Nova brigada de médicos?

- Julga necessário que o governo envie uma nova brigada de médicos para debelar a epidemia?

- Eu sei que uma gazeta local grita por novas brigadas médicas, no intuito único de especulação política, esquecendo-se que o seu director tem a maior responsabilidade no desleixo e incúria da Câmara Municipal monárquico-camachista que para vergonha nossa se encontra à frente do concelho e que até hoje absolutamente nada tem feito, respeitante ao saneamento publico.

Os médicos que clinicam neste concelho são, presentemente, suficientes, para socorrer os epidemiados, desde que lhes facilitem os meios rápidos de transporte, não sendo necessário que o governo nos mande quintanistas – pois que médicos não há – atendendo à mobilização militar (um grande número prestando serviços em África e na França) e aqueles, apesar da sua boa vontade, pela sua inexperiência clínica, pouco podem fazer.

Carece de fundamento a afirmação de que os atacados pela epidemia tenham alta nos hospitais antes de curados.

- Ouvimos algures que diversos griposos têm tido alta no hospital antes de curados, dando isto origem a que alguns já tenham morrido; isto é assim?

- Devo afirmar-lhe, da forma mais categórica, que todos os indivíduos tratados da epidemia gripal nos hospitais civil e militar que dirijo, só têm alta, depois de completamente curados; é certo que alguns há que têm pedido alta em plena convalescença e outros se têm evadido, sem a menor responsabilidade da minha parte, pois que a todos, como é do meu dever, aconselho os máximos cuidados sendo certo que uma recaída é sempre grave, nesta como em outra qualquer doença. Bom seria que se tivesse já organizado um hospital para convalescença, pois que a função em meu critério, dos hospitais que dirijo, é unicamente para tratar dos casos agudos, maneira única de hospitalizar todos os que precisam de socorros prontos.

E como conste que o director duma folha desta terra, no hábito inveterado de fazer

insinuações torpes e malsinar toda a gente que trabalha honestamente, por um rebate de consciência tenha resolvido a oferecer os seus honorários, que indevidamente percebe, como funcionário do governo civil, para a organização do referido hospital, julgo estar resolvida esta segunda parte do problema.

As pessoas idosas e a sua resistência perante a gripe

- Tem-se notado, doutor, que a epidemia tem poupado os velhos. Donde lhes vem esta imunidade?

- É uma verdade constatada que os indivíduos de idade avançada têm sido, efectivamente, poupados pela epidemia, atingindo, duma maneira intensiva, as pessoas na chamada idade militar. Este facto não é novo entre nós, pois em todos os povos que têm presentemente sofrido a terrível invasão da gripe epidémica, de igual modo se tem observado o mesmo fenómeno. E os indivíduos de idade avançada que têm sido atingidos, têm resistido bem à doença. Ora, isto que à primeira vista parece um paradoxo, explica-se cientificamente pela imunidade natural que dá toda a doença infecciosa, a que não deve fazer excepção esta gripe.

Escusado será relembrar que em 89 e 90 fomos visitados pela epidemia gripal, de que resultou os velhos de hoje conservarem uma maior resistência à epidemia de hoje.

- Pode dizer-me se a variola, em que por aí tanto se fala, também assentou arraiais nesta localidade e se tem algum fundamento sério e razoável a afirmativa de que está grassando no concelho, embora não alarmanamente?

- Que me conste, pela minha clínica e oficialmente, nenhum caso de variola se tem registado neste concelho, sendo justo salientar que o ilustre delegado de saúde deste distrito tem sido incansável, já desde longos anos, na aplicação da vacina anti-variólica.

A Junta de Higiene toma resoluções, que não são acatadas pelas autoridades administrativas diz o sr. Dr. Botelho

- A Junta de Higiene distrital tomou alguma deliberação sobre o combate à epidemia ou limitou-se, somente, a umas medidas superficiais de higiene pública?

- A Junta de Higiene, a que tenho a honra de pertencer, como clínico do Hospital Civil, reuniu após a constatação da epidemia e resolveu solicitar da Câmara – que, por sinal ainda não acordou do sono letárgico em que permanece – as medidas necessárias para a boa higiene das ruas e dos domicílios dos seus munícipes, pois que outras prevenções profiláticas se não conhecem contra esta epidemia.

Nessa ocasião, aproveitei a oportunidade para renovar a minha proposta apresentada por ocasião da epidemia do tifo exantemático, de expurgar a vila de suínos que vivem em promiscuidade com uma grande parte dos habitantes desta vila – e até hoje não me consta que as autoridades administrativas, como as de então, à frente das quais estava, de facto, o sr. Adelino Samardã, homem de muito carácter e de iniciativas, tenham executado as resoluções da referida junta.

Alguns esclarecimentos mais tínhamos desejo de obter do nosso amável entrevistado; este empenho, porém, tornou-se-nos de impossível resolução, visto como os clientes do distinto médico o procuravam, reclamando insistentemente os seus serviços.

Vimo-nos então impelidos a não roubar mais tempo a Sua Ex.^a, terminando assim a nossa

entrevista, cuja pormenorizada vulgarização muito veio abrilhantar as colunas de O Vila-Realense.

Com um afectuoso aperto de mão despedimo-nos do ilustre clínico, que é, sem dúvida, uma das notabilidades médicas do nosso país.”

ANEXO 4

(Fonte: “O Vila-Realense”, de 24 de Outubro de 1918)

“CRUZ VERMELHA

A acção desta prestantíssima Sociedade perante a epidemia no concelho de Vila Real
O Vila-Realense entrevista o sr. Túlio da Mota, tenente-comissário da Cruz Vermelha em serviço na nossa terra.

Tendo este jornal tomado a peito a questão da saúde pública, envidando sempre todos os esforços, não só para provocar o beneficiamento das condições higiénicas locais, como também para esclarecer o público da marcha do flagelo, procurámos no domingo o sr. Túlio da Mota, tenente-comissário da Companhia nº 3 dos Serviços de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, em serviço na nossa terra, a fim de nos conceder uma entrevista acerca da acção daquela altruísta Sociedade, perante a epidemia neste concelho.

Ao manifestarmos o nosso empenho ao Sr. Túlio da Mota, logo Sua Ex.^a anuiu gentilmente, começando nós por lhe dirigir esta pergunta:

O concurso da sua brigada era indispensável?

- Certamente. Era de urgente necessidade dar princípio aos nossos serviços, que embora modestíssimos, foram logo aproveitados no transporte ao hospital, de 109 griposos, não só da vila, como das freguesias limítrofes, algumas delas muito distantes, como V. sabe; procedemos a diversas desinfecções em veículos e domicílios, fazendo ao mesmo tempo, até hoje, muitos curativos no posto.

Quem requisitou a corporação da Cruz Vermelha?

- Foi o director clínico do Hospital e médico-chefe da Delegação local sr. Dr. Henrique Botelho, que a solicitou ao governo, por intermédio do Quartel-General.

Pode dizer-nos como têm sido dirigidos os serviços médicos na enfermaria da Cruz Vermelha?

- Admiravelmente, dirigindo-nos o sr. Dr. Henrique Botelho, que tem sido duma abnegação sem limites. Fazendo, além da sua visita quotidiana, assistência extraordinária, depois de regressar do extenuante serviço que tem nas suas zonas mostrado assim um desvelado interesse pelos doentes confiados à Cruz Vermelha.

Este distinto clínico tem levado a sua boa vontade até ao ponto de durante a noite e espontaneamente, ir visitar os doentes em tratamento no Hospital.

- Ouvimos que os doentes transportados pela Cruz Vermelha não eram bem recebidos no Hospital; isto é verdade?

- Desde que assumi a direcção dos serviços que me estão incumbidos, não me consta eu qualquer facto, nesse sentido, tenha ocorrido e que possa envolver desprestígio para o bom nome do Hospital.

- *Dizendo-se que aos griposos é dada alta, nos hospitais, antes de curados, e a este respeito há de verídico?*

- Assevero-lhe que nenhuma pessoa honesta e séria é capaz de propalar tão miserável falsidade. Uma tal atoarda só pode conceber-se em espíritos *zainos e marranicas*, manifestamente rebeldes a tudo que seja verdadeiro, boatando e blagueando sempre, consoante é próprio de quem vive e medra desocupado.

O jornal de V. já esclareceu o caso na última entrevista que teve com o sr. Dr. Henrique Botelho. Todavia, em resposta à sua pergunta, sou a declarar—lhe que nenhum doente tem alta nos hospitais civil e militar sem estar perfeitamente curado, não cabendo responsabilidades ao médico assistente quando os enfermos se evadem ou, em plena consciência e provocando até algazarras, exigem que lhes abram as portas de saída.

- *Disse-nos V. Ex.^a há pouco, que a sua corporação tem procedido a desinfecções em diversos domicílios. Como tem decorrido esse serviço e quem o ordenou?*

- Tendo-me incumbido o sr. Dr. Almeida Garrett, na qualidade de Comissário do Governo, da direcção externa de serviços, tais como desinfecções, transporte de doentes, distribuição de medicamentos, etc., de acordo com o sr. Delegado de Saúde e ainda por indicação do sr. Dr. Botelho, tem-se procedido a desinfecções não só nas casas dos epidemiados que são conduzidos ao hospital, como na dos que falecem nas suas habitações. Quanto à forma como têm decorrido estes serviços tenho a dizer-lhe que eles em nada deixam a desejar, porquanto o respectivo pessoal tem sido incansável e embora os aparelhos sejam rudimentares, tenho a consciência de que se tem feito tudo quanto neste sentido é humanamente possível.

- *Como encontrou organizada a delegação da Cruz Vermelha nesta vila?*

- Apesar da boa e louvável vontade dos seus dirigentes nada estava feito, talvez por falta do inteiro conhecimento dos regulamentos da nossa Sociedade. Quer no serviço de escrita da Delegação, quer no da Companhia nº 10, que é a desta vila, havia deficiências muito sensíveis e que eu tratei imediatamente de remediar logo que me pus à frente dos serviços. Presentemente, posso assegurar-lhe que está regularmente organizada, não desmerecendo das suas congéneres.

Deve acrescentar, com muito prazer, que a Delegação local da Cruz Vermelha tem elementos de sobra para poder prosperar e até para vir a ser uma das primeiras do país, pois no seu quadro técnico tem figuras de indiscutível valor, como sejam os médicos Henrique Botelho – espírito disciplinador por excelência – Sampaio e Feliciano, os farmacêuticos Olindo Ferreira, Mesquita e Barreira. Na direcção da colectividade os srs. Drs. Coelho Mourão, Rodrigo Nóbrega, Francisco Araújo e ainda o incansável trabalhador Pe. Filipe Borges – a alma da Delegação e que na presente epidemia tem cometido prodígios do mais alto valor, manifestando em todos os relevantes serviços que presta, o mais decidido desinteresse e inexcedível bondade, actos estes que são, positivamente, motivo de orgulho para todos os vila-realenses.

- *A Cruz Vermelha tem tido no concelho, cooperadores e beneméritos a auxiliá-la?*

- Felizmente, posso dizer-lhe que Vila Real tem sabido, mais ou menos, na medida das suas forças, corresponder ao fim humanitário da Cruz Vermelha.

Muito grato é para mim apontar-lhe os nomes dos filantrópicos cidadãos srs. Albino Fernandes, residente no Porto, que fez a oferta de 2 000 sinapismos Rigolot e 20 quilos

de tília; do sr. Jaime de Sousa, da Atlântica, que pôs à disposição da Cruz Vermelha um *side car* com o seu *chauffeur* Sr. Cunha Pinto, para transporte de médicos às zonas epidemiadas; o sr. Dr. Jerónimo Amaral, que tem socorrido com medicamentos, inúmeros doentes da freguesia de Mateus; parte da imprensa desta vila, à frente da qual é justo mencionar o nome de O Vila-Realense, que na campanha contra a epidemia soube criar uma honrosíssima auréola de simpatia e benquerença, entidades oficiais, etc.

- *O pessoal da Cruz Vermelha tem sido sacrificado pela epidemia?*

- Infelizmente tem sido. Logo de entrada adoeceu a dama-enfermeira sr.^a D. Helena Gomes, que se encontra convalescente; depois fui eu, e agora tenho ainda doente a dama-enfermeira sr.^a D. Emília Faria, ficando indemnes e fazendo todo o extenuante serviço, a dama sr.^a D. Berta da Mota e o 2.º sargento enfermeiro José Maria de Sousa Lima.

E para terminar, muito me apraz registar a maneira afectuosa e urbana como O Vila-Realense recebeu a brigada de que sou chefe e que de resto não estranho, visto como é tradição da linda terra de V. ser hospitaleira e lhana para com todos que A VISITAM.”

*A ortografia foi actualizada para uma melhor compreensão.

Foi terminado este estudo na Quinta da Levandeira em Maio de 2018.

Nota: O autor não respeita o actual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Agradecimentos:

- Ao Dr. A. M. Pires Cabral, pela aprovação para publicação deste trabalho.
- Ao Sr. Elísio Amaral Neves, grande conhecedor e estudioso da história local vila-realense, por toda a colaboração prestada.
- À Biblioteca Municipal de Vila Real, pela disponibilização dos periódicos para consulta.
- À Inês, minha filha, pelo cuidado na elaboração das tabelas.

‘linhas de luz para que luz se faça’:
uma aproximação à poesia
de Eduardo Guerra Carneiro*

Isabel Alves

Aquando da sua morte, em 2004, Francisco José Viegas resumiu a personalidade de Eduardo Guerra Carneiro deste modo: “Era um bom poeta, esquecido por todos nós, e um jornalista esquecido pelos jornais. Morava no mesmo prédio onde viveu Agostinho da Silva, ao Bairro Alto. Escrevia em caderninhos lisos e tinha canetas de tinta permanente. Gostou muito. Foi muito amado. Tinha um brilho nos olhos que se foi perdendo à medida que ia envelhecendo, mas nunca foi um ressentido. Bebeu muito. Leu bastante. Escreveu o suficiente. Alguns livros: *Isto Anda Tudo Ligado*, *Como Quem Não Quer a Coisa*, *É Assim que se Faz a História*, *Contra a Corrente*, *Lixo* ou *Dama de Copas*. Era boémio, mas não era da boémia. Sentava-se ao fundo dos bares caboverdianos. Gostava de mornas, da sua terra do Norte (Chaves), dos salgueiros ao longo da estrada nacional n.º 2, dos choupos do Douro e de poetas que sabiam calar-se. (...) Ele era um bom poeta que raramente ficava contente com os seus livros. Não se dava muita importância. Brigou muito. Tinha bom feitio. Tinha mau feitio. (...) Bebia cerveja. Acho que bebia tudo. Tinha uma bela voz. Eduardo.” (Viegas, Aviz)

Enquanto em Vila Real, nos anos sessenta, então uma região isolada do norte de Portugal, Eduardo Guerra Carneiro, nascido em 1942, em Chaves,

* Agradeço a Herculía Agarez o empréstimo de algumas das obras de Eduardo Guerra Carneiro, bem como a sua generosa amizade.

se empenhava na criação do Movimento Setentrião (amplamente descrito e documentado por Elísio Neves)¹, na poesia portuguesa irrompem as imagens e testemunhos poéticos de, por exemplo, Alexandre O’Neill, Egito Gonçalves, Herberto Helder e Fernando Assis Pacheco. Como referem António José Saraiva e Óscar Lopes, na décadas de 60-70, alguns poetas, influenciados pelo concretismo brasileiro, sentiram-se impelidos a experimentar recursos inéditos — o automatismo surrealista, a exploração inusitada de estruturas morfológicas e sintáticas, uma distribuição dos caracteres gráficos fora da convencionalidade. Figura de relevo da poesia experimental, Herberto Helder publicava, em 1962, *Lugar*; e, em 1963, *Os Passos em Volta*, obras que davam expressão a “experiências de significação aleatória, obedecendo a automatismos de associação verbal ou imaginativa”, e a uma poesia disciplinada “por um mínimo de enredo e de referências sociais objectivas” (Saraiva e Lopes, 1117). São ainda destes críticos as palavras que procuram sintetizar a inovação poética ocorrida nos anos sessenta e setenta: “[r]aramente em tão poucos anos se assistiu a um tão considerável conjunto de revelações, muito diversas entre si em temperamento e em técnica, mas assentando num mesmo profundo questionamento, que abala a anterior convicção de comunicabilidade humana através de meros actos de linguagem” (Saraiva e Lopes, 1124). Este é, pois, um tempo de ruptura com padrões poéticos anteriores. E se estas características têm acolhimento na poesia de Eduardo Guerra Carneiro, não deixa de ser interessante que alguma da poesia de dois outros poetas transmontanos, António Cabral (1931-2007) e António Manuel Pires Cabral (1941), inscreva, lado a lado e em tensão permanente, imagens e palavras de registo transmontano e duriense e uma atenção particular à capacidade disruptiva da palavra e à rasura dos nexos lógicos.²

Embora o seu nome não conste dos dicionários e histórias da literatura propostos à circulação académica como outros poetas seus contemporâneos — Herberto Helder, Mário de Cesariny, Ruy Belo —, também Eduardo Guerra Carneiro escolhe ferir a realidade através de imagens insólitas, trabalhando a matéria dos sonhos: “contra a corrente subimos os rios/ à procura do lugar onde os sonhos/ nascem. Contra a corrente rompemos/o véu e do anel de fogo já saímos./ Contra a corrente estamos sempre/ quando os rios se formam em anéis de fogo/ e véus de bruma surgem. Contra/ a corrente chegamos a lugares onde o sonho/ sobe. Contra a corrente,/ outra vez, ainda, tentamos a sorte:/ anular

1 Cf. http://www.cm-vilareal.pt/gremio/images/publicacoes/movimento_setentriao.pdf

2 Alguns títulos de António Cabral: *O Mar e as Águias*, 1956; *Poemas Durienses*, 1963; *Entre o Azul e a Circunstância*, 1983. Alguns títulos de A.M. Pires Cabral: *Algures a Nordeste*, 1974; *Douro: Pizzicato e chula*, 2004; *Gaveta do fundo*, 2013.

alguns círculos na água,/ corpo-a-corpo com a morte,/ p'ra desfazer o feitiço da serpente” (*Contra*, 15)³. A luta contra a morte do corpo é também a luta contra a morte da palavra. Poeta pouco convencional, faz parte de um grupo de poetas “que não são muita coisa”, em cuja poesia o leitor encontra um “sentido agónico (...) e sinais evidentes de perplexidade, inquietação ou escárnio perante o tempo e o mundo em que escrevem. (...) Comunicam, em suma; não pretendem agradar ou ser poeticamente correctos” (Freitas, 160).

Entende-se que a poesia de Guerra Carneiro se afasta do lirismo mais concreto de Eugénio (comparemos, por exemplo, *Mar de Setembro* e *O Perfil da Estátua*, ambas as obras publicadas em 1961) ou do lirismo espiritual de Ruy Belo, cujo *Aquele Grande Rio Eufrates* é também de 1961, aproximando-se de um caminho seguido por outros nomes da poesia portuguesa, cuja poética assentava no imagismo, na fragmentação sintática, na desconstrução textual poética. Por outro lado, a poesia de Eduardo Guerra Carneiro não deixa de dialogar com a poesia de outros poetas contemporâneos, nomeadamente de Fernando Assis Pacheco, no uso de uma linguagem comum e na verve irónica e por vezes satírica com que constrói alguns dos seus poemas.⁴

Eduardo Guerra Carneiro publica os seus primeiros livros de poesia na década de sessenta, terminando o seu percurso poético com *A Noiva das Astúrias*, título de 2001. O verso “[I]nhas de luz para que luz se faça” (*Profissão*, 74), que se reproduz no título deste texto, faz parte de *Profissão de Fé* (1990), e pretende sintetizar aquilo que se afirma permanente na produção poética de Eduardo Guerra Carneiro: a busca do(s) sentido(s) da palavra. A luz é, neste contexto, sinal de vida e de poesia: “a luz voltava com as linhas/ que traçava, a custo, contra a dor./ Vencida a morte — nascia o poema./ E o nevoeiro se ia. (...)” (*Profissão*, 39). Em oposição ao emaranhado de novelas e nós, imagens que povoam a poesia de Guerra Carneiro, surge a luz trazida pelas linhas do poema, o fio a desatar através da palavra: “[s]aber o sabor/ das palavras. Usar sem receio o poder maior./ Soltar o novelo. A língua.” (é assim, 14). O seu credo poético constrói-se, pois, acreditando no poder transformativo da palavra: “Assim me apoio às palavras, (...)/ Nas palavras me encontro./ Cansado, quase morto, à espera,/ sempre à espera. Nas palavras vivo,/ denuncio ou ataco”.⁵ Repetidamente, volta a alinhar as

3 Eduardo Guerra Carneiro tem, desde 2000, o seu nome no *Dicionário de Literatura*, com texto de Ernesto Rodrigues.

4 Em *É Assim que se faz a História* (1973) encontra-se “Na estrada de San Romano”, texto em prosa poética, dedicado a Fernando Assis Pacheco, onde, nomeadamente, se pode ler: “Não é fácil viver se viver não se quer fácil” (82), afirmação que capta agudamente uma convicção comum.

5 <https://canaldepoesia.blogspot.pt/2014/07/eduardo-guerra-carneiro-algumas-palavras.html>

palavras para que o “nascer de novo” (*Profissão*, 49) aconteça: esta é a profissão de fé do poeta.

Esta é também a linha de leitura que escolhemos valorizar, aquela que realça a palavra poética como um espaço benigno, algo que a vida lhe recusa oferecer. Na vida, como lembra Eduardo Guerra Carneiro, há a noite e há o medo e o grito da inconformidade, e, por isso, as palavras — encontrem-se elas em diálogo com a realidade ou não —, representam a ordem e a luz. Frequentemente, a sua poesia apresenta um desencontro entre a realidade e a palavra. Desde *O Perfil da Estátua*, publicado em 1961, o poeta rege-se por uma liberdade estética que abandona a convenção e a comunicação mais direta. Nesse primeiro livro, encontram-se as diferentes raízes que, mais tarde, se irão distender em todo o seu solo poético. Veja-se: o lirismo, ainda que quase sempre à beira do abismo, a visão do poeta como aquele que, apesar do peso da vida, tem a missão de cantar, demonstrando fervor na palavra poética, a presença basilar do espaço onírico, por oposição à realidade, o medo que atravessa os dias e as noites. A par destes temas, encontramos a inovação formal, uma das marcas da sua poesia. Acima de tudo, sente-se já nesta primeira obra o inconformismo — para consigo mesmo, para com a sociedade, para com o próprio fazer poético.

Em “Sonhos”, lê-se: “na sala havia um silêncio/ de cortinados verdes// Uma a uma as cadeiras foram destruídas/ e apenas quatro paredes ficaram/ com os cortinados verdes no tecto sem janelas// Por uma porta desenhada ao fundo/ entraram as mãos amarelas do fantasma/ e um grito saiu em eco sem resposta/ olhos abertos nas unhas apontadas.../ Depois foi a torre da igreja/ que veio perturbar a inspiração do poeta/ mergulhado em sonhos” (*Perfil*, 22). Este poema desenha a porta que permite a entrada na poética de Eduardo Guerra Carneiro, indiciando uma poesia que se faz longe do corpo real, da materialidade do mundo. É uma poesia gerada no silêncio das muitas faces do poeta, na aceitação de que “[v]ida é saber-se que o existir é certo/ quando arrastar ferros é triste condição” (31). Em *O Perfil da Estátua*, se o poeta reconhece que “algumas palavras são mais que o som”, presta igualmente atenção à forma e à construção dos seus poemas — reconhecendo neles um edifício que se constrói com palavras, espaços gráficos, silêncios entre os espaços —, e ao som que deles se desprendem: “Carla princesa negra/ falou em voz doce e negra/ falou aos lagos em fogo/ às aves de cores estranhas/ falou a árvores e flores/ e aos muros de miosótis (...) falou em voz doce e negra/ e deslizou transparente/ aos reais espaços dourados/ às formas que flutuam/ aos perfumes azulados” (32-33). Além do mais, o leitor encontra, em *O Perfil da Estátua*, a assunção de um credo estético: “[n]ão em mármore/ nem madeiras preciosas/ eu quero escrever meus versos” (12). Procurando a simplicidade de meios, o poeta não resiste, todavia, ao inusitado da forma,

nomeadamente, e exceptuando uns pontos de interrogação, não utilizando pontuação: a liberdade pessoal e estética levada ao extremo. O seu território é, pois, o do desafio.

Consequentemente, não é de estranhar que a poesia de Eduardo Guerra Carneiro se apresente muitas vezes autorreflexiva, procurando razões para a sua existência, uma poesia que, como diz, “é uma luta diária”, “uma solução pessoal em universos paralelos”, “prazer próprio”, “funç[ão] vita[l]” (*Como quem*, 18). *Como quem não quer a coisa*, de 1978, é, de novo, um livro transgressor — nas palavras (os calões, a linguagem rude), na forma (um misto de poemas e de textos em prosa), nas figuras que evoca, nomeadamente a do anarquista Emile Henry. E embora evoque, por entre a desordem dos seus versos, a regular presença das luzes da Lisboa de Cesário Verde, a sua poesia é a da “ruptura, fragmentação, estilhaços, arestas salientes” (*Como quem*, 18). No poema “Prefácio a uma homenagem a Cesário Verde”, a realidade do poeta é tudo menos tranquila: “É tempo de sair/ por entre a névoa; rondar as esquinas; sorrir à puta;/ apertar o copo; sentir o suor da cidade, corpo a tremer/ de frio e febre neste tempo de amoníaco e éter/ com ambulâncias lentas a caminho da morgue” (*Como quem*, 29). Eduardo Guerra Carneiro, numa busca incessante de si mesmo, é um homem mal situado e um poeta desassossegado. Como todos os poetas, vê na palavra a sua ferramenta e a partir dela constrói o seu testamento ao mundo.

Em *Contra a Corrente*, livro de 1988, há uma leve inflexão no pendor surrealizante da sua poesia, encontrando-se aqui linhas de maior comunicabilidade; escreve, por exemplo, sobre Trás-os-Montes: “(...) Aguços brancos/ brilham no chão das queimadas. Olmos/ longas fileiras de olmos, e o chiar/ dos carros dos bois, de rodas vermelhas/ e altos estadulhos. Um horizonte/ azul e rosa de pombais em ferradura./ (...)” (*Contra*, 26). E sobre as corridas em Vila Real: “As motos roncam no circuito/ de Vila Real e lá estou eu, pendurado/ no muro das traseiras, a espreitar a Norton/ que vem à cabeça, curvando, espectacular,/ na rampa de São Pedro. O cheiro a gasolina embebeda a catraiada. É quase tão bom/ como o incenso no mês de Maria.(...)” “quando chega a notícia de um desastre na Timpeira (...) a festa prossegue, com a feira/ dos pucarinhos, e o barro negro de Bisalhães/ racha-se na cabeça dos feirantes.” (*Contra*, 18). Neste mesmo livro, interessa reter, desde logo, esse auto-retrato onde se encontram os versos: “ando, desando,/ neste viver sem mim” (37), para, de seguida, o sujeito lírico se interpelar: “mas vê se te ergues; se te animas./ Não és tu quem às vezes até reza?/ Claro: vais por aí fora à toa, entoa/ ou então, nas linhas, avanças entrelinhas./ Querias era estrelas — estrelinhas./(..) Julgas cantar o teu destino/ e retomas a meada, o desatino,/ o novelo em que andas enredado./ (...)” (*Contra*, 38). O sujeito poético surge repetidamente à procura de si mesmo, sem que se descubra

completamente, e, daí, a sua luta: “procuro a linha enredada na complicada teia de aranha que em volta de mim próprio enlacei: aqui está a razão do desafio; os nós a desfazer” (*Como quem*, 17). O desafio, esse é sempre o mesmo: “Leitor:/ o labirinto é duro de roer. Estás disponível?” (é assim, 34).

Ainda em *Contra a Corrente*, Eduardo Guerra Carneiro convida o leitor a conhecer alguns nomes da poesia portuguesa com quem se cruza e com cuja poesia se entrecruza: Luís Veiga Leitão — “Mostrava-te versos ruidosos que acolhias/ e felizmente dizias que não eram ainda/ poesia. (...) Noite de pedra era o tempo,/como o título do teu livro. Tanta ternura/ e cumplicidade, entre dois covilhetes/ e algumas taças de branco para rebater” (*Contra*, 41), ou Nuno Bragança, com quem partilha “o desespero, tal como a impaciência/ com que escutava tiradas mais literatas./ Enraivecia por dentro, mordido por outros/ deuses, venenos aziagos.” (*Contra*, 42). Mas também escreve versos sobre Nuno Guimarães, Ruy Belo e Ruy Cinatti; quando sobre este último se lê: “atira ao ar as folhas dos poemas e pagelas/ com santinhos. Impaciente enxota-nos./ Mas volta ao patamar da escada, aos berros,/ para dizer que o chá abriu.” (*Contra*, 45), o (des)encontro e a impaciência de Cinatti será aqui reflexo do seu próprio desassossego e inquietação.

Em *Contra a Corrente*, o leitor encontra uma poesia cujo rastilho é o real — o jogo da sueca “debaixo do odoroso cedro do Príncipe Real” (56), o gato Luís, companheiro de Agostinho da Silva (57), os cafés da província (23), a neve que arde “na cara e nas mãos” (16), a mercearia do bairro, onde se “encontram os vizinhos,/ para buscar açúcar ou sabão” (52), o “roncar vibrante da rotativa” que anunciava a primeira tiragem com “o cheiro a chumbo e tinta, os grandes rolos de papel, os gritos/ dos chefes de oficinas, a desordem ordenada/ que culminava já quase de dia” (53). Estes passos num território mais real não impedem, contudo, que se vislumbre a marca mais constante da poesia de Guerra Carneiro — o sonho que pousa na realidade e a torna outra coisa: “Pássaro implume da infância/ de outros sonhos — esses então ainda mais/ medonhos que os pesadelos das marés./ Continuava cansado, cada vez mais cansado,/ mas não ouvia já caírem dos ramos as maçãs” (64).

Por outro lado, em alguns dos poemas de *Contra a Corrente* adquire relevo a linha de leitura que desejamos realçar — a luz que as linhas dos poemas trazem à vida do poeta e, desejavelmente, à do leitor. O sujeito lírico não tem dúvidas acerca da sua missão: “aprendiz da arte de aos outros contar/ as suas próprias histórias” (*Contra*, 53). Uma arte coadjuvada pela prática do jornalismo, profissão que praticou durante largos anos, inscrevendo-se aqui, no corpo da sua poesia, um dos objetivos vitais da leitura: lê-se para que os outros nos digam como somos, algo que surge reforçado na última parte deste livro, “e agora vamos ao que

mais importa”, numa homenagem a Eudoro de Sousa (1911-1987), reconhecido filósofo nascido em Lisboa e que fez o seu percurso no Brasil. Nessa homenagem, cruzando o discurso filosófico de Eudoro de Sousa com o seu próprio dizer poético, pode ler-se: “‘E agora, vamos ao que mais importa’:/ saber, na escrita, devolver aos outros a força perdida/ neste tempo sujo. Recuperar até/ o som das tempestades, algum cheiro/ a serra, campainhas, guizos” (*Contra*, 69). Consciente do trabalho do poeta: “reconstruir/ a pedra da linguagem” (71), incentiva: “Façamos lume com as/ pedras, para aprendermos a incendiar/ também nossas palavras novas” (*Contra*, 72). E é ainda neste diálogo com Eudoro de Souza que escreve “a poesia é uma contínua invenção da linguagem”: “Claro, mestre, a quem o dizes! E bem/ lembrás essa máxima em tempo/ de perfídia, de desperdícios carregados de óleo — as asas sujas não podem voar./ Limpa as penas às águias, mas/ também à andorinha, ao canário/ e ao albatroz. Só galinhas se ficam/ na quentura, talvez urgentes para/ a boa canja, a fritura ou o assado necessários./ A poesia faz-se entre outeiros secos/ veigas verdejantes, bacelinhos viçosos,/ os pinhais desbastados, a resina/ a escorrer espessa para os vasos/ que rescendem no lume aceso da manhã clara” (*Contra*, 73). Uma nota irónica na poética de Guerra Carneiro, essa mesmo que Vítor Silva Tavares vê como “desataviada (...) meninamente exposta no seu singular sonoro” (*Como quem*, 11).

As obras posteriores de Eduardo Guerra Carneiro — *Profissão de Fé* (1990) e *Lixo* (1993) — continuam as linhas de leitura anteriormente expostas. Se o livro de 1990 contém algumas das imagens mais solares — o registo é o da imprecisão das aguarelas, da leveza das borboletas, das coisas de verão — a influência do filósofo romeno, E. M. Cioran (1911-1995), conhecido por articular um pensamento pessimista, onde reservava um lugar especial a temas tais como o suicídio, a morte, a obsessão e o vazio, não deixa de jorrar luz sobre a poesia do poeta português: “A dor é isto: uma vazio. E sentir/ depois um vazio maior — esperar/ a morte. Escrevo, assim, convicto,/ num estado semelhante já ao pó,/ mas em lava ardente procuro/ a maneira ainda de incendiar” (*Profissão*, 33). Guerra Carneiro continua, pois, a perseguir a luz, nunca abandonando, porém, a certeza bárbara de que “os poemas/ e os sonhos são luz em nebulosa” (15), tornando claro que a realidade por si só não lhe interessa; o relevante é a paisagem interior, angustiada, é certo, deformada, talvez, mas, acima de tudo, depurada do contato direto com a realidade. Despida maioritariamente de características espaciais e temporais, a poesia de Eduardo Guerra Carneiro aspira à busca pelo universalmente comum na alma humana, na linha, aliás, da escrita de Edgar Allan Poe, escritor norte-americano, cuja obra *As Aventuras de Arthur Gordon Pym* (1838) traduziu. Tal como o escritor do outro lado do Atlântico, o autor de *Profissão de Fé* constrói as suas obras a partir do seu interior, desligado

da familiaridade e das formas convencionais; tal como a terra dos sonhos de Poe, Guerra Carneiro assenta a sua visão poética na busca de uma vida que se desenha nas linhas de uma realidade elusiva, só entendível se formos capazes de nos abeirar do sonho, da loucura, de um estado alucinatório. As estrelas, diz, podem esconder-se na lixeira: “Volta, pois, ao lixo, a essa lixeira,/ monturo de sentimentos esquecidos:/ as estrelas ainda brilham lá ao fundo” (*Lixo*, 19), assim “comunicando a um domínio lexical de semas negativos e baixos a euforia dos reflexos e explosões douradas” (Rodrigues^b, 82).

Mas Guerra Carneiro não é, nos anos setenta, um poeta só; com os poetas da Beat Generation partilha o mesmo interesse: cultivar uma estética e uma política da rebelião. Gary Snyder, Jack Kerouac, mas sobretudo Allen Ginsberg, são escritores que se afirmam anti-sistema e cultivam uma escrita livre de formalismos, onde respira, acima de tudo, a liberdade de uma nova linguagem, de modo a instaurar uma nova realidade que exponha a hipocrisia das instituições e da ordem. É desta insubordinação — nos temas, nas imagens, na forma — que vive também a poesia de Eduardo Guerra Carneiro, ou, nas palavras de Vítor Silva Tavares, uma poética que vive da ‘intemperança’, ‘incomodidade’, ‘revolta’, ‘obstinação’, ‘vagabundagem’. (Tavares, 11-12). É também Guerra Carneiro que reforça esta leitura sobre a sua obra quando, num dos textos em prosa poética de *Dama de Copas* (1981), refere: “[i]nsisto em procurar o difícil, a própria incomodidade, no acto de certas relações, na conversa aberta, sem medo ou receio que tomem a nuvem por Juno.” Para além desta declaração a favor da rebeldia, acrescenta. “[é] um desafio permanente esta aventura da escrita. Outros que procurem o controlo das vogais, das frases a preceito, em receitas requentadas, embora, por vezes, assumidas numa pretensa modernidade” (*Dama*, 29-30). E, acrescenta, sublinhando o que para ele faz sentido: “(...) textos obscuros. Mas (...) a maior virtude de prosa assim é a facilidade do seu entendimento, parágrafos abertos a diversas leituras, música de vanguarda nas múltiplas propostas” (*Dama*, 32).

Nem todos concordarão com ele: um texto obscuro pode não ser fácil de decifrar, de fazer chegar ao coração, de repetir com a boca, embora, como escreve o poeta que cita na epígrafe do seu primeiro livro de poesia, Eugénio de Andrade, “toda a poesia é luminosa, até/ a mais obscura./ O leitor é que tem às vezes,/ em lugar de sol, nevoeiro dentro de si” (*Sulco da Sede*, 17). E se a poesia de Guerra Carneiro alterna entre linguagem e forma comum *versus* excesso da linguagem e experimentalismo, o sujeito lírico não deixa de procurar a luz das sílabas e dos versos, combatendo, assim, o caos interior com a ordem e a geometria da construção: “No dentro e fora das palavras mais usadas/ procurar o gosto das vogais, as sibilantes/ letras, o ronronar macio de certos vocábulos./ (...) Erguer/ então o edifício de uma escrita/ onde as ondas batam nos empedrados/ dos pátios

ou sonetos. Bairros de novo/ construir, na aventura de dar e partilhar/ a voz mais íntima.” (*Lixo*, 35).

Mas não se alimentem ilusões; o poeta não se deixa enganar: o seu território é o da noite, o do grito, o do vidro estilhaçado. Como refere Nuno Monteiro: “não conseguindo ou não podendo sentir paz nos pequenos detalhes, escolhia mergulhar cada vez mais fundo na luz da noite, nos cheiros malditos das pombas apodrecidas das ruelas tortas e mal iluminadas” (49). A imaginação alimenta-se, pois, do inusitado, da ferida, da lava. O seu mundo vive da inconstância do vulcão; ouçamo-lo: “Já voei por cima de um vulcão, na realidade ou na noite dos prodígios. Arrisquei a pele ao provar os álcoois das profundezas, lava espessa a transbordar das taças.// Aos vulcões misturo os espelhos, num retrato imperfeito de algumas ousadias. São violentos os gritos e ressoa o clamor de multidões estilhaçando os vidros dos tiranos.(...)//” (*Lixo*, 39). Versos que dão do labor poético a mesma imagem que o recente *A Noite em que a Noite Ardeu* (2015) de A. M. Pires Cabral oferece aos seus leitores; recorde-se o trabalho do poeta realizado “nos fundões da noite” (*A Noite*, 49), entre fogo e medo: “Enfrento uma vez mais/ esta danação quotidiana:/ uma noite intensa, inteiriça,/ sem fresta por onde entre o alento/ de uns pingos de luz” (*A Noite*, 35). Também a poesia de A. M. Pires Cabral vive da certeza inscrita nos versos de Guerra Carneiro: “Usa o coração, mesmo/ nas trevas. O risco é grande,/ mas maior é o outro risco/ de nada arriscar” (*Profissão*, 74).

No último livro publicado, *A Noiva das Astúrias* (2001), a epígrafe reúne versos de Mário de Sá-Carneiro: “Eu não sou eu nem sou o outro./ Sou qualquer coisa de intermédio:/ Pilar da ponte de tédio/ Que vai de mim para o Outro.” A propósito de Sá Carneiro, António José Saraiva e Óscar Lopes referem: “O motivo central da sua obra é o da crise de personalidade, a inadequação do que sente ao que desejaria sentir” (Saraiva e Lopes, 1047). As mesmas palavras poderiam sintetizar a obra de Guerra Carneiro, que vai buscar à poesia de Sá de Miranda um outro tema comum: “Comigo me desavim,/ sou posto em todo perigo;/ não posso viver comigo/ nem posso fugir de mim” (57). Assim, Sá Carneiro e Eduardo Guerra Carneiro têm em comum, para além de uma poesia onde se inscreve o mal-estar consigo próprios, o facto de ambas as vidas terminarem em suicídio, resposta às muitas frustrações que lhes povoaram os dias e as horas. A poesia do autor de *Como quem não quer a Coisa* aproxima-se da de Mário de Sá Carneiro naquilo que é quebra da representação e a construção tortuosa das imagens: “Misturam-se agora as linhas do bordado/ e confessa que o enredo foi difícil./ É fácil dizer assim que o fim é isto./ A dor não passa com tantos álcoois fortes e o desejo/ arde e marca-lhe as artérias. Misturam-se/ as tardes e as ondas ainda batem nesse muro” (*Noiva*, 7). Ou ainda a profusão de sinestésias:

“Azul, rosa é o limão/ e os damascos ardem na brancura./ Quando tu sorris a minha mão/ treme, já vermelha; de azul/ foi o coração. Dirás: loucura. Mas/ antes de falares pensa nos sons/ que, nervosos, como um bule,/ negros eles ficam, sem sentidos (*Noiva*, 29). Fora do tom da fala normal, Guerra Carneiro continua a convidar o leitor a mergulhar nas imagens disruptivas, decadentistas, sublinhando a confusão dos sentidos, o emaranhado das sensações, usando a linguagem como puro artifício, puro exercício de retórica. Numa interpelação direta ao poeta de *Indícios de Ouro*, profere: “Mário, tens razão. O tédio é o mesmo/ entre o brilho da vidraça e o copo/ no balcão. (...) Mário,/ tens razão. O tédio é o mesmo,/ ao olharmos a vidraça, onde a mosca/ reflecte o nojo do desgosto. Ou não?” (*Noiva*, 13). Se a inquietude e o desassossego são uma constante no poeta de *Dama de Copas*, refletidos também na variedade de formas que a sua poesia adquire ao longo do seu percurso poético, há essa outra linha de pensamento e de luz que se mantém, esse fio de Ariadne no labirinto do minotauro que permite vislumbrar uma das vertentes menos negras da poesia de Guerra Carneiro. Sem nunca ceder, contudo, à certeza de ser o indivíduo a riscar (e arriscar) o seu próprio destino, como fica claro num dos poemas do último livro de Vítor Nogueira, *Cantochão* (2017), no que nele é síntese da liberdade dos poetas, mesmo que essa liberdade surja aos olhos dos outros como excesso ou loucura: “Não é tanto o mundo em que vivemos,/ é aquilo que conseguimos fazer com o mundo/ em que vivemos. Ser ao menos por momentos/ um louco destemido que atravessa uma avenida/ recusando a passadeira à hora de maior trânsito,/ sem adiantar o passo nem tão-pouco olhar para o lado,/ chegando ao passeio oposto sem nunca pestanejar,/ embrulhado em gigantesca sinfonia de buzinas. (...) E o louco prosseguindo/ o seu caminho. E pensando já na próxima avenida” (24).

A fim de concluirmos, regressemos à luz que volta com as linhas, ou seja, à luz que se desprende das linhas dos poemas. Em “Já poeta”, inserido em *A Noiva das Astúrias*, o sujeito sintetiza: “Por isso assim escrevo, entre sangue e ouro,/ rasgando as cortinas feitas pelo medo./ Por isso assim escrevo, escravo das palavras, deixando a corrente inundar o Outro.// Toda a arte poética não deixa de ser/ fogo de artifício — para o Outro ver” (*Noiva*, 11). Já em “Primeiro poema” do primeiro livro publicado, *O Perfil da Estátua*, 40 anos antes, o sujeito lírico anunciava ao leitor: “Eu não sei nada de mistérios/ mas quero um poema de amor/ para dar ao meu irmão desconhecido” (*Perfil*, 9). Guerra Carneiro terá escrito para os outros, mas fê-lo à procura de si; disse, por palavras novas, pouco usadas, ousadas, os medos e os desafios da sua vida, mas deu a ver também o modo como se via a fazer poesia: “Tremo por ti, terno/ ó guerreiro, quando assim escreves/ na ternura máxima. Os versos saem quentes, lá do forno, onde/ tu escondes diamantes (...). (*Noiva*, 23). É ainda a síntese do labor poético que

se encontra nestes versos: “Põe-te de pé, poeta!, nunca de joelhos,/ pois nem as virgens ouvem teus lamentos,/ atolado em lameiros como um verme./ Serve-te da verve que encontraste/ nos insurrectos cantos das tabernas/ e, reinadio, caminha (...). Não tenhas penas — alegria!/ — mas proclama que é nesta terra amiga/ que ainda pode renascer a utopia” (*Noiva*, 47).

O seu último livro corresponde ao epílogo do seu percurso, realizado sob o signo da noite, da dispersão do eu, do insólito das imagens; o olhar do poeta experiente nele deixa um recado: “No seu afã de procurar o longe/ não via o perto e, assim, já tropeçava/ nas metáforas simples do quotidiano. (...) Pensou, / então, cheirando tempo & espaço, na mente/ borbulhante — no vulcão. Metamorfose, sim, /metamorfose era a palavra necessária./ Mais que o som: deixar casulo e ser a borboleta” (*Noiva*, 63). É do poder vibrante que constitui o vulcão — um tortuoso ardor íntimo — que se faz a poesia; mas esta é também corpo que nasce da metamorfose — do casulo em borboleta, da palavra em coisa viva — “Regressaste aqui, para morrer./ Mas à vida te devolvo. Voa, borboleta!” (*Profissão*, 59.) Palavra a palavra formam-se linhas de luz, uma luz que ajuda a combater o vazio, o tédio, o nada. Esta fé na palavra foi o aspecto da sua poética que quisemos valorizar neste texto, algo que o acompanha desde *O Perfil da Estátua*: “[p]ara quê voltar aos caminhos sem regresso/ quando nossas mãos agarram toda a vida?” (*Perfil*, 29), e do qual ele não desiste, pois para Eduardo Guerra Carneiro, o poeta, e parafraseando um dos seus versos, toma em suas mãos a vara/ e indica-nos como fazê-la florir” (*Profissão*, 52).

Bibliografia

Andrade, Eugénio. *Os Sulcos da Sede*. Porto: Fundação Eugénio de Andrade, 2001.

Carneiro, Eduardo Guerra. *O Perfil da Estátua*. Lisboa: Sílex, 1961.

-----. *É Assim que se faz a História*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1973.

-----. *Como Quem não Quer a Coisa*. Lisboa: & etc, 1978.

-----. *Dama de Copas*. Lisboa: & etc, 1981.

-----. *Contra a Corrente*. Lisboa: & etc, 1988.

-----. *Profissão de Fé*. Lisboa: Quetzal, 1990.

-----. *Lixo*. Lisboa: & etc, 1993.

-----. *A Noiva das Astúrias*. Lisboa: & etc, 2001.

Cabral, A. M. Pires. *A Noite em que a Noite Ardeu*. Lisboa: Cotovia, 2015.

Freitas, Manuel de. *pedacinhos de ossos*. Lisboa: Averno, 2012.

Monteiro, Nuno. “Eduardo Guerra Carneiro, pequenas impressões”. In *Tellus: Revista de cultura transmontana e duriense*, nº 56, 2012, pp. 46-50.

Neves, Elísio Amaral. *Movimento Setentrião*. Grémio Literário Vila-Realense http://www.cm-vilareal.pt/gremio/images/publicacoes/movimento_setentriao.pdf, 2009.

Nogueira, Vítor. *Cantochão*. Lisboa: Averno, 2017.

Rodrigues, Ernesto. “Eduardo Guerra Carneiro”. *Dicionário de Literatura*. Direcção de Jacinto do Prado Coelho. Actualização. 1º Vol. Lisboa: Figueirinhas, 2002, p. 187.

-----.^b “O Lugar dos Sonhos”. *Verso e Prosa de Novecentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, pp.77-83.

Sá de Miranda: poesia e Teatro. Seleção, introdução e notas por Silvério Augusto Benedito. Lisboa: Ulisseia, 1989.

Saraiva, António. Lopes, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 13ª edição, 1985.

Tavares, Vítor Silva. “Noves Fora, Sete”. In *Como Quem não Quer a Coisa*, pp. 9-13.

Viegas, Francisco José. <http://aviz.blogspot.pt/2004/01/adeus.html>. 03. 2004.



As endoenças na torre^{1 2}

Jorge Lage

O Grémio Literário Vila-Realense tem sido uma instituição sólida na defesa da nossa cultura e dos nossos escritores locais e regionais que vão partindo, homenageando-os e tendo em Pires Cabral o seu grande pilar. Refiro, em especial, Miguel Torga, João de Araújo Correia e António Cabral que esta agremiação cultural mostra estar atenta e ter grata memória com os que partem.

No ano findo, despediu-se o saudoso Nuno Nozelos e muitos dos amigos sentimos um vazio que nos deixou saudade e memória.

No dia da partida lavei uma nota fúnebre:

«Torre Dona Chama, Mirandela e Trás-os-Montes e Alto Douro mais pobres com a partida do nosso querido escritor, Nuno Nozelos, ao início da tarde de hoje, 18 de Julho de 2017. Nuno Nozelos nasceu na Fradizela, mas a sua meninice e ao longo da vida foi na Torre Dona Chama a que sempre se prendeu e onde o pai tinha uma pequena indústria. (...) Calou-se para sempre uma das melhores vozes da escrita trasmontana e alto duriense. Mirandela e a nossa região ficam mais pobres.»

1 Nota do Autor: Por decisão pessoal, este texto foi escrito com inobservância do (des)Acordo Ortográfico.

2 Nota da Redacção: Este texto devia ter integrado o *In Memoriam de Nuno Nozelos*, o que por lapso não aconteceu. Publica-se agora, com o nosso pedido de desculpa ao Autor.

Em conversa com o Jorge, recebi informação que me levaram a conhecer melhor o seu tio Nuno.

Está bem explícita nos textos do Nuno Nozelos a sua paixão pelos pais, pela Torre que o acolheu na meninice e pela Fradizela terra que o viu nascer.

Termina a escola primária nas Arcas (concelho de Macedo de Cavaleiros), junto dos avós maternos, numa família abastada desta terra e de apelido Gonçalves.

A ida para o seminário salesiano de Poiães (Peso da Régua), após a conclusão da instrução primária, é descrita com emoção e realismo no livro *Histórias ou Algo Mais*. Mais tarde, passou por Mogofores e Estoril, dentro desta ordem religiosa missionária e de cultura, onde concluiu o curso de Filosofia.

Nuno (Álvares Pereira da Conceição) Nozelos visitava a Fradizela, seu torrão natal, com entusiasmo, quando vinha à Torre, e onde era acolhido com muita simpatia e deferência, como me referiu o Jorge. Sempre que visitava, de longe a longe, «a Fradizela parecia a Nossa Senhora de Fátima, toda a gente vinha a correr para o cumprimentar». Todos o queriam saudar e muitos lhe deviam atenções de ajudar as «gentes da sua terra» a sair para empregos fora da lavoura madrastra. Manteve esta devoção até à última visita, enquanto as forças lho permitiram. Tal como o pai, serralheiro, que «sempre ajudou toda a gente».

Tinha uma postura generosa e sempre pronto a ajudar uma família unida de seis irmãos e era visto por todos com notoriedade. A meio do jantar gostava de uma piada erótica, com elegância.

É na Torre Dona Chama, só após ter comprado uma casa, nos últimos dez anos de vida, que passa mais tempo. Aqui, às gentes, assenta-lhe bem o apodo de “Fidalgos”, como referi no livro *Mirandela Outros Falares*, e embora abrisse caminho para empregos a muitos, a memória de alguns é curta, ou ingrata como já vem referido no texto bíblico da cura dos dez leprosos.

É aqui na Torre que tem um grande banho de multidão quando, nos anos cinquenta, com apenas vinte anos, dirige e encena a representação teatral religiosa de *As Endoenças* com o ilustre flamulense Padre Francisco Videira Pires.

À Torre acorreu uma grande multidão vinda das populosas aldeias em redor e até de longe. Passou a ser visto pelos mais atentos e reconhecidos com respeito. Ainda hoje se fala no feito ímpar do ramo de *As Endoenças* da Torre.

Sobre este grande acto cultural, dramático e teatral atrevo-me a citar o que escrevi na página 126 do livro *Mirandela Outros Falares*:

Segundo Celeste Pires, (...) No início dos anos 50, na Torre fez-se, na Quinta-feira Santa, a “Representação das Endoenças”, que era a “recriação da Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

O “palco” era montado no Largo do Prado ou Toural da Feira e hoje é um jardim onde se fazem as festas. (...) Envolvendo muitos “actores e atrizes”, tudo gente da freguesia da Torre. Quem ensaiou e dirigiu a representação, foi o escritor Nuno Nozelos. Tendo este “Ramo das Endoenças” sido desempenhado com muita arte e engenho, ao ponto de o público assistente se deixar contagiar pelo “drama” e chorar, como se estivessem a assistir à própria Paixão de Nosso Senhor. Mas a marca de alguns actores, com o seu grande nível de desempenho, perdurou pela vida fora e ficaram com a alcunha da personagem que representaram, como o Ti Fortunato que fez de Jesus Cristo e passou a ser conhecido por “Fortunato Cristo”. A tia Maria Augusta Mesquita fez de Nossa Senhora (...). O Ti Norberto Carvalho que fez de Diabo e passaram a chamar-lhe «Diabo». O Mário Pires, que fez de Judas, e era conhecido por Mário “Bicheiro”, passou a ser conhecido por “Mário Judas” até morrer (...). Hoje, os filhos ainda são conhecidos por “Filhos do Mário Judas”. Ainda hoje, passados mais de 60 anos, há quem se arrepie ao recordar o momento da representação em que Jesus Cristo foi morto.

Nuno Nozelos fez carreira no Ministério da Saúde, tal como a prestimosa esposa, Celeste, fisioterapeuta e que na doença incapacitante do marido lhe proporcionou um tratamento técnico e humano de imensa qualidade.

A sua belíssima caligrafia e muita cultura alicerçou-as na meninice, imitando o Padre Machado, pároco da Torre, que para além de ter uma letra que encantava, tinha uma boa biblioteca pessoal que o Nuno gostava de frequentar.

Conservava uma boa memória de criança e da juventude, bem patentes na sua obra. Foi nas histórias que retinha dos jornaleiros, dos avós e pais e outros episódios locais, que alicerçou as “gentes da minha terra” e outros livros que se lêem com prazer, como um bom filme de acção.

A sua escrita foi, para mim, uma aprendizagem que me deu créditos para me manter com mais segurança no imaterial vocabulário regionalista. Por isso, a leitura das suas obras é sempre acompanhada de pena e papel para anotar os termos e as expressões populares, algumas desconhecidas dos léxicos académicos, mas que são tão ou mais nossas do que as demais e onde sentimos melhor o pulsar das gentes guardiães da nossa cultura imaterial ameaçada pela globalização e pelo ermamento do mundo rural do Portugal Interior.

Foi um privilégio, para mim, conhecer o escritor Nuno Nozelos, que eu seguia como um “santo da escrita” que nos enriquece culturalmente e nos motiva a prosseguirmos a nossa estreita canada da vida.

Foram os longínquos textos de Rogério Reis e de Nuno Nozelos, no final dos anos cinquenta e principalmente dos anos sessenta, do século XX, que me influenciaram e atraíram para a lavra da escrita jornalística que persigo há mais de 30 anos.

24JAN2018



Cartas da Bila (3)

Sebastião Bravo

15.^a Carta

Sobre a proliferação de oficinas de reparação de automóveis

12 de Junho de 1988

Serafim, meu caro:

Tu sabes como medram os tortulhos depois das primeiras chuvas do Outono? Pois olha: assim à desmedida têm medrado por aqui as oficinas de reparações de automóveis. Só visto.

O engraçado é que não medram no interior da Bila, mas nos subúrbios. A gente sai para o campo em busca da paisagem e, quando menos se precata, zás!, esbarra numa oficina. Tanto monta que se vê vá para os lados de Mateus, como Torneiros, como Lordelo ou Folhadela. É fatal: no desfazer duma curva, de repente damos com aquelas mascarras de óleo e com aquelas carcaças de velhos carros, donde os mecânicos sempre vão aproveitando as suas peçazinhas para as carripas do mesmo modelo que ainda se atrevem com a estrada.

Estes mecânicos são muitas vezes empregados das garagens da Bila e consta que alguns deles têm montado as suas chafarricas com ferramentas que vão palmando aos patrões: hoje uma chave de parafusos, amanhã um alicate-de-pontas, mais tarde um papa-folgas, e assim por diante. Depois é só arranjar um baixo amplo nos arredores e toca a fazer concorrência à entidade patronal, em biscatos depois de despegar e aos fins-de-semana. A gente leva lá o carro,

a julgar que sai mais barata a reparação. Desilusão atroz, Serafim: no fim de contas, sai ao mesmo preço ou pior, que hoje já não há garagem nenhuma que saiba passar facturas com menos de três zeros à esquerda do cifrão, nem que seja por apertar um simples parafuso. E é para quem quer!

Agora perguntarás tu, Serafim: É boa! Mas porque diabo é que inçam assim essas garagens meio clandestinas e que, se calhar, nem colectadas estão nas Finanças?

Há duas razões, cada qual mais ponderosa.

A primeira é que a Bila tem maior concentração de carros do que de árvores por metro quadrado. Não há bicho-careta que não goste de se mostrar ao volante do seu automóvel, mesmo quando traz agarrado ao tubo de escape uma enfiada de letras por pagar e outras tantas protestadas, do tamanho da língua da Póvoa. Acresce que ninguém dá dois passos a pé. Ora, com tanta lata a circular, é natural que avariem, batam e capotem.

A segunda razão é ainda mais sinistra. É que Bila consegue o prodígio de ter ainda maior concentração de buracos na via pública do que de automóveis! Na verdade, tempos virão em que toda a Bila será um enorme buraco – e só nesse dia dormirão satisfeitos os Serviços Municipalizados, a EDP e os CTT/TLP. Na verdade, estas três entidades andam à compita a ver quem escavaca mais as praças, ruas e avenidas. Por outro lado, nenhuma delas tolera que outra se aproveite dos buracos que lhe deram tanto trabalho a fazer. Por isso, quando uma começa a tapar, já a outra afia as picaretas para começar a abrir de novo no mesmo local. De forma que é isto que se vê. A suspensão dos carros vai-se às malvas em três tempos, e quem lucra são as oficinas de reparações, que não chegam para as encomendas e por isso medram da maneira que se vê. Os tempos que correm são o seu São Miguel – e quem paga é a paisagem.

Bem fiz eu pôr de lado a maluqueira de comprar o Fiat 600. Para quê? Duas voltas completas à Bila – e estava de cu, mais certo do que dois e dois serem quatro. Nada: de meu bolso não hão-de comer os mecânicos.

Um abraço de amizade sem buracos do teu

Sebastião

* * * * *

16.^a Carta da Bila

O Santo António e o Corpo de Deus

19 de Junho de 1988

Bem-amado Serafim:

Perguntas-me na tua carta como correu o Santo António. Olha: lá foi correndo, coitadinho, conforme pôde. Anémico, já se vê. Diz-se que quem não tem pé não pode dar coice, e é bem verdade. Se ninguém se lembra de criar uma comissão a sério, com um orçamento a sério – como diabo é que querem que haja festa a sério?

Zangado com estes esquecimentos, São Pedro solidarizou-se com Santo António e zás, toca a despejar cá para baixo água a cântaros, que até os cães a bebiam de pé. Aquilo, Serafim, nem as penicadas que antigamente costumavam vir das janelas da rua de S. Dinis à voz de ‘água vai!’.

Vê tu: choveu tanto ou tão pouco, que derribou num rufo um toldo que uma chusma de militares tinha andado a levantar afanosamente, um dia inteiro, sobre o palco da Avenida, para um concerto da Banda do Exército. Tal era a sanha do santo, que nem temeu afrontar as tropas! E com razão, c’os diabos! Então não brada aos céus o desprezo a que chegaram as festas de Santo António? Quem as viu e quem as vê...

Bom, mas deixemos isso, que tristezas não pagam dívidas e águas passadas não moem moinhos. E, para te compensar deste desabafo, sempre te digo que a procissão do Corpo de Deus se conserva fera e rija como nos nossos tempos. Lembras-te, Serafim, de como gostávamos de subir à torre da Sé, para fazer a nossa perninha no repique dos sinos? Coisa complicada, porque eram cem cães a um osso... Na janela de baixo, as raparigas do nosso tempo (algumas trazíamo-las debaixo de olho, como aquela frágil e mimosa Sãozinha Mota, lembraste?, por quem ambos nos apaixonamos à uma e que é hoje uma respeitável avozinha em São Paulo, no Brasil), as raparigas, dizia eu, derramavam flores sobre o pátio e os padres, os andores e o povo. Pois ainda este ano isso se viu. Até me vieram lágrimas aos olhos! Digo-te eu, amigo: o Corpo de Deus está vivinho e recomenda-se. Assim estivessem o Santo António e o São Pedro... Mas cala-te, boca: lá volto eu com as lamúrias...

E sabes tu a quem se deve o fazer-se ainda e ter tanto luzimento a procissão? Alguma coisa se deverá ao Bispo e ao clero, está bom de ver; mas o grande entusiasta, o animador incansável é o Sr. António do “Montanhês”. Não sei que promessa ou devoção é esta do Sr. António. Sei que é ele quem revolve este

mundo e o outro, à cata de subsídios e apoios; é ele que, no dia da procissão, anda sem parança dum lado para o outro, disciplinando aqui uma confraria, alinhando acolá uma fila de catequistas, repreendendo mais além um anjinho, marcando a cadência à banda de Música, comandando e instruindo para a direita e para a esquerda – e acabando por perder, nesta lufa-lufa, os seus dois ou três quilítos, ele, coitado, já de si tão seco de carnes; e, não posso afirmar, mas ia jurá-lo, é ele também quem deita os foguetes. Um espanto de energia e entusiasmo, o Sr. António!

Mais digno de nota do que ele, em toda a procissão, só talvez o Sr. Mário, o telefonista da Câmara, que empunha gravemente a bandeira da corporação municipal, tão solene, composto e compenetrado, que a gente da aldeia que o não conhece pasma e crê que vai ali a passar algum ministro ou embaixador.

Acredita, meu amigo: o Sr. António e o Sr. Mário, por si sós, valem o resto da procissão, incluindo os políticos, os militares e para-militares, os irmãos de opa, lanterna e cruz, e estava mesmo em dizer, se não fosse pecado, o próprio Senho Bispo debaixo do pálio!

E por aqui me fico, desta vez.

Um abraço festivo (mas pouco) do teu

Sebastião

* * * * *

17.^a Carta da Bila

Vila Real, cidade de cultura?

26 de Junho de 1988

Serafim:

Com razão se diz que a Bila é uma terra de cultura, o que não quer dizer que seja uma terra culta. Todos os dias, a bem dizer, há coisas de cultura: ora teatro, ora concertos, ora colóquios, ora conferências, ora exposições, ora lançamento de livros. Não há dúvida de que, nesse particular, a Bila não se pode queixar. Às vezes, as coisas são tantas que a gente não sabe para onde se há-de virar. Outras vezes, estou que a Bila não sabe compreender, nem agradece, o que lhe dá, e é como se atirassem pérolas a porcos.

Ainda hoje, sábado, 18 de junho (que é quando escrevo esta), a Bila fervilhou de animação. Andaram os zés-pereiras de Arrabães toda a santa tarde a atroar os

ares, a chamar a atenção para os festejos da tal campanha Norte/sul, de que já em tempos te falei. E à noite, em frente da Câmara, houve uma festa de arrebenta, onde se misturaram brancos e pretos a cantar e a dançar. O tal diálogo Norte/sul. Na música. Que, no resto – cala-te, boca.

Mas, pronto, foi festa rija, porque esta linguagem do forró todos a entendem. Agora escuta tu:

Da parte da tarde, fui-me até ao salão dos Bombeiros da Cruz Branca. Por uma vez, a simpática corporação não tinha um cartaz de filme pornográfico hard-core ou de caraté – caso raríssimo! —, mas sim uma homenagem ao Dr. Otílio Figueiredo.

Ora, Serafim, se há pessoa que eu venere e a quem esteja agradecido, é o Dr. Otílio Figueiredo. E tenho boas razões para isso: operou-me uma apendicite aguda em 1944; em 1956, voltou a operar-me, desta vez a uma fistula em lugar que agora não digo; viu nascer as minhas duas filhas e, sempre que houve sarampos, trasorelhos, anginas e todas essas camoecas que os raparigos têm volta e meia, foi o Dr. Otílio que as tratou. E sabes quanto me levou por todos esses serviços e outros que agora me não lembram? Não vais acreditar, Serafim: nem um tostão! E esta, hã?, como diria o Fernando Peça. Era deste jeito, o Dr. Otílio.

Com tamanha dúvida de gratidão, já vês que não podia faltar à homenagem. Infelizmente atrasei-me e, quando entrei, já o Dr. Otílio estava a meio do discurso.

Na plateia, quarenta ou cinquenta pessoas, se tanto! Dessas, uma boa parte estava com todo o ar de quem dava ao diabo a ideia de lá ter ido. A um canto, ouvia-se um ronco pausado e consolado de criatura que ajustava contas com o calor, a obscuridade da sala, a noitada anterior e talvez a feijoada com orelheira do almoço.

Perguntei ao Ramos (o Jaiminho dos Puns, lembras-te dele?) de que falava o Dr. Otílio. “De pré-história”, respondeu, definitivo.

Apurei o ouvido e não me pareceu ser esse o assunto. Voltei-me para outro espectador e fiz-lhe a mesma pergunta. “Acho que é de microscópios”.

Inconformado, perguntei ao terceiro. “Há bocado parece que falou de materiais de construção, mas agora, se queres que te diga...”

O quarto inquirido respondeu-me com um chiu enérgico de quem estava muito interessado na exposição e não queria der distraído dela; mas, de todos, desconfio que era esse mesmo o que menos entendia.

Quando o Dr. Otílio, passada hora e meia, acabou, estrondeou na sala uma ovação, em que os mais exuberantes eram os que não tinham entendido patavina – pelo que me convenço de que aplaudiam de alívio, que não de aprovação.

Comprei um livro e fui ao Dr. Otílio, que me autografasse. Reconheceu-me e abraçou-me, comovido. E eu sussurrei-lhe ao ouvido: “Anda o sr. doutor

a deitar pérolas a porcos...” Ele sorriu-se, como quem diz: “Foi o que fiz toda a vida, estou velho para mudar.”

Grande homem aquele, Serafim! Daquilo já não se fabrica, digo-te eu!
Um abraço sem pérolas deste teu

Sebastião

* * * * *

18.^a Carta da Bila

Os desconcertos do tempo

3 de Julho de 1988

Serafim Amigo:

Ao tempo em que esta te escrevo, vão pela Bila e arredores uns clamores que nem na Semana Santa. A cada canto e esquina se ouvem lamentos de que isto assim é uma desgraça; de que por este andar vai ficar tudo de tanga; e que 1988 vai ser ano de fome. E quem imaginas tu, Serafim, que solta estes queixumes? Os empresários portugueses, a respeito da invasão de produtos da CEE? Frio! São os agricultores transmontanos, a respeito das chuvas e trovoadas que têm assolado a região, e, pelos vistos, deixado tudo em papas.

De facto, tem sido uma coisa por demais. Ninguém se lembra de uma coisa assim, nem mesmo os velhinhos de noventa anos, que geralmente se lembram sempre de tudo. A gente bem olha para a televisão, na hora do boletim meteorológico, para ver se a malvada depressão se resolve a encher e se o anticiclone dos Açores cumpre a sua obrigação. Outros, mais supersticiosos, agarram-se com quanta fé têm a Santa Bárbara, advogada contra estas abusões do tempo. Pois, para uns e outros, é tempo e feitio perdidos. Parece, salvo seja, que deu esfoira nos céus e que esta terra martirizada é o vazadoiro que a há-de aparar nas orelhas.

Cá por mim, ninguém me tira da ideia que foi o São Pedro que cortou definitivamente relações connosco e se vinga das afrontas mandando-nos, dia após dia, estas trovoadas de mil diabos que parece que levam tudo raso. E mais: ninguém me tira também da ideia que esta embirração do santo tem que ver com a desfeita que se vem fazendo, cada ano pior, às festas populares. Acho que ainda outro dia te falei nisto. Mas nunca é demais repetir: o Santo António foi aquilo que se viu; o São João, ninguém deu por ele; o São Pedro, pouco menos.

Ora, quem não se sente não é filho de boa gente, então não é verdade? Que admira que São Pedro reaja desta maneira?

Nada. Com santos tão melindrosos e vingativos e ainda por cima com jurisdição sobre o tempo, só há vantagem em andar de bem. Senhores da Câmara, se querem tornar a ver o céu azul e ares límpidos como pertence à quadra, vão sem demora à igreja de S. Pedro, penitenciem-se pelos pecados cometidos, acendam duas velas e prometam que para o ano levarão a sério esta coisa das festas. Pode ser que o santo aplaque as suas iras e mande um resto de Verão tal ou quê.

Não levo nada pelo conselho.

Mas voltando aos clamores que se ouvem por toda a região, Serafim, há quem proclame que a situação é de calamidade pública, mormente na freguesia de Mouçós, onde o renovo foi todo ao ar. Nem falta quem diga que esta é a terceira pior catástrofe do ano, na Bila. A primeira foi não ter o Sport Club subido de divisão; a segunda foi a barraca do Dr. Bianchi y sus muchachos no concurso da televisão. A terceira é esta; e podes bem aquilatar da sua gravidade, se considerares que consegue ser tragédia maior de que, por exemplo, a derrota do Benfica na Taça dos Campeões Europeus ou mesmo a aprovação pela Câmara do prédio do jornalista Macário ou ainda as últimas machadadas que a CP parece que deu na linha do Corgo.

É obra, como vês.

Enquanto muda e não muda o tempo, recebe um abraço molhado até aos ossos deste teu

Serafim

* * * * *

19.^a Carta da Bila

O Parque Desportivo do Monte da Forca

10 de Julho de 1988

Serafim:

A nossa Bila ferve de expectativas mal disfarçadas. As pessoas andam de nariz no ar a colher ventos do futuro. Nos cafés — e particularmente na velha “Gomes”, desde sempre a catedral do mexerico — cochicha-se à boca pequena sobre o que estará para vir. Especula-se. Aposta-se, deslaçam-se amizades e outras se forjam, ente zunzuns e rumores e boatos.

Perguntarás, insofrido como és, por que se inquieta e alvoroça assim a Bila. E arriscas um palpite: Serão as eleições autárquicas de 90 que a fazem borbulhar?

Claro que não, Serafim. Ainda não. Esse é assunto que por enquanto só mobiliza as eminências pardas e os políticos encartados dos partidos, aqueles que têm por missão cozinhar as listas, apalpar disponibilidades de eventuais candidatos, riscar nomes malquistos. A esse nível, sim, a chicana já deve ter começado; mas ainda rola, surda, sobre as alcatifas das sedes partidárias. Mais tarde, só mais tarde é que o cidadão comum acorda para as eleições e as discute, no café ou na praça pública, com todo o calor meridional de que é capaz. Sim, só lá a dois ou três meses de vista é que a Bila se agitará para essas cavalarias, assoalhará competências e incompetências, honestidades e venalidades, tudo o que então vier à rede das autárquicas.

Por enquanto não. Este fervilhar da Bila deve-se – para encurtar razões – a uma pequena local que se lia no último número da “Vida Municipal”.

Tu julgo que sabes o que é, Serafim, esta “Vida Municipal”: é um espaço, semana sim, semana não, na “Voz de Trás-os-Montes” (a “Voz de Trás” lhe chamam alguns, com malícia), em que a Câmara vai dizendo ou calando, como melhor lhe convém.

E o que diz – ou cala – desta vez a “Vida Municipal”? Pois sabes que não diz nem cala: insinua que, em breve, vai dar a notícia de truz sobre o projectado parque desportivo do Monte da Forca.

E aconselha os leitores a ficarem alerta.

Alerta ando eu, há muito tempo, e comigo todos os que se prezam de bons vila-realenses. Porque não sei se sabes o que se passa. Mas eu conto-te:

Aqui há um ano, ano e pico, a Câmara deu o pontapé de saída, com pompa e circunstância, nos trabalhos do tal parque por que todos ansiamos. Pôs lá umas máquinas a roncar e levou ao local os jornalistas – incluindo os que, não o sendo, passam por tal, e não são poucos esses na Bila, verdadeira capital do jornalismo de aviário, como é o das corridas e da música barroca —, levou ao local os jornalistas, dizia, para testemunharem e darem fé do arranque das obras. Só que as obras foram sol de pouca dura. Os proprietários dos terrenos, pelos vistos, não estavam pelos ajustes: cheirou-lhes ali uma óptima oportunidade para especular com aqueles chavascas e toca a embargar as obras. São todos bons vila-realenses e amam a Bila acima de todas as coisas – salvo, pelos vistos, o livro de cheques. De forma que estamos nisto: as obras paradas e a gente a interrogar-se sobre se alguma vez prosseguirão ou se são mesmo para ficar assim, mal começadas, em homenagem ao vila-realismo dos proprietários.

Ora, vem agora a “Vida Municipal” aguçar-nos a curiosidade e a pôr a Bila de alevante. Notícias importantes... Tu que te palpita que seja, Serafim?

Eu não arrisco palpites, saem-me sempre furados. Mas que gostava que fosse a expropriação dos terrenos por utilidade pública, lá isso gostava.

Vamos lá ver no que dá o folhetim. Entretanto, um abraço impaciente do teu velho

Sebastião

Quintal Literário

A. M. Pires Cabral

Terra Firme, de Miguel Torga

Terra Firme é uma das quatro obras dramáticas de Miguel Torga, juntamente com *Mar*, *O Paraíso* e *Sinfonia*, esta designado pelo próprio autor como poema dramático.

Foi publicada em primeira edição e em conjunto com *Mar*, que é uma espécie de seu contraponto, em 1941.

Trata-se de um drama em três actos, ainda segundo as palavras do Autor. Cada um dos actos coincide cronologicamente com uma festividade do calendário religioso-profano da aldeia duriense: os reis, o carnaval, o compasso pascal — o que significa desde logo uma preocupação antropológica do Autor. Esta coincidência temporal funciona também como uma forma de situar claramente o drama do ponto de vista espacial.

O conflito estabelece-se entre a opção da terra e a opção do mar. Tio António, velho camponês agarrado à terra — tal como sua mulher, Tia Guilhermina, embora esta exteriorize mais moderadamente os seus sentimentos —, sofre e desespera por o filho ter escolhido a vida de marinheiro e andar há vinte anos no mar alto, sem jamais ter voltado à terra. «Então onde era o lugar dele?» — interroga-se o velho, no primeiro acto. — «Aqui, na sua terra, agarrado à rabiça, e a cantar os Reis, a saltar as fogueiras, a beijar o Compasso, a jogar o entrudo, a serrar a velha, a divertir-se nas festas do ano como os outros, — ou nos quintos, no mar, num barco, sem eira nem beira, a tocar guitarra?»

Note-se como os reis, o entrudo e o compasso — cenário cronológico de cada um dos actos — funcionam como referenciais básicos da ruralidade perdida

pelo filho.

Outra personagem, Maria, é a noiva do marinheiro, a quem este escreve ocasionalmente, a prometer que regressará dentro de um ano para a desposar. Ela representa a fidelidade, espécie de Penélope casta e expectante. A ela diz Tio António: «Um valdevinos! Um desgraçado, que deixa morrer o pai, que deixa morrer a mãe, que te deixa secar a ti, que deixa a monte as terras que tinha obrigação de cavar, de regar com o suor do seu rosto...»

A visão do mundo de Tio António é pois uma visão centrada no agro e na valorização fundiária («Enquanto eu viver, não largo um palmo a ninguém» – diz ele ao vizinho Tio Joaquim, que lhe pretende comprar uma leira. E, mais tarde: «Casa em que caibas, e terras que não saibas...»), nas tarefas rurais, nos laços familiares tradicionais — tudo nos antípodas da vida do mar, pelo que a deserção do filho é uma espécie de traição à terra-mãe que envergonha e exaspera o velho.

É esta reacção de Tio António que dá o tónus trágico à peça. Ele é uma espécie de Rei Lear obstinado e também destinado à loucura. Loucura que se acentua com a morte da mulher, no segundo acto, e que obriga, no terceiro acto, ao internamento de Tio António no Rilhafoles, para onde o levam a pretexto de irem buscar a Lisboa o filho finalmente regressado. Só a loucura podia transformar a tenaz incredulidade na patética convicção do regresso.

A peça termina com Maria a pegar na última carta, chegada há pouco, do noivo. Não chegamos a saber o que a carta diz, porque a leitura é silenciosa. Mas o Autor dá-nos pistas: «(...) pega na carta, abre-a, lê algumas linhas, solta um grito e cai redonda no chão.» O pano cai sobre esta cena.



Registo

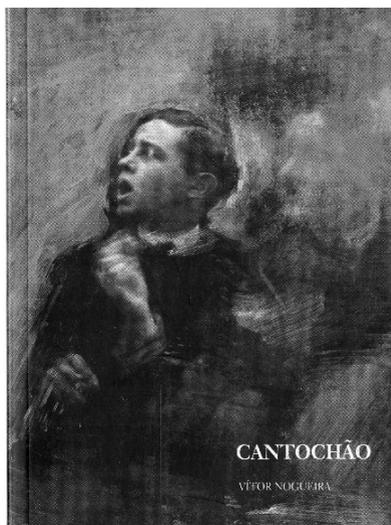
Vítor Nogueira, *Cantochão*

Averno, 2017

Os poemas do desassossego de “Cantochão” são também, camonianamente, “cansados pensamentos”, inventários do passado, previsões sobre o futuro, incessantes cogitações, perguntas. O sujeito poético pensa em fugir (do que lhe aconteceu, dos seus lugares, de algumas pessoas) sem que consiga; e tenta fugir a pensar, o que também é impossível, uma vez que tudo o obriga a voltar às memórias e aos sítios que o perseguem, em dias inquietos e em noites de “insónias e alvares de extraordinária precisão”. O poeta começa a ver a vida menos como “uma graça” do que como “um anátema”. E quem diz a vida diz a consciência, com as suas reiteraões, os seus abismos, aqui identificados com o acto de escrever.

Os títulos da primeira metade do livro são andamentos musicais (“adagio”, “vivace”, “staccato”), mesmo quando não há uma relação evidente entre o texto e o andamento, ou quando a musicalidade não é o que está em jogo. Na segunda metade, motivos como a casa e os espelhos continuam preponderantes, mas multiplicam-se as janelas, as caixas, os brinquedos.

O facto de alguns versos terem origem em frases de textos de ficção publicados anteriormente pelo autor pode fazer supor que estamos perante poemas “narrativos” ou “descritivos”. Mas não é exactamente isso. “Nada é apenas aquilo que se vê”,



escreve Vítor Nogueira. De modo que este livro de coisas é sobretudo um livro de vozes, vozes que são quase sempre as de um “eu” desdobrado num “tu” a quem o “eu” se dirige, vozes de monólogos espectrais e experiências concretas (um regresso a casa, gente que morreu, os amigos de infância).

Elípticos nas coordenadas, os poemas sugerem no entanto uma geografia nortenha. E o frio e solidão de certas paisagens, provavelmente transmontanas, não são apenas circunstância exterior mas condição interiorizada.

Como escreveu outro poeta, faz frio pensar na vida. / PEDRO MEXIA

(Revista E - Expresso, 20/01/2018)

Notícias das Letras



POETAS TRASMONTANOS NA ANTOLOGIA *OS CEM MELHORES POEMAS DOS ÚLTIMOS CEM ANOS*

Apareceu em Novembro de 2017 nos escaparates das livrarias a antologia *Os cem melhores poemas dos últimos cem anos*. Trata-se de uma colectânea organizada por José Mário Silva (poeta e coordenador da secção de literatura da revista *E*, do semanário *Expresso*) para a Companhia das Letras Portugal, que pertence ao grupo Penguin Random House.

Lê-se na contracapa: «Longe dos cânones académicos e dos espartilhos da notoriedade, esta antologia é uma leitura incontida e luminosa do panorama poético português para fruir sem constrangimentos, marcada por um cunho muito pessoal na sua selecção e organização, mas, acima de tudo, pela vontade e entusiasmo de dar a conhecer ao leitor o que de melhor se fez na poesia portuguesa nos últimos cem anos.»

A poesia trasmontana não está ausente desta selecção. Representados nela encontram-se os seguintes poetas: Miguel Torga (poema “Orfeu rebelde”, de *Antologia poética*), A. M. Pires Cabral (poema “Gaveta do fundo”, de *Gaveta do fundo*), Eduardo Guerra Carneiro (poema “Final acabo sempre por falar de ti”, de *Contra a corrente*), José Carlos Barros (poema “As páginas dos romances”, de *O uso dos venenos*), Vítor Nogueira (poema “Alfama”, de *Bagagem de mão*) e Rui Pires Cabral (poema “O terceiro”, de *Morada*).



LIVRO DE PINELO TIZA APRESENTADO EM VALLADOLID

O antropólogo António André Pinelo Tiza (Varge, Bragança), autor de uma vasta obra de estudo dos aspectos mágicos e simbólicos da etnografia trasmontana, viu a sua obra *A magia das máscaras portuguesas* apresentada na Escola Oficial de Línguas de Valladolid, no dia 18 de Abril de 2018.

Este trabalho estuda as diversas festas tradicionais em Trás-os-Montes: entrada no novo ano celta, o ciclo dos doze dias, do Natal aos Reis, o Entrudo, etc.

O livro, editado pela Âncora Editora em 2017, foi apresentado pela Professora Concha López Jambrina, coordenadora do Departamento de língua Portuguesa daquela escola.

De notar que Pinelo Tiza desempenha actualmente as funções de Presidente da Direcção da Academia Ibérica da Máscara, o que mostra bem o reconhecimento da importância da sua obra.

Livros recebidos



Cláudio Amílcar Carneiro, *O despertar da alma portuguesa*

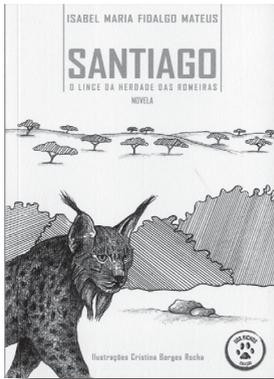
Chiado Editora, 2017

Recebemos de Cláudio Amílcar Carneiro (Chacim, Macedo de Cavaleiros, 1931) mais um livro de poesia. Publicado em 2017 na Chiado Editora, o título é por si só elucidativo do tónus geral do livro: uma glorificação dos valores pátrios.

Há ainda capítulos dedicados a temas menos objectivos, como a divindade, a «farsa da democracia», «traição», «pátria». Numa Com efeito, ele passa em revista os reis, navegantes e outros notáveis (muitos deles trasmontanos), mas também outros temas, como as cidades e as aldeias, as romarias, os campos, serras e rios. Na secção intitulada “Diversos”, podemos mesmo ler duas meditações sobre a morte e uma apóstrofe indignada contra o acordo ortográfico.

Como em *Cantares da minha terra*, trata-se de uma poesia vincadamente tradicionalista, com a particularidade de os poemas serem todos na forma soneto ou na forma sonetinho (com versos de redondilha maior).

O livro vem precedido de diversa correspondência trocada com o Autor e tem um prefácio da autoria de Altino Moreira Cardoso.



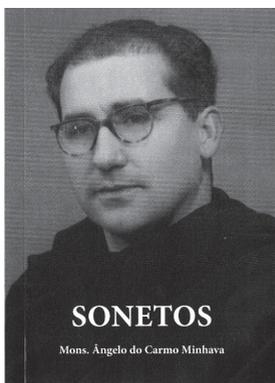
Isabel Maria Fidalgo Mateus, *Santiago*
Gráfica Ediliber, 2018

Isabel Maria Fidalgo Mateus (Quintas do Corisco, Moncorvo, 1969), acaba de publicar *Santiago – O lince da Herdade das Romeiras*, uma novela na linha dos trabalhos que tem publicado ultimamente. Santiago é nome de lince, que contracena com outros lincês, Vitória, Niassa, Encarnación, personagens essas que, por sua vez, partilham a acção da novela com uma família de humanos, o pequeno João e seus avós. O cenário desta história invulgar, entretecida com elementos reais, é o Alentejo, onde têm sido levadas a cabo acções de salvaguarda do lince ibérico.

Doutorada em Literatura Portuguesa pela Universidade de Birmingham, Inglaterra, Isabel Mateus tem dividido a sua produção literária pelo conto de temática rural, pelos temas relacionados com a emigração e, mais recentemente, por novelas a que podíamos chamar de intenção ecológica, dedicadas a espécies animais que correm o risco de extinção. *Santiago* vem na sequência de *Farrusco – Um cão de gado transmontano* (2013), *Sultão – O burreco que veio de Miranda* (2015) e *Signatus – O lobo do fojo de Guende* (2016), e constitui com eles um conjunto de notável coerência, quer do ponto de vista literário, quer do ponto de vista ecológico. Surpreende também, nesta novela, a solidez da informação da autora sobre o lince ibérico e os esforços para preservar a espécie.

Mons. Ângelo do Carmo Minhava, *Sonetos*
Sodivir – Edições do Norte, 2018.

Se houve sacerdote bem-amado dos vila-realenses, esse foi fora de dúvida Mons. Ângelo do Carmo Minhava (1919-2016), em quem eram de admirar em partes iguais a bondade, a cultura e a modéstia — todas em alto grau. Sacerdote, professor, musicólogo,



foi também escritor de mérito, autor de diversas pequenas peças teatrais, de estudos históricos e de um poema herói-cômico, *Cabriliada*, que o poeta Teixeira de Pascoais referiu de forma muito elogiosa.

Em Maio de 2018, foi a vez de um novo livro vir enriquecer (postumamente) a sua bibliografia. Trata-se de *Sonetos*, e a edição deve-se ao cuidado e diligência do seu discípulo e amigo, Mons. Salvador Parente, também ele escritor e investigador de mérito, autor nomeadamente de um conjunto de narrativas intitulado *Rudes penedias*, em 2 volumes, que constitui uma recolha abundantíssima de regionalismos trasmontanos.

Salvador Parente teve acesso ao espólio de Mons. Minhava, constituído por milhares de espécimes de natureza vária, de que decidiu resgatar para já uma colecção de 75 sonetos, agora dados à estampa pela Sodivir – Edições do Norte.

Os sonetos abordam um conjunto de temas, desde o religioso e apologético ao social e político, ao fait-divers, às relações pessoais, etc., etc. Alguns tinham sido publicados, principalmente em *A Voz de Trás-os-Montes*, outros mantinham-se inéditos. Muitos reflectem o combativo proselitismo do sacerdote e todos eles ostentam a perfeição formal que era timbre da sua poesia.

Actividades do Grémio Literário Vila-Realense



30 de Setembro de 2017: Ciclo ‘Miguel Torga – Na rota do *Diário*’ (Chaves)

Este Ciclo, iniciado em 2016, prosseguiu com uma visita a Chaves, de cujas termas Miguel Torga era frequentador assíduo.

Houve a habitual leitura de textos, bem como uma evocação de Miguel Torga, feita pela Dr.^a Maria da Assunção Anes Morais. Uma visita às Termas Romanas e ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso completaram o programa.



7 de Outubro de 2017: Encontro ‘Saber Trás-os-Montes’

O tema deste ano era ‘O Cancioneiro Popular Trasmontano e Alto-Duriense’.

Neste encontro foram homenageadas algumas pessoas que se vêm dedicando à recolha do nosso cancioneiro, às quais foi entregue um diploma em que se lêem palavras de reconhecimento e estímulo.

Foi igualmente prestada homenagem a Monsenhor Ângelo Minhava, desaparecido em 2 de Dezembro de 2016, evocado por Mons. Salvador Parente.

Em seguida, A. M. Pires Cabral proferiu a palestra ‘As quadras da minha vida’, em que foram passadas em revista algumas dezenas de quadras populares.

O encontro foi complementado com a visita a duas exposições: ‘Recolhas do cancioneiro popular

trasmontano e alto-duriense’ e ‘Mário de Oliveira, um amigo de Torga’.

A parte de tarde foi preenchida com uma visita ao Centro Cultural ‘Mãos-à-Obra’, do Couto (Adoufe), que brindou os participantes com velhas canções locais e um simpático copo-de-água.



23 de Outubro de 2017: Prémio Literário ‘António Cabral’

O júri do Prémio Literário ‘António Cabral’ 2017, constituído por Maria Hercília Agarez Campos Marques, Maria da Assunção Morais Monteiro e Isabel Maria Fernandes Alves, reunido no dia 28 de Setembro de 2017, deliberou por maioria declarar vencedor o original *Sublimação da Matéria*, da autoria de Nuno de Figueiredo, que concorreu sob o pseudónimo de A. C. D’Ouro.

Segundo o júri, «o livro seleccionado é um espaço de intimidade que escolhe dar conta da precariedade da vida, do fluir das estações, da presença da morte, da busca da palavra poética» e «a simplicidade do estilo encontra-se aqui ao serviço do fulgor imagético que define cada um dos poemas».

A sessão de entrega do prémio foi feita durante uma sessão inteiramente dedicada a António Cabral, realizada no dia 23 de Outubro, ocasião em que foi igualmente apresentado um *In memoriam de António Cabral*, que reúne cerca de três dezenas de testemunhos de pessoas que conviveram de perto com o escritor.

12 de Janeiro de 2018: Evocação de Júlio Montalvão Machado (Pai)

A figura do escritor, magistrado e político Júlio Montalvão Machado (Chaves, 1888-1968) foi evocada pelo Grémio Literário Vila-Realense na passagem do



50.º aniversário da sua morte, com uma palestra por um seu neto, o Dr. António Montalvão Machado, realizada no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Júlio Teixeira.

Lembramos que Montalvão Machado é autor, entre várias outras obras, de *A louca de Valpaços*, *O arcipreste de Barroso* e o *Capitão Vila Frade*, em que retrata personagens e acontecimentos trasmontanos, com especial atenção ao uso do regionalismo.



16 de Março de 2018: Dia das Letras Trasmontanas e Alto-Durienses

Na edição deste ano do Dia das Letras Trasmontanas e Alto-Durienses, que o Grémio Literário Vila-Realense comemora anualmente desde 2007, sempre a 16 de Março (data do nascimento de Camilo Castelo Branco, de algum modo o patrono do Grémio) foi evocada a figura e a obra do escritor Nuno Nozelos, contista, romancista e poeta, natural de Fradizela (Mirandela) e falecido em 1017. Foi apresentado um *powerpoint* dedicado ao escritor e distribuído um *In Memoriam de Nuno Nozelos*, organizado por A. M. Pires Cabral, que reúne textos de cerca de uma vintena de familiares, amigos, leitores e admiradores.



21 de Março de 2018: Dia Mundial da Poesia

O Grémio Literário Vila-Realense dedicou este dia a um poeta e jornalista trasmontano, Eduardo Guerra Carneiro (Chaves, 1942 – Lisboa, 2004), que, enquanto estudante liceal em Vila Real, esteve ligado de muito perto ao Movimento Setentrião, chefiado e dinamizado por António Cabral na década de 60 do século passado.

A sua obra foi objecto de uma conferência pela Doutora Isabel Fernandes Alves, da UTAD, conferência essa

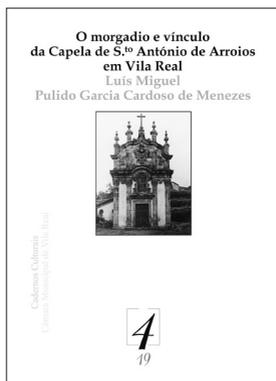
que reproduzimos no presente número de Tellus. Foi também distribuído o 12.º Álbum de Poesia, com capa de A. Belém Lima.



7 de Abril de 2018: Evocação da Batalha de La Lys

Esse momento, ao mesmo tempo glorioso e infausto da história militar portuguesa que foi a Batalha de La Lys, foi evocado pelo Grémio Literário Vila-Realense com a reedição fac-similada do diário de guerra de Pina de morais, *Ao parapeito*, e diversas outras publicações, de que salientamos *Nove de Abril – Ilustrações de Aureliano Barrigas*, com um estudo de Elísio Amaral Neves. Houve também uma exposição (‘A Grande Guerra na Literatura Trasmontana e Alto-Duriense’) e visitas guiadas pelo Dr. João Luís Sequeira Rodrigues às casas de escritores em cuja obra repercutem ecos da grande conflagração mundial: Aires Torres (Parada do Pinhão) e Domingos Monteiro e Pina de Morais (Mesão Frio).

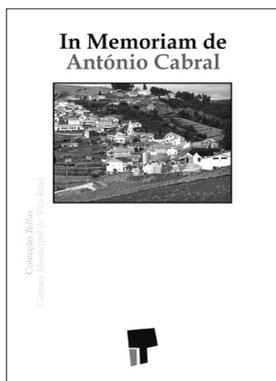
Publicações do Grémio Literário Vila-Realense



Caderno Cultural, n.º 19, IV Série

O morgadio e vínculo da Capela de S.º António de Arroios em Vila Real

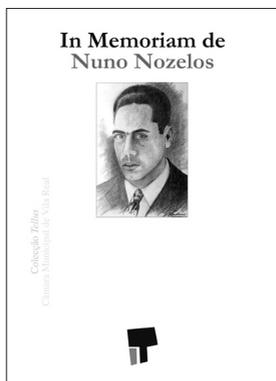
Autor: Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes



Colecção *Tellus*, n.º 37

In Memoriam de António Cabral

Org.: A. M. Pires Cabral



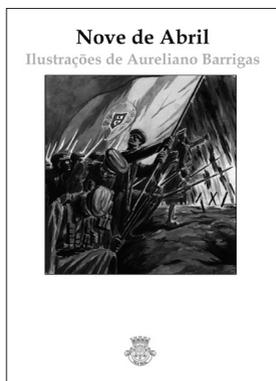
Colecção *Tellus*, n.º 38
In Memoriam de Nuno Nozelos
Org.: A. M. Pires Cabral



12.º Álbum de Poesia
Capa do Arq.º António Belém Lima



Ao Parapeito, de Pina de Moraes, 2.ª tiragem da edição fac-similada.
Colecção *Tellus*, n.º 20



Nove de Abril – Ilustrações de Aureliano Barrigas
Texto de Elísio Amaral Neves



Revista *Tellus*, n.º 68
Colaboração de A. M. Pires Cabral, Ângelo Sequeira,
António Adérito Alves Conde, Isabel Alves, Jorge
Lage, Sebastião Bravo

Sumário

- *Poemas durienses*, poesia-libelo
A. M. Pires Cabral 5
- Glossário ameno trasmontano (de humor e amor à caça)
Ângelo Sequeira 13
- A Pneumónica ou *gripe espanhola* em Vila Real (1918-1919) –
um olhar
António Adérito Alves Conde 22
- ‘linhas de luz para que luz se faça’: uma aproximação à poesia
de Eduardo Guerra Carneiro
Isabel Alves. 62
- As endoenças na torre
Jorge Lage 74
- Cartas da Bila (3)
Sebastião Bravo 78

- Quintal Literário
A. M. Pires Cabral 87
- Registo 89
- Notícias das Letras 91
- Livros recebidos 93
- Actividades do Grémio Literário Vila-Realense 96
- Publicações do Grémio Literário Vila-Realense 100

